



**Universidade Federal de Campina Grande - UFCG**  
**Programa de Pós-Graduação em História – PPGH**  
**Mestrado em História**



**A JUREMA, O CULTO E A MISSA: DISPUTAS PELA IDENTIDADE  
RELIGIOSA EM ALHANDRA – PB (1980 – 2010)**

**Luiz Francisco da Silva Junior**

**Campina Grande - PB**

**Março – 2011**

**LUIZ FRANCISCO DA SILVA JUNIOR**

**A JUREMA, O CULTO E A MISSA: DISPUTAS PELA IDENTIDADE  
RELIGIOSA EM ALHANDRA – PB (1980 – 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, na linha de pesquisa: Cultura Poder e Identidades, sob a orientação acadêmica da Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosilene Dias Montenegro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Campina Grande – PB  
2011

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586j Silva Junior, Luiz Francisco da.

A Jurema, o Culto e a Missa: disputas pela identidade religiosa em Alhandra-PB (1980-2010) / Luiz Francisco da Silva Junior. — Campina Grande, 2011.

134 f.: il. col.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosilene Dias Montenegro.

Referências.

1.Experiências religiosas. 2. Jurema. 3. Identidades. 4. Evangélicos. 5. Católicos. I. Título.  
CDU 2-4(813.3)(043)

**LUIZ FRANCISCO DA SILVA JUNIOR**

**A JUREMA, O CULTO E A MISSA: DISPUTAS PELA IDENTIDADE  
RELIGIOSA EM ALHANDRA – PB (1980 – 2010)**

Aprovado em: 30/03/2011

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Rosilene Dias Montenegro**

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG  
Orientadora

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Juciene Ricarte Apolinário**

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG  
Examinadora interna

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo**

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB  
Examinadora externa

---

**Prof. Dr. Edson Hely Silva**

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG  
Examinador suplente

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista - PPGCS/UFCG**

Universidade Federal de Campina Grande  
Examinadora suplente

A **DEUS**, que nunca deixou de mandar seus milagres para minha vida, que sempre cuidou de mim, debaixo de Suas asas, apesar de quase sempre eu não merecer os Seus cuidados. A Ti, Senhor, ofereço todas as minhas conquistas, pois sei que elas vêm unicamente com Tua permissão!!!

## AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é saber reconhecer que na vida nada se constrói na individualidade, sempre precisamos de ajuda para percorrer o caminho. E muitos anjos aparecem para caminhar conosco, nos dando orientação quando nos deparamos diante da inexperiência, nos incentivando nos momentos de desânimo, nos oferecendo a mão na hora da queda, nos ofertando um sorriso que nos ajuda a suportar os momentos difíceis ou simplesmente nos fazendo companhia em silêncio, aquele silêncio que acaba por falar muito mais que mil palavras.

Felizmente, na trajetória transcorrida por mim no mestrado, tive o prazer de contar com a ajuda de muitos anjos, os quais foram cada um, a seu modo, de grande importância neste momento que para mim é tão importante e sei que por isso também se tornou importante para eles – a esses anjos chamo hoje de AMIGOS.

A minha família – ao meu pai e a minha mãe, que muitas vezes não compreendendo minhas escolhas não deixaram de me apoiar e de se orgulharem por minhas conquistas, amo vocês, muito obrigado! As minhas irmãs Kátia, Alda, Patrícia e Hosana, que muitas vezes cobraram minha presença quando esta não era possível, por conta das noites e fins de semana dedicados ao mestrado e a pesquisa: meu perdão e meu muito obrigado pelo apoio, pela ajuda, pelos aperseios de quando eu necessitava de algo da pesquisa e vocês não se negavam em me socorrer. Amo cada uma de vocês! Aos meus sobrinhos e sobrinhas Hítalo (o gordo), Carlinha (olhinho), Emanuele (a maga), Raquel (a nega), Andre (orelha), Magno (boca), o tio coruja ama muito vocês! Agradeço também a Jean, meu cunhado, obrigado por tudo! E a Marquinhos, meu afilhado, que sempre consegue trazer um belo sorriso ao meu rosto, Didinho te ama muito, muito!

Vivian – minha amiga-irmã e minha principal incentivadora. Obrigado por ser essa presença tão necessária e sem a qual eu não sei mais viver. Se existe anjo da guarda, tenho certeza, você é o meu!

Aos meus amigos mais que especiais – Fábio, Ricardo, José, Jairo. Como seria a vida sem os amigos? De nada valeriam os títulos e as vaidades acadêmicas. Felizmente, eu tenho vocês e agradeço a Deus por isso. A Manassés, meu amigo que com muito

carinho aceitou se debruçar sobre estas linhas e fazer as necessárias correções ortográficas da dissertação. Não posso esquecer de Sidney – o nego preto – que participou de forma bastante intensa do percurso final do meu mestrado, obrigado pelos mapas e por todos os momentos que temos vivido juntos: sua amizade já é muito especial!

A minha turma do mestrado – esse período de minha formação também me reservou boas e intensas amizades: Markin (o Paiaku) virou meu irmão, Elane (a escrava branca) minha amiga e companheira das horas de angústia da pesquisa e da escrita da dissertação, Elton (o superstar), Ossian (o pastor), Leo (o literato), Wlisses (o senhor de escravo), Amanda (a mãe de santo), Deuzimar (o cangaceiro). Como foram maravilhosos os momentos vividos juntos nas aulas e principalmente fora delas, as risadas, as bebedeiras, as muitas conversas, as noites no Parque do Povo, e claro, os debates teóricos e historiográficos. Só lamento ter sido um tempo tão curto, mas foi vivido intensamente! Que bom! Agora só me resta lembrar e ter saudades e desejar, a cada um, sucesso profissional e na vida.

A Juciene – não poderia deixar de fazer um agradecimento todo especial a ela que sempre acreditou na minha pesquisa e em mim. Exemplo de docente que muito contribuiu com todos os desdobramentos que viví no mestrado e na minha pesquisa. Obrigado!

A Rosilene – minha orientadora, que percorreu comigo parte dos caminhos e descaminhos da pesquisa. Me acalmou em momentos de desespero e cobrou trabalho nos momentos de relaxamento. A você, minha gratidão!

Aos professores do PPGH – aos meus professores Gervacio, Iranilson, Osmar, Alarcon, Rodrigo Ceballos e Lucinete. Agradeço cada lição aprendida, cada texto lido e debatido, cada conversa que me ajudou a pensar a minha pesquisa. A vocês agradeço meu amadurecimento intelectual – mesmo que ainda não o suficiente – e porque não dizer, também, amadurecimento de vida.

A todos que no transcorrer da pesquisa cruzaram o meu caminho, aos alhandrenses, principalmente os que com suas memórias enriqueceram minha pesquisa. A Genoveva e Josilene. E todos que me ajudaram a construir não apenas uma História, mas um sonho. E este sonho foi vivido não apenas por mim, mas por todos aqueles que acreditaram nesta pesquisa. Só tenho a agradecer e desejar que cada um seja coberto pelos encantos da jurema ou de qualquer crença que cada um tenha.

### **Nós e o Tempo**

O tempo se somatiza  
Ao cansaço das horas  
A eternidade dos segundos  
Passa lentamente  
A caminho dos sonhos  
Ampulhetamente registrados  
À luz do horizonte  
Onde o sol tangencia

O tempo se levanta  
E ereto ao longe alcança  
Memórias passadas  
De um vento fugaz  
Que não mais existe  
Estamos no caminho do meio  
O presente nos oprime  
O sonhos nos conduzem  
Levados pelas mãos do destino

E assim caminhamos  
E entre pedras  
Colhemos flores  
Aos pés do vento...

Autor desconhecido

## RESUMO

A cidade de Alhandra ficou conhecida como sendo a “cidade jurema”. Esta fama se deve principalmente porque na cidade era forte a realização do culto da jurema, e muitos moradores do município ficaram conhecidos como famosos mestres juremeiros, os quais eram responsáveis pelo ritual de cura do corpo, da alma e de qualquer infortúnio que as pessoas passassem, por intermédio da jurema. Esta árvore seria possuidora de espíritos mágicos que desciam a terra por intermédio dos mestres para resolver os problemas dos viventes. Os locais de realização destes rituais em Alhandra eram conhecidos como cidades da jurema. Na década de 1970 foram mapeados 10 cidades da jurema no município. Contudo, desde o final dos anos de 1970 se percebe um crescente silenciamento da jurema na cidade, que passa a ser rejeitada. Desse modo, a pesquisa se desenvolveu na busca por entender o processo histórico mais recente que provocou esta rachadura no culto à jurema, fazendo com que os alhandrenses não mais quisessem serem percebidos com a identidade de juremeiros e/ou catimbozeiros. Entendendo a religião como um sistema de símbolos culturalmente construídos pelas sociedades, a pesquisa se valeu dos conhecimentos teóricos da História Antropológica, e o fôlego maior deste estudo são as memórias dos moradores de Alhandra que narraram suas experiências religiosas, de modo que, estes relatos dão vida e beleza a esta pesquisa. Alhandra, então, passa na atualidade por um conflito identitário, afinal, ela é a “cidade de jurema” ou a “cidade de Jesus cristo”?

**Palavras – chave:** experiências religiosas, jurema, identidades, evangélicos, católicos.

## ABSTRACT

The city of Alhandra became known as the "city jurema", this fame is mainly because in the city was strong the cult of jurema, and many inhabitants of the municipality became known as famous teachers juremeiros, which were responsible for ritual of healing the body, soul and any misfortune that people would, through the jurema, this tree would be licensed in spirits magicians that flowed down to earth through the teachers to solve the problems of the living. Places of achievement of these rituals in Alhandra were known as cities of jurema, in the 1970s, were mapped 10 cities of jurema in the municipality. However since the end of 1970 shows a growing silencing of jurema in the city, which is to be rejected. The search develops in the search to understand the historical process more recent which caused a discontinuity in the worship of jurema, making the alhandrenses not more than willing be perceived identity juremeiros and/or catimbozeiros. Understanding the religion as a system of symbols culturally constructed by the companies, research is theoretical knowledge valley of History Anthropological, but the main source of the present study are the memories of the inhabitants of Alhandra they narrate their religious experience. Alhandra then is nowadays has identity conflict. Alhandra, after all is the "city of jurema" or "city of Jesus Christ"?

**Key Words:** experiences – religious, catimbó, jurema, gospel, Catholics, identities.

## LISTA DE IMAGENS

<b>F1</b> – Juremeiras no Sítio Acais .....	13
<b>F2</b> – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.....	58
<b>F3</b> – Parte interna da igreja.....	58
<b>F4</b> – Ruínas do antigo convento.....	58
<b>F5</b> – Vista lateral das ruínas.....	58
<b>F6</b> – Capa do jornal “AD em Foco”.....	71
<b>F7</b> – Reportagem “Das trevas para a Luz”.....	71
<b>F8</b> – Primeiro templo da Assembleia de Deus.....	73
<b>F9</b> – Templo atual da Assembleia de Deus.....	73
<b>F10</b> – Culto relâmpago na Rua Ministro João Agripino.....	77
<b>F11</b> – Culto relâmpago na Rua Major Elpídio Dantas.....	77
<b>F12</b> – Romeiros na Romaria da Assunção.....	86
<b>F13</b> – Capa do CD “O Deus da Paz”.....	88
<b>F14</b> – Encarte do CD.....	88
<b>F15</b> – Juremeiros no memorial do Mestre Zezinho do Acais.....	92
<b>F16</b> – Juremeiros no túmulo do Mestre Flósculo.....	92
<b>F17</b> – Ruínas da casa onde morou a Mestra Maria do Acais.....	93
<b>F18</b> – Juremeiros em volta da jurema de Maria do Acais.....	93
<b>F19</b> – Protesto de juremeiros “passeata da paz”.....	94
<b>F20</b> – “Passeata da paz” nas ruas de Alhandra.....	94
<b>F21</b> – Juremeiros na jurema da Mestra Jardecilha.....	95
<b>F22</b> – Juremeiros em torno da Jurema da Mestra Jardecilha.....	95
<b>F23</b> – Juremeiros na jurema da Mestra Jardecilha.....	96
<b>F24</b> – Juremeiros com oferendas para os “Senhores Mestres”.....	96
<b>F25</b> – Jurema da Mestra Jardecilha.....	98
<b>F26</b> – Casa de Maria do Acais destruída.....	106
<b>F27</b> – Juremeira diante da jurema derrubada.....	106
<b>F28</b> – Conselheiros do IPHAEP.....	108
<b>F29</b> – Juremeiro junto ao governador.....	108
<b>F30</b> – Cartaz da passeata da vitória.....	109
<b>F31</b> – Vista atual do Acais.....	110
<b>F32</b> – Juremeiros diante do Acais trancado.....	111
<b>F33</b> – Folder da FCP UMCANJU.....	116

## SUMÁRIO

RESUMO .....	08
ABSTRACT .....	09
ÍNDICE DE IMAGENS .....	10
INTRODUÇÃO .....	12

### CAPÍTULO I

A jurema sagrada: os desdobramentos da construção da identidade de “cidade jurema” .....	31
1.1. A construção de uma identidade religiosa .....	32
1.2. Narrando a jurema, o ritual e os mestres juremeiros .....	38
1.3. Jurema, um “pau de ciência”: doença e cura no ritual mágico-religioso.....	43
1.4. Alhandra, o símbolo da jurema: uma identidade uniforme? .....	48

### CAPÍTULO II

A violência simbólica: a missa e o culto na desvalorização da jurema .....	56
2.1. O catolicismo no combate a jurema .....	57
2.2. Os “crentes” na derrubada da jurema .....	69
2.3. Cidade linda, a joia do Brasil: Alhandra na música religiosa dos crentes e católicos .....	84

### CAPÍTULO III

A disputa pela última jurema: em defesa do símbolo sagrado .....	91
3.1. Os juremeiros na rua: “Salve a jurema sagrada” .....	92
3.2. A jurema ameaçada de tombar: uma família em disputa pelo sagrado .....	96
3.3. A jurema tomba e é tombada .....	105

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	119
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS .....	129
-------------------	-----

ANEXOS .....	135
--------------	-----

# INTRODUÇÃO

## PRIMEIRAS CONVERSAS



F1 Juremeiras no Sítio Acais – lugar sagrado para os seguidores da jurema – junho 2009  
(foto cedida por mãe Joana)

Narrativas, sujeitos, memórias, histórias e identidades. É a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. É a história em construção. São memórias que falam. (DELGADO, 2010, p. 44)

Dar início a escrita de um texto não é nada fácil. Os conflitos entre o que foi pesquisado, depois analisado, para ser, enfim, gestado em uma narrativa histórica, ou seja, em um texto, é um momento doloroso, solitário, e onde aparecem as dificuldades, principalmente, em transformar o que foi vivido, o que foi experiência de vida de muitos sujeitos, em simples conceitos e palavras. Aqui, portanto, inicio esta dolorida fase da pesquisa, a escrita, onde passo a transformar aquilo que foi vida, em um texto acadêmico, em uma narrativa histórica. E ao fazer esta transformação, estou de fato modificando o vivido, estou convertendo as experiências de indivíduos reais, que possuem rostos, nomes e endereços, em uma interpretação, em uma problematização

histórica. Ao mesmo tempo em que causo uma destruição do que foi vivido, acabo por dar a este uma “eternidade”, uma perpetuação destas experiências que morreriam com estes sujeitos, mas, que na minha narrativa, ganham possibilidades de sobrevivência além da morte. Nossa pesquisa é uma contribuição para a historiografia, que se enriquece com as histórias que aqui comecei a contar.

A imagem que abre esta dissertação reflete um momento crucial para a nossa pesquisa, as duas juremeiras estão no Sítio Acais por trás da casa em que viveu a mais famosa das mestras juremeiras de Alhandra, a Mestra Maria do Acais. O dia de registro desta foto, foi o último dia que estas juremeiras, juntamente com tantos outros juremeiros estiveram no Acais antes da sua destruição. E a destruição do Acais expõe como o ritual da jurema foi sendo desvalorizado em Alhandra. Sendo esta a questão central de nossa pesquisa.

A princípio, nosso objeto de pesquisa propunha perceber a rejeição ou negação da identidade religiosa de Alhandra, cidade do Litoral Sul da Paraíba, que, por muito tempo, foi reconhecida pela prática do ritual da jurema<sup>1</sup> (também conhecido como catimbó<sup>2</sup>), a cidade passou a ser percebida pela identidade coletiva de “cidade jurema”. Ao iniciar minha formação continuada no Mestrado em História da UFCG (2009), a proposta de pesquisa era baseada, em muito, nas minhas próprias memórias ou em parte das memórias coletivas que formavam a minha memória individual. Sendo alhandrense, cresci em volta das memórias dos mais velhos que sempre falavam da fama dos mestres da jurema de Alhandra, enfatizando sempre o lugar como este local privilegiado da realização do culto, onde a planta jurema era referenciada como sagrada. Contudo, era perceptível que o catimbó-jurema passava por um processo de silenciamento na cidade, onde era cada vez menos praticado e se falava menos desta prática religiosa na cidade; e

---

<sup>1</sup> A jurema, por seu turno, pode ser uma planta, uma bebida e uma entidade. De fato, há uma série de espécies botânicas referidas como jurema. A *Mimosa tenuiflora* [nome científico da planta jurema] tem uma substância capaz de promover intensas alterações de consciência e percepção. Das cascas das raízes dessas plantas são elaboradas beberagens usadas ritualmente por grande número de sociedades indígenas no Nordeste. Os grupos indígenas que não usam esta bebida fazem referência constante à planta como dotada de forças mágicas ou cósmicas que são cultuadas ou, pelo menos, reconhecidas enquanto portadoras de influências oriundas das matas nativas [...] jurema é uma entidade, uma personificação espiritual das citadas forças das florestas brasileiras. (Grünewald, R. A. **Jurema e novas religiosidades metropolitanas**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), 2009. Disponível em: [www.neip.info](http://www.neip.info). Acesso em: 03 de junho de 2010)

<sup>2</sup> Inicialmente, o termo catimbó designou também o ritual da jurema. Mas, atualmente, os seguidores da jurema, preferem não usar este termo por ter ganhado um significado muito negativo.

muito mais que isso: havia certa rejeição a este passado. Os alhandrenses não se subjetivavam como catimbozeiros e/ou juremeiros<sup>3</sup>.

A proposta inicial do projeto sofreria algumas alterações ao longo do processo, tanto com as disciplinas como com a própria pesquisa de campo, que nos forneceu um cabedal de informações muito interessante de como os alhandrenses percebiam a construção da identidade de jurema para cidade e como eles se posicionavam diante desta identidade: Aceitação? Rejeição? Indiferença? A pesquisa nos possibilitou uma problematização não apenas da construção da identidade da “cidade jurema”, mas, como colocar em suspeição a rejeição desta identidade na atualidade e a construção de novas identidades religiosas para o município.

Durante o ano de 2009, em que estávamos mais envolvidos com as disciplinas do mestrado, a pesquisa ganhou novo fôlego, à medida que alguns acontecimentos, conflitos envolvendo a jurema, passaram a ocorrer no município. O primeiro envolvia uma família, cujo estabelecimento dos limites de terrenos herdados passou a ser motivo de uma disputa pública e até judicial na cidade. Na divisão destes terrenos de herdeiros, se localizava uma jurema, a da mestra Jardecilha. A última das grandes mestras da jurema de Alhandra, falecida no ano de 1988. Uma das filhas da mestra denunciou que depois da divisão dos terrenos a jurema sagrada de sua mãe estava para ser derrubada. A filha da Mestra iniciou na cidade um movimento de defesa da jurema, recolhendo assinaturas em um abaixo-assinado. Além deste conflito familiar e religioso, outro acontecimento, ligado ao primeiro conflito, nos surpreendeu.

Era 20 de junho de 2009, nos encontrávamos em Campina Grande, quando fomos informados que estava ocorrendo na manhã daquele dia um protesto nas ruas de Alhandra. Um grupo de juremeiros estaria fazendo uma passeata em defesa da jurema da Mestra Jardecilha. Antes de percorrerem as ruas da cidade, estes foram até o Acais (zona rural de Alhandra), símbolo maior da jurema sagrada. Nas terras do Acais teria vivido uma família de grandes mestres juremeiros. As terras deste local atualmente pertencem a uma pessoa que não é juremeiro. Depois da visita dos juremeiros em protesto contra a destruição da jurema, o dono das terras mandou destruir todas as

---

<sup>3</sup> O termo juremeiro é comumente utilizado na atualidade para denominar os seguidores do ritual da jurema, aqueles que frequentam os rituais e acreditam que a jurema é sagrada. Este termo tem substituído com muita força o termo catimbozeiro, pois este último – assim como o termo catimbó – acaba por denotar um sentido pejorativo. Assim, os adeptos da jurema sagrada têm preferido ser chamados de juremeiros.

árvores sagradas e ainda o que restava da casa onde moraram os antigos mestres catimbozeiros e/ou juremeiros do Acais.

Este último acontecimento impulsionou ainda mais a mobilização dos juremeiros na defesa de sua crença: a planta sagrada e os lugares sagrados. Aos 03 de outubro de 2009 recebemos a notícia que o Acais tinha sido tombado como Patrimônio Histórico da Paraíba, pelo IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. Assim, a pesquisa ganhou novos e interessantes elementos para ser engendrado em nossa trama. Foi então que passei a pensar a temporalidade da minha pesquisa. Para tanto, tomamos o final dos anos de 1970 como marco para o início do silenciamento da jurema. Escolha feita partindo das leituras de alguns autores como Vandezande (1975), que mostrava ainda a jurema ser na década de 1970 um culto bem praticado em Alhandra. As informações posteriores, resultantes da pesquisa de Salles (2004), demonstraram o enfraquecimento do culto da jurema no final da década de 1970 e início de 1980. E o marco final para a temporalidade da nossa pesquisa histórica, foi definido pelos últimos acontecimentos, portanto, o tombamento do Acais em 2009. Sendo assim, a pesquisa toma como marco temporal dos anos de 1980 até 2010. É este período que será aqui estudado e problematizado.

As disciplinas do mestrado forneceram um amadurecimento teórico para repensar muitos pontos do projeto, pensar a problemática da pesquisa, os conceitos, a metodologia. Nos fez refletir que tipo de história queríamos construir, que narrativa faríamos de modo a também criar um significado (novo?) para a identidade religiosa de Alhandra. Foi, sobretudo, na disciplina de *História Social e Cultural*, e ainda na de *Metodologia da Pesquisa em História*, que o projeto começou a receber novos contornos. A problemática da pesquisa foi aos poucos sendo melhor tracejada e os pressupostos teóricos, conceituais e metodológicos passaram a ser ponderados no sentido de ajudar na construção das problematizações da pesquisa.

Desse modo, passamos a pensar a pesquisa não simplesmente para afirmar que houve uma mudança identitária, onde a jurema passou a ser rejeitada. Mas, passou a entender quais tramas teriam operado em Alhandra para colocar a jurema em decadência, em silenciamento. Então, a pesquisa ganhou um substancial a mais, uma profundidade maior, em que a preocupação passou a ser não, simplesmente, as mudanças, mas o que teria provocado tais mudanças. Que tramas a cidade teria passado em sua história recente para provocar esta ruptura? E foi com esta questão que fomos a

campo iniciar a pesquisa de coleta de dados, me aproximando daqueles que se transformariam nos atores da minha trama historiográfica, do meu enredo sobre o município de Alhandra e sobre os alhandrenses.

A tarefa inicial foi selecionar os sujeitos que seriam entrevistados e localizá-los. Depois que os localizamos, iniciamos os primeiros contatos em novembro de 2009. Agora se fazia necessário convencê-los a falar. As primeiras aproximações não foram difíceis, pois escolhemos começar por pessoas com as quais já tínhamos algum tipo de contato. A princípio aproveitávamos alguns encontros casuais, na rua, no comércio da cidade e falávamos do desejo de fazer uma visita para conversar um pouco sobre Alhandra e a experiência de vida daquela pessoa.

Depois que passamos a fazer estas visitas, ainda com pessoas já conhecidas, começávamos a falar da pesquisa e do desejo que fosse um colaborador ou colaboradora da nossa investigação. Estas primeiras pessoas eram sempre muito receptivas, certamente por já nos conhecerem. Foi então a partir destas primeiras aproximações que as outras pessoas (possíveis entrevistados) passaram a ser definidas. Ou seja, nas conversas com os primeiros interlocutores começou a surgir vários nomes que poderiam ser interessantes para a pesquisa, muitas vezes estes nomes surgiam sem eu ao menos perguntar.

Uma destas pessoas que me aproximei foi a senhora G. P. Era perceptível sua alegria em poder participar e o seu anseio por narrar as suas histórias era grande. A sua ajuda para o início da pesquisa foi fundamental, assim como a de J. B., pois elas ajudaram a estabelecer quem seriam os outros possíveis colaboradores da pesquisa. Estabelecido outros nomes, alguns conhecidos e outros não, seguimos a estratégia: primeiro os conhecidos ou os que fossem conhecidos de algum familiar. Foi assim que estabelecemos o importante contato com S. P., filha de uma das últimas mestras da jurema de Alhandra – foi esta que fez o abaixo-assinado para defender a jurema de sua mãe que estava ameaçada de ir ao chão, como relatado. A partir dela traçamos um contato com outros membros da família, para buscar entender todo o conflito. Nesta família entrevistei além da autora do abaixo-assinado, uma tia dela que é católica, um tio evangélico e um primo também evangélico.

Depois segui fazendo os meus contatos, de modo a procurar sempre pessoas que de alguma forma estavam interligadas a estes acontecimentos. Com exceção da senhora I. G. que a escolhi por ser uma pessoa que desde a infância tinha como experiência

religiosa a igreja evangélica e queria perceber como ela sendo uma “crente” desde criança convivia com a identidade coletiva de “cidade jurema”. Os contatos com ela eram sempre de forma acalorada, pois sempre dizia estar: “feliz em poder ter a oportunidade de ajudar para que a história de Alhandra fosse escrita de forma diferente, verdadeira”. Disse-me isso em um de nossos primeiros contatos, em uma conversa informal. Apesar da boa receptividade, passei a perceber que havia certa resistência desta para com a entrevista, sempre adiando, e claro, eu sempre insistindo. Ela passou, então, a querer que também dialogássemos com duas outras “irmãs” de sua igreja (Assembléia de Deus). Mostramo-nos receptivos a ideia e ela mesma fez os contatos necessários, de modo que esta acabou sendo uma entrevista quase coletiva, já que ocorreram todas no mesmo dia e no mesmo local.

Os caminhos da pesquisa nos levaram a dois terreiros de jurema, em João Pessoa. Em um deles porque o pai de santo se intitulava “o guardião da jurema” e foi um dos autores do processo de tombamento do Acais. Os primeiros contatos não foram cordiais, pois ele foi sempre muito resistente, mas acabou concordando em dar a entrevista que aconteceu sem grandes problemas. Na capital paraibana também nos deparamos com uma mãe de santo. O interesse nas aproximações com ela aconteceu por meio eletrônico, na Internet, pois percebi que ela usava muito este meio de comunicação para criticar o “guardião da jurema” e o tombamento do Acais. Ela, então, passou a ser de extrema importância para a pesquisa, já que, mesmo sendo juremeira, questionava o processo de defesa da jurema conduzido pelo então senhor “guardião da jurema”. Os contatos prévios com ela foram todos por e-mail, só chegando a nos conhecer, de fato, no dia da entrevista.

As entrevistas aconteceram no período de novembro de 2009 até março de 2010. Se constituem corpus deste trabalho 15 entrevistas, as quais foram previamente estruturadas, partindo sempre dos contatos prévios, onde era traçado um perfil de cada entrevistado ou entrevistada. As entrevistas representaram a fase mais prazerosa da pesquisa. O contato com as pessoas, suas narrativas, as reviravoltas que determinados entrevistados causaram com suas entrevistas, fizeram-nos perceber, de perto, que a história é feita por pessoas, com sentimentos, com angústias, esperanças, lutas, vitórias e fracassos. Como muito bem afirmou Alberti (2004), ao falar das entrevistas em história oral:

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele faz de um homem, indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu [...] temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas de experiências pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. (p. 14)

Mas depois desta fase que Alberti (2004) chamou de fascínio do vivido, veio um momento mais cansativo, o das transcrições. Passamos as análises das entrevistas, para, enfim, começar a escrita. E nos apropriando das experiências de nossos interlocutores começamos a gestar esta história, que não será mais a história narrada por eles, mas aquela que nós, com o aporte teórico, com os conceitos que julgamos necessários, passamos a selecionar as falas dos sujeitos, suas narrativas, nos apropriando daquilo que estimamos como pertinente para construir outra história, outra narrativa. Esta nova narrativa, que carrega o peso daquilo que, Certeau (2007) chamou de lugar social do historiador e que, juntamente com a prática do historiador e por fim a escrita, faz surgir à operação historiográfica, ou seja, a fabricação do saber histórico institucionalizado.

### **História, memória e identidades: ajudando a pensar a pesquisa e a escrita**

Uma pergunta parece válida neste momento: Como é possível um historiador ter como objeto de pesquisa um ritual religioso ou mesmo a negação deste ritual por determinada sociedade? A priori, este parece não ser mesmo um campo próprio para os historiadores. A abertura da História para um diálogo próximo com a Antropologia possibilitou não apenas uma mudança na escrita da História, mas uma transformação, inclusive, nas escolhas dos objetos de pesquisa e temas de interesses da História. Esta modificação ocorreu, principalmente, a partir das perspectivas da chamada Nova História Cultural.

A escrita da História sempre foi muito variada, onde para cada tempo parece emergir uma forma própria de perceber e narrar o passado, os acontecimentos, os homens e mulheres com suas vivências, amores e desamores, conflitos dos mais variados, desde os temas internacionais, aos existenciais. Cada um destes temas receberam olhares diferenciados dos historiadores de diferentes temporalidades. Assim,

percebendo que a historiografia mudou ao longo dos anos, essa forma que o nosso tempo produz a História é algo bastante particular e ao mesmo tempo parte de todas as experiências anteriores, das escritas dos historiadores dos outros tempos.

O diálogo da História com a Antropologia tem produzido bons resultados, como mostrou Aranha (2008). Segundo este autor, desde os anos de 1920 e 1930, a História se abriu para a interdisciplinaridade, quando as diversas disciplinas no campo das Ciências Sociais têm contribuído para a produção historiográfica. O autor não nega que é a Antropologia que tem produzido, com mais afinco, inúmeros exemplos de pesquisas bem sucedidas no campo da História. Para o estudioso, a Antropologia está no centro dos atuais debates historiográficos porque de uma ponta a outra tem sido responsável pela renovação do conhecimento histórico.

Uma imagem interessante sobre o campo da História na atualidade nos é fornecido por Barros (2009): a imagem de “Clio despedaçada”, em uma referência de que ao contrário da historiografia do século XIX, onde se tinha uma ideia mais homogênea do que era História. Hoje vivemos numa verdadeira multiplicidade de divisões e subdivisões. O campo historiográfico vive esta fragmentação constante de seu conhecimento: é história cultural, econômica, das mentalidades, micro-história, história das mulheres. Estes são apenas alguns exemplos deste despedaçamento de Clio, pois a lista é bem maior!

Para Peter Burke (2000), vivemos uma “virada cultural”, e isso ocorre em todas as ciências que estuda os humanos e as sociedades. Burke (2000) chamou atenção para a existência de uma larga variedade de histórias culturais, sendo denominado de Nova História Cultural essa influência da Antropologia, como ele próprio diz: “Parece que estamos passando por uma redescoberta da importância dos símbolos na história, assim como pelo que costumava ser chamado de antropologia simbólica” (p. 243). Esta história cultural e/ou antropológica teria como eixo central os estudos das sociedades passadas, tornar visível os símbolos construídos, traduzir a cultura do passado para o presente, para isso, a própria ideia de cultura dentro dessa abordagem passou por uma importante ampliação:

Estendeu-se o sentido do termo (cultura) para abranger uma variedade muito mais ampla de atividades do que antes – não apenas a arte, mas a cultura material, não apenas o escrito, mas o oral, não apenas o drama, mas o ritual, não apenas a filosofia, mas as mentalidades das pessoas comuns. A vida cotidiana ou a “cultura cotidiana” é fundamental para essa abordagem. (BURKE, 2000, p. 247)

Esse alargamento do próprio conceito de cultura possibilita uma grande variedade de temas a ser estudados pela história cultural. Contudo, não restam dúvidas que a Antropologia deu uma grande contribuição a essa “virada” na escrita da História, principalmente a chamada Antropologia Cultural ou Simbólica, ou ainda a Antropologia interpretativa. Geertz (2001) é um dos grandes nomes da Antropologia Interpretativa, entende a cultura como sendo um sistema formado por uma rede de símbolos construídos na vida cotidiana, passíveis, portanto, de interpretação. Neste caso, o que interessa é mesmo compreender como a cultura como uma construção simbólica é produzida, percebida/sentida e interpretada. Vale salientar que, nesta perspectiva, a cultura é significada pelos próprios atores sociais, razão pela qual os cientistas sociais representam o já representado.

Para Geertz (2001), o diálogo entre a História e Antropologia só se tornou fecundo, quando ocorreu a descoberta do “Outro”. Para ambos os saberes, é essa descoberta do diferente, daquele que está em uma posição diferente do pesquisador, ou seja, a diferença entre o “EU”, pesquisador, e o “OUTRO”, objeto de pesquisa. Seria este ponto que, para o autor, possibilitou o encontro que teria sido interessante a ambos. Os/as antropólogos/as descobriram que para melhor compreender o “Outro” necessitariam do olhar do historiador. Por sua vez os/as historiadores/as se deram conta que seus estudos, para o entendimento do “Outro”, seriam bem mais interessantes se usassem também o olhar do/a antropólogo/a:

O “nós”, assim como o “eles”, significam coisas diferentes para quem olha para trás e para quem olha para os lados, problema este que não se torna propriamente mais fácil quando, como vem acontecendo com frequência cada vez maior, alguém tenta fazer as duas coisas. (GEERTZ, 2001, p. 113)

Nessa alegoria o autor mostra que o ato de olhar para o lado (antropólogo) e o ato de olhar para trás (historiador) fazem com que o conhecimento produzido a respeito do “Outro” seja diferente. Por isso, cada vez mais tem pesquisadores que ousam fazer as duas coisas: lançam sobre o seu objeto de pesquisa tanto o olhar histórico como o olhar antropológico.

A nossa pesquisa é, portanto, o esforço de estabelecer esses dois olhares. Percebendo os aspectos mais históricos que remontam ao culto da jurema em Alhandra

e a construção da identidade de cidade jurema. E também o olhar mais antropológico, percebendo os sistemas simbólicos construídos no passado sobre a jurema e como, a partir da década de 1980 até 2010, estes símbolos passam a ser desconstruídos e outras significações tornaram-se relevantes à vida dos alhandrenses que passam a construir outras identidades para si.

Nem sempre é fácil para o historiador estudar as sensibilidades, as representações simbólicas de um tempo passado, Sandra Jatahy Pesavento (2007) lançou um desafio aos historiadores da cultura: “resgatar o sistema de representações que compõe o imaginário social, esta capacidade humana e histórica de criar um mundo paralelo de sinais que se coloca no lugar da realidade.” (p. 09). O desafio é compreender como em cada temporalidade os humanos criaram para si e para o mundo representações simbólicas, sentimentos.

Conhecer o passado em forma de sensibilidades não se trata de algo objetivo, mas é um conhecimento totalmente subjetivo e não postula, com isso, um conhecimento científico. Esta subjetividade não seria então um problema? Para Pesavento (2007), esse problema da presença do eu, produtor das sensações e sentimentos sobre si e o mundo, não é unicamente um processo individual, pois, “os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos através da sua inserção no mundo social, na sua relação com o outro.” (p. 14). Nesta linha de pensamento, as sensibilidades seriam uma construção social e histórica que permite a compreensão de como o mundo é representado pelas operações imaginárias, produzindo uma relação entre sentimento e realidade.

Longe da objetividade dos positivistas, a História Cultural busca a compreensão das sensibilidades se mostrando muito fecunda para os historiadores que se esforçam em fazê-la, abrangendo um território muito maior e também perigoso, mas ao mesmo tempo recompensador. Para o desafio é válido estudar as sensibilidades e os sistemas simbólicos de um povo. É um ir além, mas o historiador da cultura que se propõe a pensar no sensível tem que saber que vai encontrar mais dúvidas do que certezas. A verdade única e absoluta jamais pode ser pretendida, no mínimo pode-se pensar em verdades parciais, em uma representação subjetiva do historiador sobre as sensibilidades de um passado. Ou seja, uma representação da representação. Quando usamos este termo não queremos dizer que existe um mero presentismo no trabalho do historiador, mas a expressão representação da representação implica duas temporalidades: a do eu

pesquisador e a do outro (aquele que é recortado como objeto de estudo). Se é assim, este último surge como um referente, por excelência, da produção historiográfica. Logo, a escrita da História não é um mero presentismo. Mesmo diante desses problemas, a História Cultural tem oferecido ricos estudos sobre o passado, mostrando que pensar as sensibilidades é mais do que viável, é uma aventura prazerosa e possível.

O nosso esforço será, então, a busca por uma História cultural/antropológica, estudando aspectos da religiosidade dos alhandrenses, ou melhor, como os alhandrenses se percebem religiosamente. Que significados construíram no passado mais longínquo e como numa história mais recente passaram a construir um novo sentimento de pertença e a rejeitar estes significados construídos para a cidade em outras temporalidades. Sendo assim, buscamos entender Alhandra por um aspecto cultural, interpretando este conjunto de significados que foram construídos e transmitidos historicamente, incorporados em um sistema de símbolos, que foi herdado, mas refutado pela sociedade num tempo presente.

Para tanto, a memória dos alhandrenses será nossa principal fonte de pesquisa. E entendemos que a memória possui uma grande potencialidade, pois trazem consigo a experiência de um passado, embora esta experiência seja uma leitura do presente. Nestes termos, a memória seria a capacidade de evocação do passado, garantindo que este passado seja guardado, retido, evitando que ocorra uma perda total. O ato de lembrar possibilita ao sujeito visitar o passado, viajar por diversas temporalidades. Pensando com Delgado (2010), que ao citar Neves definiu memória da seguinte forma:

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação. (p. 40)

Entendendo a memória desta forma ampla, nos parece a conceitualização mais apropriada para a nossa pesquisa. Vale salientar que a memória pode ser diferenciada em individual e coletiva. De acordo com a definição de Halbwachs (2006), o indivíduo participa destes dois tipos de memórias, de modo que o sujeito tem lembranças que são

apenas suas, que pertencem unicamente a ele. Por outro lado, ele também, por vezes, evoca lembranças que são impessoais, memórias ligadas ao grupo que o indivíduo filia-se. Porém, estas duas memórias se interpenetram, se cruzam constantemente. A memória individual muitas vezes recorre a memória coletiva, chegando muitas vezes a se confundirem. Portanto:

a memória individual, ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2006, p. 72)

A memória individual é formada pela coletividade. Não é possível ao indivíduo ter uma memória totalmente sua, porque tudo que ele vive estabelece uma relação com o grupo. Além da existência destas duas memórias, Halbwachs (2006) fez ainda a distinção entre memória coletiva e memória social e/ou histórica, sendo a coletiva todas aquelas lembranças das coisas vivenciadas em grupo, ou mesmo que eu não tenha vivido pessoalmente, mas me recordo porque foi vivido por pessoas que fazem parte da coletividade que pertencem. Em seu turno, a memória histórica fornece muito mais que isso. Ela faz lembrar um passado que o indivíduo não viveu, de um tempo que a ele não pertence, a memória histórica fornece então um conhecimento de eventos que a pessoa não testemunhou, mas que leu ou escutou, tornando-se signos que são reproduzidos ao longo do tempo.

É importante salientar o caráter seletivo e o processo de negociação da formação das memórias para que aconteça a conciliação entre a memória individual e coletiva, e também entre a memória coletiva e memória histórica. Se faz necessário, então, entender quais processos e atores atuam na ação da construção e na formalização das memórias (POLLAK, 1989). Sendo assim, não podemos entender a memória como algo natural, mas como uma série de fatores que contribuem para sua construção e determinam que tipo de memória vai prevalecer, vai ser formalizada como uma “memória oficial”. Se faz necessário investigar como os acontecimentos se tornam coisas, investigar como a memória é positivada.

Mas, qual seria a função da memória? Para responder esta questão consideramos as reflexões de Pollak (1989):

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 08)

Sendo a função da memória estabelecer um sentimento de pertencimento a uma coletividade, o passado está como uma espécie de conexão para que a memória construa este espaço ou possa se opor a este espaço definido. Quando no caso passa a existir a perda do sentimento de pertença, como percebemos em Alhandra. Vemos que existem memórias em disputa, onde acontece toda uma luta para o enquadramento e manutenção da memória.

Entendemos que nas últimas décadas, a História tem se aproximado de forma intensa da memória. Os historiadores aprenderam a interrogá-la. O desenvolvimento de inúmeros trabalhos a partir da história oral é uma prova da acolhida da memória pela academia. As narrativas orais passaram a ganhar força como um possível e interessante caminho para o conhecimento do passado, uma vez que:

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável [...] A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (SARLO, 2007, p. 24-25)

O ato de narrar uma experiência traz consigo a possibilidade de se conhecer aspectos do passado que morreria com o sujeito se este não o narrasse. Porém, ao narrar uma experiência do passado, o narrador está reconstruindo no presente este passado, ou seja, está atualizando no tempo presente uma vivência do passado. As memórias de um narrador não podem ser deslocadas do tempo em que é narrado, mas que se referem a

um tempo que fluiu. Narrar é, desta forma, um entrecruzamento de muitas temporalidades que ganha sentido no presente.

Como afirmamos anteriormente, a memória utiliza o passado para construir no presente um sentimento de pertencimento. Logo, implica dizer que a memória constrói identidades, na medida em que o relembrar é um ato individual, mas ele está inserido numa realidade histórica, pois cada indivíduo possui uma inserção histórica. Portanto, as memórias fornecem a História o processo de reordenação, de uma releitura de vestígios e da construção, reconstrução e/ou rejeição de identidades (DELGADO, 2010).

Ao falar de identidades não a entendemos como algo dado, pronto e acabado, que surge com o sujeito no momento de seu nascimento e continua com ele por toda a sua vida até à morte. A identidade não é essência. É antes de tudo um processo de construção histórica em permanente edificação, refutação e reelaboração. As identidades também não são uma unidade coerente, mas multiplicidades muitas vezes contraditórias.

Stuart Hall (2001) afirmou existir desde a metade do século XX um descentramento do sujeito, causando um deslocamento nas identidades, rupturas, de modo que não podemos mais pensar um sujeito como algo inteiro, mas como partido, despedaçado. E da mesma forma as identidades, pois, como é um processo de construção, ela nunca estará acabada, permanece sempre incompleta, sempre no processo de formação. A identidade estaria vivendo nos tempos contemporâneos uma eterna crise, fragmentando o sujeito que perde o sentido de si. Esta crise identitária seria resultado, segundo o Hall (2001), tanto do processo de descentramento do sujeito, como do descentramento dos indivíduos de seu lugar no mundo social e cultural.

Na mesma linha de raciocínio é que Silva (2000) enfatizou que este processo de construção da identidade não pode ser dissociado da diferença. Sempre que afirmamos ser algo, que dizemos possuir determinada identidade está implícito a afirmação do que não somos. Identificar seria então diferenciar em um jogo inseparável. Eu “sou isso”, porque não “sou aquilo”. Silva (2000), declarou que a identidade e a diferença não podem ser vistas como inocentes, pois em todo processo de afirmação de uma identidade e diferença estão em disputa de relações de poder. Quem tem o poder é quem define a identidade e marca a diferença.

Contudo, apesar de concordar que a identidade é algo que está em um contínuo processo de construção e que a diferença é parte indissociável do conceito de identidade, queremos fazer uma pequena ressalva nas abordagens tanto do Hall (2001) como de Silva (2000). Em ambas abordagens a identidade é percebida como algo instável, flexível ao ponto de um mesmo sujeito possuir inúmeras identidades e muitas vezes identidades contraditórias podem coexistir em um mesmo indivíduo, já que o sujeito não é visto como unificado, mas partido. Concordamos em parte, pois é possível sim encontrarmos estes sujeitos totalmente descentrados, com múltiplas identidades. Porém, não podemos acreditar que existe uma inflação de identidades. Não podemos concordar que o sujeito dorme com uma identidade e acorda com outra. Existem sujeitos que possuem uma identidade mais ou menos duradoura.

Em se tratando de uma identidade religiosa (como é o caso de nossa pesquisa), nos foi possível identificar sujeitos que possuem uma mesma identidade desde a infância. Não somos inocentes em pensar que esta identidade não tenha sofrido alterações ao longo do tempo. Claro que sofreu modificações, afinal ela é uma construção contínua. Mas também não percebemos tantas multiplicidades de identificação religiosa em alguns indivíduos (em outros sim).

Tecendo algumas considerações sobre religião e identidade religiosa, já que são pontos importantes na nossa pesquisa, entenderemos religião tomando de empréstimos os conceitos da antropologia de Geertz (1978), que compreendeu a religião como sendo um sistema de símbolos, os quais atuam no indivíduo como um poderoso dispositivo de motivações. E é por meio destas motivações que o sujeito religioso estabelece uma ordem de existência que ganha força como algo real, factual.

Para o historiador Oliveira (2010), a religião é de extrema importância para a construção de identidades. Isto principalmente pelo o que o autor chamou de experiência religiosa. Cada indivíduo faz uma experiência única com determinado sistema de símbolos religiosos. E na medida em que uma pessoa faz uma experiência religiosa com determinado sistema de símbolos, ela passará a ter uma vivência dentro daquele universo religioso que escolheu:

Esta vivência se configura na construção de uma "Identidade", a partir do momento que alguém passa a fazer uma experiência religiosa, o mesmo é levado a construir uma identidade ligada a esta experiência, podemos exemplificar observando as mais diversas manifestações presentes nas grandes tradições religiosas, como o Judaísmo, Islamismo e o Cristianismo. (OLIVEIRA, 2010, p. 05)

Sempre que o indivíduo tem contato com o sagrado, sempre que faz esta experiência, ele tende a construir seu sentimento de pertencimento religioso ao sistema de símbolos que possibilitou que ele fizesse tal contato com o sagrado. Se o sistema de símbolos que intermediou esta experiência foi o cristianismo, normalmente este sujeito passará a ter uma vivência cristã, construindo assim uma identidade sempre voltada para os princípios cristãos.

Ao ingressarmos no Programa de Pós-graduação em História da UFCG, estando filiado a linha de pesquisa *Cultura, poder e identidades*, julgamos que o nosso trabalho responde de forma satisfatória a esta filiação, uma vez que as discussões apresentadas procuram evidenciar, na pesquisa, que fizemos perpassar justamente pela cultura, já que entendemos a religião como esse sistema de símbolos culturalmente estabelecido, corroborando numa construção de identidades em um constante jogo de poder, para se fixar e marcar as diferenças. A jurema como uma crença foi definida como a identidade coletiva de Alhandra até o fim da década de 1970. Depois disso, gradativamente, uma variedade de acontecimentos, de tramas, começou a colocar outras identidades religiosas no jogo do poder e das disputas por definição de uma identidade religiosa para o município. Assim sendo, nossa pesquisa procurou estabelecer as maiores relações possíveis com a linha de pesquisa que estamos filiados.

### **O caminho da pesquisa: as fontes e a metodologia**

Na construção de nossa narrativa usamos como fontes principalmente a memória de alguns alhandrenses, como mencionamos anteriormente. Utilizamos, também, algumas produções acadêmicas que tinham como objeto de pesquisa a jurema. Boa parte destes estudos é de antropólogos e sociólogos, como a dissertação de Renê Vandezande (1975), intitulada de “*Catimbó*”. Neste estudo Vandezande fez uma longa investigação de campo não só em Alhandra, mas em todo Litoral Sul da Paraíba. Sua pesquisa fornece informações relevantes e estudiosas do tema. O autor traçou todo o território da existência do culto, a jurema na década de 1970, fazendo uma caracterização deste culto na região.

Outro importante trabalho sobre a jurema é a pesquisa de mestrado de Sandro Guimarães de Salles (2004). Intitulada de “*À sombra da jurema: um estudo sobre a tradição dos mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra*”. Sua pesquisa foi realizada, principalmente nos de 1990, procurando entender como a tradição da jurema em Alhandra estava sofrendo alterações com a influência da Umbanda. Os resultados deste trabalho já apontaram um gradativo silenciamento e diminuição deste culto na região. Recorremos a outros trabalhos acadêmicos, mas sendo estes dois os principais. Estes estudos auxiliaram, sobretudo, para entender o culto da jurema, seu funcionamento e desdobramentos na região de Alhandra. Analisamos os dados e as discussões feitas por estes pesquisadores para contrapor com as experiências relatadas pelos entrevistados.

Mas o maior foco da pesquisa foi mesmo tomando as memórias dos alhandrenses como fonte. Para tanto utilizei como metodologia a história oral. Portanto, entendemos a história oral como uma metodologia, pensando juntamente com Delgado:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, conflituosas, consensuais. (2010, p. 15)

Não entendemos a história oral como um compartimento da História, mas como um procedimento metodológico. A isto, além de Delgado, também afirmou Amado & Ferreira (2006), que a história oral é uma metodologia remetendo a duas dimensões, uma técnica e outra teórica. Montenegro (2007), também seguiu o mesmo raciocínio: “entendo que a entrevista se constitui em mais uma fonte com que o historiador tem a possibilidade de trabalhar” (p. 29). Se as entrevistas são fontes históricas, a história oral é a metodologia, é o caminho pelo qual o historiador amplia suas possibilidades de produzir o conhecimento histórico.

Para Montenegro (2007), a história oral não possui, do ponto de vista teórico e metodológico, poder de se tornar uma disciplina. Por essa razão que as entrevistas orais só podem ser caracterizadas como mais um recurso documental de que o historiador dispõe. Dessa forma, assim como um documento escrito, uma tabela, imagens, músicas, as palavras que se escuta – os relatos memorialísticos – são possibilidades de fontes

para o historiador, o qual tem que saber interrogar e interpretar cada uma delas da forma apropriada.

A história oral traz um duplo ensinamento: o da época em que se estuda – o passado – e sobre o período em que a entrevista foi produzida – o presente (p. 16)<sup>4</sup>. É um método de produção de fontes que passa pela interferência do historiador que cruza suas subjetividades com a do entrevistado/a.

Em nossa pesquisa, portanto, nos utilizamos principalmente das memórias como fontes e da história oral como procedimento metodológico para coletar as memórias de nossos entrevistados e assim produzir nossos documentos históricos. Utilizamos o procedimento com entrevistas temáticas, que segundo Delgado (2010), é o tipo de entrevista que fornece informações, versões, interpretações sobre algum tema específico abordado pela pesquisa. Sendo assim, este tipo de entrevista se mostrou adequado para nosso objetivo, que era de ter informações mais situadas a respeito da religiosidade de Alhandra. Nossas entrevistas centraram-se na temática da religião, das experiências religiosas de cada entrevistado.

A proposta deste estudo está dividida em três capítulos, sendo que no capítulo I problematizamos como foi construída a identidade de “cidade jurema” para Alhandra, utilizando, para tanto, a pesquisa bibliográfica e um pouco das memórias dos alhandrenses. No capítulo II, a ideia é expor como a partir da década de 1980 até os dias atuais aconteceu um processo de avanço tanto do catolicismo, como dos evangélicos, e mostrar como estes – católicos e evangélicos – buscaram estratégias para apagar esta identidade de “cidade jurema” e construir outras possibilidades identitárias ligadas mais especificamente às experiências religiosas destas comunidades cristãs. Neste capítulo, utilizamos principalmente as entrevistas, as memórias dos alhandrenses. Por fim, no capítulo III, enfatizamos e problematizamos como, diante da desvalorização do ritual da jurema na cidade e a destruição das árvores sagradas, os juremeiros se mobilizaram para defender sua fé e seus símbolos religiosos. Aqui buscaremos refazer o percurso das tramas das memórias dos alhandrenses e juremeiros.

---

<sup>4</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

# CAPÍTULO I

**A jurema sagrada:  
os desdobramentos da construção da identidade de “cidade jurema”**

## 1.1 A construção de uma identidade religiosa

Jurema, é um pau de ciência  
É um pau encantado  
Que mora debaixo do chão.  
(cantiga popular. ASSUNÇÃO, 2006, p. 123)

Assinalada pelo poder de uma identidade coletiva e/ou social de “cidade jurema”, o município de Alhandra figura como um simples município da meso-região do Litoral Sul da Paraíba (ver mapa 01, p. 33), uma região pobre. A estimativa populacional é de 17.988 habitantes, de acordo com censo 2010 (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Um município a princípio sem grandes atrativos econômicos e turísticos. Os alhandrenses são, em sua grande maioria, agricultores, embora a maior parte da população esteja na área urbana. As ruas da cidade são simples, sem grandes edificações. Os prédios que mais se destacam na cidade são o da Igreja Católica Matriz de Nossa Senhora da Assunção, que fica em frente à praça de mesmo nome, rua que também recebe o nome da mesma santa. Na transversal à rua da matriz fica a Rua João Pessoa: maior rua da cidade. Nela fica situado o segundo prédio de maior evidência da cidade, o templo evangélico da Assembleia de Deus. Mesmo se destacando entre a arquitetura da cidade duas construções ligadas à religião cristã, o município ganhou fama foi mesmo pela suas práticas do ritual da jurema.

Localizada a 35 km da capital João Pessoa, Alhandra se situa também a cerca de 100 km do Recife, capital do vizinho estado de Pernambuco. Esta proximidade entre duas grandes cidades sempre fez com que o município tivesse uma grande relação tanto com João Pessoa como com Pernambuco. Alhandra figura dentro do imaginário coletivo como uma cidade cuja maior força religiosa estaria caracterizada pela identidade de uma religiosidade não cristã, pois os alhandrenses estariam muito mais subjetivados por suas práticas religiosas ligadas aos indígenas ou ainda a religiosidade afro-indígena ou afro-brasileira. Esta subjetivação identitária pela qual passou a cidade é muito mais legitimada e defendida fora dos limites do próprio município, sobretudo, em João Pessoa e Pernambuco. Deteremo-nos sobre isso mais adiante.

### Mapa 01: Localização de Alhandra



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba\\_Municip\\_Alhandra.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba_Municip_Alhandra.svg)

### Imagem de satélite do município de Alhandra



Fonte: <http://maps.google.com.br/>

A identidade de “cidade jurema” em Alhandra não surgiu por casualidade. Esta região recebeu a fama e viu surgir entre seus moradores inúmeros praticantes do catimbó-jurema. Este município é, sem dúvidas, um enigmático espaço que na História mais recente está perpassado por mobilizações de fixação e reelaboração da identidade religiosa. Para entendermos esta atual disputa pela identidade religiosa de Alhandra, onde se passou a negar a identidade de “cidade jurema”, é preciso compreendermos como foi o processo de construção desta identidade hoje negada, que quer ser esquecida em um passado que parece não ser bem visto no olhar de muitos alhandrenses.

Neste primeiro capítulo a nossa preocupação é, portanto, problematizar a construção da identidade de “cidade jurema” para Alhandra. Faremos isto apresentando como base principal de nossa narrativa uma pesquisa bibliográfica e as memórias dos alhandrenses. Para tanto, buscamos colocar em suspeição a construção desta identidade, a qual não é tomada aqui como natural, mas como uma construção social, cultural e histórica (HALL, 2001). Seguindo “os rastros” da jurema em Alhandra, na busca de colocar em alto relevo esta construção identitária é que nos deparamos com um passado onde o surgimento do povoado que é hoje Alhandra foi formado de um aldeamento indígena.

Alhandra foi fundada a partir de uma missão dos padres franciscanos, onde os índios da região, os Aratagui, que pertenciam ao povo Tabajara<sup>5</sup>, mantiveram vivo o ritual da jurema, mesmo sendo obrigados à conversão à fé católica. Nas missões, os missionários se vestiam dos ideários cristãos e levavam os indígenas à prática dos “bons costumes”, ensinando a educação moral e religiosa. O índio era visto como aquele a ser salvo, pois os consideravam como os “pobrezinhos” que não conheciam a verdade: era dever dos padres mostrar-lhes o caminho do céu. A mentalidade europeia e cristã da

---

<sup>5</sup> De acordo com as informações do Relatório Antropológico dos Tabajara no Litoral Sul da Paraíba, durante as guerras de conquista, os indígenas pertencentes ao grupo Tupi – os Tabajara e Potiguara – lutaram em lados opostos, sendo os Tabajara aliados dos portugueses. Segundo ainda o mesmo relatório, os indígenas da região do Litoral Sul, como os de Jacoca (Conde) e Aratagui (Alhandra) ficaram comumente identificados, na historiografia paraibana, como Tabajara. Vale salientar que os aldeamentos indígenas que foram criados no período colonial tinham como um dos objetivos formarem mão-de-obra. Contudo, obedecendo ao Diretório Pombalino os aldeamentos do Litoral Sul receberam inúmeros grupos indígenas de outras regiões, principalmente do Agreste e do Sertão. Com isto, já não poderíamos determinar que esta região fosse habitada apenas pelos Tabajara. É importante dizer que atualmente existe uma mobilização pela afirmação da identidade e reconhecimento de direitos por índios Tabajara no Litoral Sul da Paraíba.

MURA, Fábio (Coord.). **Relatório de fundamentação antropológica para caracterizar a ocupação territorial dos Tabajara no Litoral Sul da Paraíba** (FUNAI, Instrução Técnica Executiva nº 34/DAF/2009). João Pessoa, agosto, 2010.

época não entendia e nem aceitava o diferente. Neste sentido, a cultura indígena era vista como algo que precisava ser superado. O certo era o caminho da cristandade, tendo em vista que se tratava do cristianismo católico, e os Franciscanos<sup>6</sup> tiveram uma importância grande no processo da colonização dos índios na Paraíba. A estratégia dos colonos era de isolar e controlar os indígenas. Claro que isto não se dava sem conflitos, mas a ação dos religiosos foi de extrema importância para “pacificar” os nativos.

A necessidade de efetivar de vez a catequização indígena fez com que os franciscanos passassem a edificar igrejas e conventos nas aldeias, foi assim que foi fundada a igreja de Alhandra com a invocação de Nossa Senhora da Assunção, uma das primeiras a ser fundada na Paraíba, em 1740, a qual tinha uma firme construção, num estilo barroco rural. Juntamente a igreja foi erguido um convento, dessa forma os religiosos passaram a ter uma maior presença e controle sobre os nativos alhandrenses.

Em 1749, a capela de Alhandra foi elevada a Freguesia de Nossa Senhora da Assunção, sendo a segunda freguesia a ser criada na Paraíba. A primeira era a da capital, Freguesia de Nossa Senhora das Neves. A freguesia de Alhandra era ligada à Diocese de Olinda. E foi nove anos depois da criação da freguesia que, em 1758, o aldeamento indígena foi tornado vila: “Em virtude da Carta Régia de 14 de Setembro e Alvará desta data, é elevada a categoria de villa a aldeia de Arataguy, com o nome de Alhandra.” (PINTO, 1977, p. 158).

Sendo a primeira vila da Paraíba, tendo sua criação ocorrida em 1758, a Vila só foi realmente instalada em 1765. Após Alhandra ter sido erigida vila, seguiram-se mais quatro outras, a de Pilar (1758), a de São Miguel da Baía da Traição (1762), a de Monte-Mor da Preguiça (1762) e a de Jacoca, atual Conde, (1768). Todas elas fundadas a partir de aldeias indígenas. Percebe-se que todas foram criadas em um curto espaço de tempo, e todas além de serem aldeias indígenas, ficavam também na faixa litorânea. Isto nos demonstra de que o motivo é justamente favorecer cada vez mais o controle indígena, de modo que, na medida em que Alhandra deixou de ser uma simples aldeia missionária e passou a ser vila, ela deixou de ter apenas as autoridades religiosas, e passando a ter um controle das autoridades civis. Neste sentido, o índio deixa de

---

<sup>6</sup> Com a expulsão dos jesuítas da Capitania da Paraíba, em 1593, pelo então governador da Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho, os padres franciscanos (da Ordem Menor) se ocuparam de todo o trabalho missionário da região, passando a serem os responsáveis pela catequização dos índios de Alhandra. (SEIXAS, 1979, p. 47)

obedecer ao padre e passa a obedecer ao capitão-mor e ao capitão dos índios e às demais autoridades civis locais.

A criação de todas estas vilas e freguesias, nas áreas de aldeamentos indígenas segue uma determinação do diretório pombalino<sup>7</sup>, o qual foi de extrema importância na configuração da ocupação territorial do Litoral Sul do Estado da Paraíba, passando a ser determinado os espaços onde os índios habitariam.

Fundada a vila de Alhandra em 1758, a população indígena passou a viver como os brancos e a morar em casas individuais e não mais em aldeias comunitárias. Passaram a participar do cotidiano da vila, com os costumes trazidos pelos europeus, como relata o presidente da Província, de acordo com Melo:

Os índios que existem nesta província estão todos aldeados e habitam pela maior parte em vilas sujeitas às autoridades civis (...) e já estão todos degenerados da origem primitiva que a maior parte nem o idioma de suas tribos falam; estão hoje confundidos na massa da população e apenas nas vilas de Alhandra, Conde e antiga vila da Baía da Traição vivem no meio das outras raças que inteiramente os sobrepujam em número e importância. (MELO, 1999, p. 211)

O relatório do Presidente da Paraíba fala do período por volta 1845, portanto, já é o período do Império, em que percebemos que Alhandra aparece como sendo um dos poucos lugares onde ainda existe a presença indígena na Paraíba, contudo estes estão totalmente subjugados às leis civis e já é minoria no meio dos não índios, vale salientar que este era o discurso oficial, que buscava criar uma imagem para o Brasil de que os indígenas já eram minorias e os que ainda existiam já não se comportavam dentro dos padrões de suas culturas, contudo, sabemos que isso não é bem verdade, pois os indígenas resistiam, e mesmo se convertendo ao cristianismo, resignificavam esta crença e não abandonavam totalmente suas culturas.

Talvez um dos maiores conflitos entre o mundo europeu e o indígena tenha sido justamente esta resistência dos índios em manterem seus rituais, sua fé. Os nativos não abandonaram suas crenças tão facilmente e nem os colonizadores desistiram em tirá-los o direito de crer livremente. Afinal, para a mentalidade católica da época só haveria salvação se os mesmos se tornassem católicos, se abandonassem seus hábitos “selvagens” e aderissem aos bons costumes dos “civilizados”, e nisto estava incluído

---

<sup>7</sup> CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Vilas Pombalinas na Capitania da Paraíba: espaços urbanos de confluência**. Disponível em: [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais)

prioritariamente a religião. Desta forma, os colonizadores se vestiram da indumentária do salvacionismo, ou seja, eles tinham a missão divina de salvar estas consideradas “pobres almas” perdidas. Só o cristianismo poderia tirar os selvagens de sua situação “animalesca” e dar-lhes uma nova condição; tornar-se cristão era, então, passar do estado de selvageria em que os índios se encontravam e ganhar a humanidade, isto partindo do pensamento europeu quinhentista.

Mesmo que o discurso oficial transpareça que os indígenas foram facilmente vencidos e logo tendo abandonado suas crenças, percebemos o quão difícil foi à vida dos missionários para levarem o credo católico aos nativos. Além do mais, a relação que o índio manteve com os rituais católicos foi bem diferente daquele proposto pelos padres. Os indígenas de Alhandra burlavam a ordem estabelecida, isto pode ser percebido de forma clara nas dificuldades que os missionários encontraram para levar os índios a crerem no seu Deus (o Deus cristão).

Os índios estavam longe de absorver de forma passiva as idéias e crenças do cristianismo europeu. Ao contrário das narrativas da história oficial, durante a colonização os invasores tiveram que enfrentar forte resistência desses povos. A Jurema e a Santidade, portanto, seriam exemplos desta resistência ao colonialismo português. (SALLES, 2004, p. 103)

Em Alhandra, isto foi bastante forte, porque mesmo a religião católica se estabelecendo e ganhando aceitação entre os índios, estes ainda mantiveram seus rituais, através de um forte sincretismo religioso<sup>8</sup>. E Alhandra sempre despertou a atenção de muitos, atraídos pelos famosos mestres da jurema, não apenas estudiosos, nem pessoas interessadas em fazer reportagens. O lugar era, procurado por aqueles que queriam recorrer aos mestres na busca de ter atendidos seus desejos.

A jurema em Alhandra era algo sagrado, assim como a cruz para os cristãos. Ela possuía algo de supremo para os juremeiros, ninguém podia arrancar as folhas da jurema sem pedir licença aos espíritos ou encantados, ou ainda derrubar um pé de

---

<sup>8</sup> O sincretismo religioso evidencia que o sagrado é um forte elemento presente na formação cultural brasileira. A intermistura cultural e a interfusão das práticas em torno do sagrado nos levam a um conhecimento mais amplo e detalhado da fé experimentada por estes do passado, e que hoje também revivem em seus Terreiros e Igrejas as mesmas práticas e devoções. O sincretismo acontece desde o início da colonização, não simplesmente com a chegada do africano para o trabalho escravo.

OLIVEIRA, Marlon. <<http://www.webartigos.com/articles/23146/1/RELIGIAO-IDENTIDADE-E-SINCRETISMO-MULTIPLS-OLHARES-SOBRE-UM-FENOMENO/pagina1.html>> Acesso em: 25 de maio de 2010.

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

jurema, pois caía no signo do proibido. Dizia-se que aquele que derrubasse uma jurema o mal pousaria sobre ele como um castigo.

Dessa forma, mesmo aqueles que não acreditavam e nem frequentavam os rituais de catimbó mantinham uma grande consideração. O que revela que na verdade boa parcela da população frequentava e fazia uso dos conselhos e se valiam não dos médicos quando doentes, mas sim dos mestres da jurema. Em Alhandra, a resistência indígena se deu então sob a permanência de um traço da religião dos nativos que, mesmo com a catequização e todas as tentativas do catolicismo, não conseguiram destruir esta prática que durou séculos através de negociações e reelaborações e, absorvendo aspectos do catolicismo: esta resistência permaneceu demonstrando como a cultura indígena não desapareceu no período colonial brasileiro, ao contrário, se adaptou e persistiu durante todo o Império, chegando até o período republicano.

## 1.2 Narrando a jurema, o ritual e os mestres juremeiros

A jurema é pau santo  
Onde Jesus descansô  
Sô mestre em toda linha,  
Sô mestre curado.

Quando Deus andô no mundo  
Na jurema descansô.  
O segredo da jurema  
Quem me deu foi o sinhô.

Os galinho da jurema  
Sua sombrinha formô.  
Que cobriu a Jesus Cristo  
Que era nosso Sinhô.  
(cantiga de jurema)<sup>9</sup>

Percebido o caráter mais histórico, relacionando o passado indígena como indícios do início da prática do culto da jurema em Alhandra e sendo analisado como práticas de resistência à colonização europeia, nos dispomos, agora, a trazer as várias narrativas dos estudiosos da jurema, que sempre enaltecem como sendo Alhandra, até a

---

<sup>9</sup> ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. **Reino dos mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

década de 1980, um lugar privilegiado destas práticas ritualísticas. Para tanto, queremos evidenciar que a jurema, tal como a concebemos e conceituamos, é um conjunto de símbolos mágico-religioso de origem indígena, mas depois perpassada também pelos símbolos afro e católicos.

Aqui, nos filiamos claramente à concepção da História Cultural Antropológica, percebendo que os estudos dos símbolos são uma relevante forma de conhecer as sociedades passadas e presentes (BURKE, 2000). Reconhecendo esta importância dos símbolos para a construção do conhecimento histórico e percebendo a jurema como um sistema cultural (religioso e simbólico) é que pensamos este sistema como fundamental para o entendimento da construção de sentimento de pertencimento e/ou de não pertencimento a este determinado sistema cultural simbólico (a jurema) que foi colocado como significativo para os alhandrenses.

Pensando junto com Geertz (2001), a religião é um sistema cultural e como tal possibilita por meio do estudo dos símbolos, entender os significados de uma sociedade que são transmitidos historicamente. Em se tratando de símbolos religiosos, sagrados, estes agem como uma síntese do ethos de um povo, desde o seu caráter até seu modo de ver o mundo e de se perceberem neste mundo. É neste sentido que analisamos o ritual da jurema em Alhandra, e como isto foi importante para fixar durante algum tempo a identidade coletiva de “cidade jurema” para este município.

Vamos agora analisar este sistema cultural, mágico-religioso da jurema sagrada:

O termo jurema vem do tupi “Yu-r-ema” e Cascudo (1978:98) define o nome dado a uma “árvore espinhenta do sertão, da qual o gentio extraía um suco capaz de dar sono e êxtase a quem o ingeria”. É prática comum a utilização de duas espécies de jurema: a preta (*Mimosa hostilis benth*) e a branca (*Vitex agnus castus*). Essas espécies são empregadas em bebidas, banhos, remédios, defumadores, a fim de curar os males físicos e espirituais. (ASSUNÇÃO, 2006, p. 19)

Em Alhandra a jurema preta sempre foi a mais utilizada e, segundo Vandezande (1975), era tida como a verdadeira, a apropriada para fazer o ritual e também a bebida. Quanto à referência de Câmara Cascudo (1956) que a jurema é uma árvore nativa do sertão nordestino, como explicar sua forte presença no litoral sul da Paraíba? Vandezande (1975) diz que sua presença no litoral e em Alhandra era intencional, na

medida em que os nativos eram descidos<sup>10</sup> para o litoral da Paraíba, para as missões como a de Alhandra e Jacoca (Conde). No entanto, no Litoral Sul da Paraíba havia, muitos índios descidos, esses teriam trazido a árvore considerada sagrada que se proliferou na região do litoral.

A árvore da jurema, segundo os autores estudados, assume um caráter simbólico, em que: “as suas raízes, suas sementes, a sua madeira, o lugar onde cresce ou simplesmente a palavra “jurema” (...) são de importância central no Catimbó do Litoral Sul da Paraíba.” (VANDEZANDE, 1975, p. 128). O Catimbó, como também é conhecido o ritual da jurema, tem sua centralidade em torno do arbusto, Salles (2004) afirmou que o catimbó foi o tipo de culto que teria prevalecido em Alhandra até meados de 1970. Assunção (2006) por sua vez, assegurou que em Alhandra se praticava o catimbó rural, que explica ele, ser caracterizado por uma experiência nas crenças e práticas que está mais intimamente ligada à tradição indígena. Esta mesma referência faz, Nascimento (1994): “Vamos mencionar um aspecto (...) que aponta para a existência, nesse “catimbó” mais próximo de tradições indígenas, na área rural paraibana (Alhandra)” (p. 132).

Por essa prática mais próxima das crenças indígenas, o simbolismo da jurema em Alhandra é, de acordo com Assunção, uma concepção de que:

a planta “jurema” é possuidora de seres dotados de um “espírito” próprio, com a capacidade de comunicação e intervenção sobre os “problemas” que afligem os indivíduos. Além dessa concepção, é visível na diversidade da “jurema” encontrada em Alhandra a combinação de um conjunto de símbolos trazidos do catolicismo popular e da cultura africana, traduzidos nos elementos simbólicos das imagens de santos católicos, orações, búzios, melodias, maracás, flores, bebidas e na presença dos “espíritos” de índios, caboclos e mestres. (2006, p. 94)

Apesar dos estudos analisados demonstrarem a conformação que o ritual da jurema em Alhandra tem uma grande aproximação às crenças dos nativos, também revelam que havia uma reapropriação das práticas ritualísticas, onde simbologias católicas e da cultura afro se misturavam aos elementos indígenas. Esta aproximação

---

<sup>10</sup> Descer os índios do sertão para o litoral era, segundo Medeiros (1999), uma estratégia colonialista, pois esse espaço era o que mais necessitava de mão-de-obra, tanto para a lavoura da cana-de-açúcar como para construções públicas e aberturas de estradas.

MEDEIROS, Maria do Céu. **Das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

com a crença dos indígenas se dá, principalmente, por crerem que a jurema era um símbolo relacionado a espíritos dos ancestrais dos nativos, os quais operavam curas e resolveriam os problemas. A jurema é, simbolicamente, um instrumento ritualístico para aproximar os indivíduos dos seres encantados.

É comum a referência da existência em Alhandra das chamadas “cidades de jurema” ou ainda “cidade dos encantados”, estas cidades da jurema, como já foi feita alusão, são os lugares da presença do arbusto e que em torno dele se realiza os ritos do catimbó. Como nos sugere Salles (2004): “As cidades da jurema são lugares sagrados e, como tais, constituem uma ruptura na homogeneidade do espaço, demarcando, assim, uma geografia sagrada.” (p. 112). As “cidades da jurema ou dos encantados” está assim para os juremeiros como espaços diferenciados dos demais, de ligação entre o mundo dos vivos e o dos mortos, o mundo da realidade e dos encantados.

Vandezande (1975) mapeou dez “cidades de jurema” em Alhandra, sendo elas: cidade do Major Dias, Maria do Acais, Mestre Zezinho, Mestra Maria Arcanja, Cidade de Mocinha, Mestra Tandá, Mestre Cadete, Mestra Isabel, Mestre Flósculo e Cidade de Tambaba. Segundo este autor, pela tradição local:

Quando alguém “grita pela jurema” em Alhandra e municípios vizinhos, quando bebe jurema, ou simplesmente quando alguém utiliza o símbolo, a palavra jurema, ele o faz sempre com referência a uma determinada “cidade jurema”, a um arbusto bem definido e com alusão a um determinado mestre e seu grupo de discípulos (p. 133)<sup>11</sup>

Essa geografia do sagrado, ou os espaços das chamadas “cidades de jurema”, é invocado sempre pelos juremeiros, a fim de ter seus males curados e seus problemas resolvidos. Cada cidade dessas tem um “mestre da jurema”, normalmente a cidade encantada recebe o nome do próprio mestre ou do mestre a qual foi dedicada. Foi com o uso dos “mestres da jurema” que a jurema ficou famosa, estes mestres eram muito perseguidos por policiais, só podendo exercer suas crenças às escondidas, afastados da cidade. Vandezande (1975) informou que, para fugir da perseguição dos policiais, os mestres de Alhandra, desejando ter tranquilidade e liberdade de culto, passavam a ter uma carteira da Federação dos Cultos Africanos do Estado da Paraíba. O autor não informou a data, mas isto deve ter ocorrido por volta da década de 1970.

---

<sup>11</sup> VANDEZANDE, René. 1975. *Catimbó*. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE.

Os mestres possuem uma centralidade dentro do universo da jurema. Tendo duas categorias de mestres que se completam como em um ciclo ritualístico: os vivos e os mortos. Para Assunção:

Mestres são espíritos que habitam um outro mundo, de onde são invocados para ajudar os humanos sofredores. Mestres são, também, feiticeiros vivos, sacerdotes, que conhecem os segredos daqueles espíritos e são capazes de usar seu conhecimento mágico em benefício dos homens. Mestres são, pois, vivos e mortos, e os que hoje vivem e fazem seu trabalho de culto aos mestres do além, um dia também serão espíritos e como tais serão chamados nas cerimônias de auxílio mágico aos viventes. (2006, p. 11)

A jurema é o conjunto de crenças e rituais que compõem o universo religioso dos mestres. Uma das mestras mais conhecida em Alhandra foi Maria do Acais, que como nos indicou Vandezande (1975) seria descendente de mestre Ignácio, regente dos índios de Alhandra (período não informado). A família do Acais teria sido famosa por dominar os “segredos da jurema”. Além da famosa Maria do Acais, teriam sido mestres nesta mesma família: Cassimira, Zezinho e Flósculo. O Acais fica na estrada que dá acesso à sede do município de Alhandra, às margens da estrada ficava a casa principal, onde morou Maria do Acais. Por trás da casa ficava o arbusto principal do qual faziam as bebidas e o ritual.

Os mestres vivos são responsáveis pelo contato com o mundo dos encantados, ou seja, com os espíritos dos mestres mortos. Estes mestres do além, “donos dos bons saberes”, são geralmente de todas as raças, espíritos de indígenas e caboclos, negros escravos, podem ser espíritos de brancos que foram famosos catimbozeiros e são, ainda, mestiços. O mestre vivo pode visitar o mundo sobrenatural por meio do transe, geralmente proporcionado pela ingestão da bebida jurema. Os mestres usam ainda nos seus rituais para curar as doenças e os males espirituais o fumo, pois a fumaça do cachimbo auxilia no transe. Para invocar um mestre do além, o mestre vivo tem que cantar especificamente para atrair o mestre que ele desejar, através de cânticos chamados de ponto<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Segundo Vandezande (1975), a mestra Maria do Acais é invocada pelo ponto: “Eu dei um grito aqui, ninguém me respondeu. Eu dei um grito aqui, ninguém me respondeu, que das mestras d’Alhandra e a boa mestra sou eu”(p. 82).

VANDEZANDE, René. 1975. **Catimbó**. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE.

Contudo, a jurema para ser sagrada tem que passar por um processo para colocá-la em patamar diferenciado das outras árvores. Salles (2004) nos diz que a jurema precisa passar por um ritual, feito pelo mestre, para que aconteça o estabelecimento da simbolização do sagrado, se isto não ocorrer, a jurema é uma planta como outra qualquer. Porém, não encontramos em nenhum dos autores estudados, como acontecia tal ritual para tornar sagrado o pé de jurema.

A bebida da jurema, usada durante as sessões, devia ser sempre preparada seguindo um ritual. Normalmente, só o mestre tinha a autorização para fazê-lo, embora muitos possuíssem os segredos da preparação, mas não tinham autorização para tal feito. Havia uma hierarquização, no qual o mestre, assim como um sacerdote, ocupava o lugar de destaque. Sobre a preparação da bebida Vandezande, disse:

A preparação da jurema foi uniforme em cinco casos observados por nós. Pede-se licença ao mestre de determinada cidade de jurema, descobre-se as raízes da jurema, as vezes usa-se um ritual com velas e fumaça. Depois corta-se as raízes, também as vezes de maneira ritual, isto é, em determinadas medidas. Em seguida as raízes são lavadas e maceradas num pilão destinado exclusivamente a este fim. A massa resultante deste processo é colocada numa bacia com água limpa que toma a cor roseada e tem gosto amargo astringente. Depois procede-se as defumações rituais. (1975, p. 135)

Assim, analisamos este complexo sistema de símbolos mágico-religioso, do qual podemos perceber que sua principal função era estabelecer uma harmonia, uma ordem social, garantida por meio destes símbolos. De modo que, sempre que o caos se estabelecia, em forma de doenças, de problemas espirituais, familiares, etc. todo o sistema simbólico entrava em ação para garantir o retorno da ordem, da harmonia.

### **1.3 Jurema, um “pau de ciência”: doença e cura no ritual mágico-religioso**

A cura dos males do corpo e do espírito é a finalidade essencial dessa crença. E os espíritos, quando invocados, descem à terra não para serem adorados e nem receberem oferendas, mas para promover a saúde e atender as variadas necessidades dos indivíduos.

Nesse ponto é interessante analisarmos a jurema como um sistema mágico-curativo, que pode ser concebida como uma prática de curandeirismo – não usamos aqui a palavra curandeirismo da forma preconceituosa como normalmente é concebida. O curandeirismo tem ganhado espaço na historiografia brasileira como uma forma de também se conhecer o passado.

O corpo e tudo que está relacionado a ele, as doenças, a higiene, a morte, tornam-se, cada vez mais, temas de interesse da História, que se apresenta como um importante meio de investigar uma sociedade, a forma como ela pensa, se organiza através dos símbolos socialmente e culturalmente construídos. Os historiadores ao tomarem estes temas como objeto de estudo, como a doença, não a entende apenas pelo seu aspecto biológico – como uma patologia – mas, sobretudo, como formas simbólicas de representação que as diferentes sociedades constroem sobre a doença e a cura. A História desnaturalizou este campo tido, a priori, como biológico. A doença e a cura devem ser percebidas como um significado simbólico e historicamente construído. A doença pode, por exemplo, colocar a prova todo o aparato e a resistência ou não das estruturas políticas, econômicas, sociais, e até morais, de uma sociedade, podendo, inclusive, provocar conflitos sociais (SILVEIRA e NASCIMENTO, 2004). Assim sendo, a doença é um objeto de estudo privilegiado para entender o funcionamento de uma sociedade, pois funciona como um significante da sociedade.

Se entendermos a doença e conseqüentemente as formas de curar as doenças como algo que é simbolicamente construído e significado de formas diferenciadas por sociedades distintas, não podemos negar que, dentro de uma mesma sociedade, estas significações sobre a doença e as formas de curas também podem ganhar significados dos mais variados. Portanto, diante das políticas modernas de medicalizar e higienizar a sociedade brasileira no Séc. XIX (WEBER, 2007), outras formas de se pensar e significar a doença e a cura existia por todo o Brasil. Neste país de dimensões geográficas tão grandes e com diferenças culturais evidentes, a variedade de práticas de curas era algo comum. Muito antes das práticas médicas, institucionalizar a forma certa de cura das doenças, existia por todo o território deste Brasil, inúmeros curandeiros que, com a chegada da dita sociedade moderna passaram a ser vistos negativamente como charlatães.

Benzedeiras, curandeiros, parteiras, espíritas, tantas outras práticas que eram o auxílio da população, antes dos médicos, passaram a ser perseguidos e desprestigiados

em suas formas de lidar com as doenças e as curas. Mas, as políticas médico-higienistas não colocaram fim nessas variadas formas de lidar com a saúde do povo brasileiro. Apesar disto, os estudos historiográficos não têm se voltado com tanta atenção para estas “artes de curar”. Somente a partir da década de 1990 é que os curandeiros começam aparecer com mais centralidades nas escritas dos historiadores do Brasil.

Ao estudar os curandeiros, Witter (2005) fez uma historiografia sobre as mais recentes pesquisas de historiadores a respeito da arte e o ofício de curar, identificando uma série de estudos que colocam o curandeirismo como principal eixo de reflexão. Para esta autora, a década de 1990 foi o momento que este tema saiu da periferia e assumiu uma centralidade: “Alguns destes trabalhos dedicaram-se diretamente aos curadores populares, suas práticas e seu papel junto à população, outros encontraram em temas convergentes, como o corpo, o nascimento, a morte, etc.” (p. 17). O curandeiro ganha uma importância nos estudos históricos, e não apenas o médico, evidenciando a importância destes para a cura de diversos males e doenças, assim como as parteiras que tinham uma grande função na sociedade brasileira, seja na colônia ou no império e até mesmo adentrando o período da República.

Contrariando, portanto, os discursos médicos que tentavam a todo custo desqualificar a arte e as práticas de curar, é que percebemos a presença de práticas mágico-curativas no Nordeste do Brasil, especialmente sobre as curas por meio do uso de plantas tidas como sagradas pelos indígenas, a exemplo da jurema. Estas práticas de cura por meio de espécies botânicas consideradas sagradas, são uma forma de resistência tanto à expansão colonial, como da expansão da modernidade desde os fins do Século XIX.

No processo mágico-curativo por meio da Natureza, esta é percebida como um sistema simbólico que, no caso da jurema, compreende: planta-bebida-mestre-símbolo (como enfatizado anteriormente), o qual é de grande importância para a afirmação da identidade étnica indígena no Nordeste brasileiro.

Para entender o universo de cura das doenças por meio do ritual da jurema, que é uma prática antiga de diversos grupos indígenas no Nordeste, é preciso também entender o conceito de doença para estes povos, uma vez que tanto os índios como os curandeiros populares não entendem a doença, assim como a saúde, da mesma forma que o saber médico moderno. Só mesmo entendendo como é pensada a doença é que

vamos entender o processo de cura realizado por meio da jurema e outras formas mágico-curativas:

Os curandeiros também se diferenciam quanto a seus conceitos e visões de corpo humano e sintomas, assim como, é claro, em sua filosofia própria de vida ou orientação em relação aos conceitos de saúde e doença. Curandeiros populares “tradicionais” enxergam questões relativas à doença como sendo intimamente relacionadas ao mundo invisível dos espíritos e entidades da floresta, e ao “encantamento” que nasce do lado espiritual da vida (MOTA, 2007, p. 194)

A doença é, portanto, um desequilíbrio espiritual. Isto traz consequências não apenas para o espírito, mas o corpo sofre as implicações desse desajuste espiritual. As doenças seriam a forma física, a forma aparente desses problemas invisíveis. O que causariam então estes desequilíbrios emocionais e em decorrência as doenças físicas? Segundo Mota (2007), a doença pode ser causada pelos desejos de uma divindade, certamente diante de algo feito pela pessoa que desagradou a esta divindade. A doença pode ainda ser uma ocorrência natural devido às circunstâncias materiais vivida pela pessoa doente. Mas, pode ser ainda resultado de um “trabalho feito” por uma pessoa a outra, ou seja, feitiçaria.

Diante de uma doença cujas causas são espirituais, a cura também tem que ser espiritual. Neste caso, a pessoa só se tornaria saudável novamente se restabelecer o equilíbrio do espírito ou desfazer a feitiçaria, o mal cometido pela outra pessoa; e o tratamento aconteceria via o ritual mágico-religioso. O uso da jurema, com suas propriedades divinas, possibilitaria que as divindades da planta sagrada purificassem o corpo enfermo. Para Mota:

Enquanto agentes curativos, as plantas têm duas dimensões, ambas responsáveis por efetuar cura. A mais óbvia delas – pelo menos para a conceituação ocidental – é o componente bioquímico ou os princípios ativos que atuam na química do corpo humano de modo a propiciar a cura (...) A outra dimensão de plantas como agentes de cura é aquela que se encontra na constituição mental – e/ ou cultural – dos usuários quando estes ativamente constroem, ou imaginam, os ingredientes ingeridos como capazes de carregar a doença para fora de si. (2007, p. 136 – 137)

As plantas com poder de cura possuem uma dimensão que é a do componente bioquímico, a qual age sobre o corpo operando a cura. E por outro lado, tem a dimensão mental e cultural: a crença que a pessoa enferma tem que aquela planta vai curá-la, vai

tirar a doença de dentro de seu corpo. Esta segunda dimensão é aquela que é construída simbolicamente pela sociedade/indivíduos. Esta construção cultural que as sociedades fazem sobre as plantas é de extrema importância no processo de cura.

Não foi apenas em Alhandra que o ritual mágico-curativo da jurema se estabeleceu. Em todo o Nordeste é possível encontrar práticas de curas por meio da jurema. Um caso bem interessante é o dos Kariri-Xocó, no Estado de Alagoas. Os Kariri-Xocó conservaram a prática ritual que eles chamam de Ouricuri, que eles dizem possuir um segredo, no Ouricuri, a jurema também é sagrada (MOTA, 2007). E assim, este grupo mantém até os dias de hoje os seus segredos ritualísticos do Ouricuri e da jurema.

Entre os juremeiros de Alhandra, como entre os Kariri-Xocó, a jurema assumiu principalmente a dimensão cultural/simbólica. A planta jurema é construída no imaginário como sagrada, possuidora dos espíritos dos antepassados. A jurema é este símbolo culturalmente construído e que possibilita a cura.

Como demonstramos, em Alhandra existem as chamadas “cidade de jurema”. Os espaços sagrados da realização do ritual e das curas e para os Kariri-Xocó também existe esta geografia do sagrado. Este espaço construído simbolicamente para que ocorram as curas. Para estes, o espaço sagrado chama-se Ouricuri, o qual é uma mata, onde ocorre a principal festa para este grupo indígena, o nome da festa também é Ouricuri:

Considera-se a mata do Ouricuri sagrada porque o ritual do convenio entre deuses, ancestrais e os homens ali toma lugar. Tal espaço torna-se um lugar estruturado e significado, tendo forma e poder e sendo o único espaço “real”, melhor dizendo, o único espaço digno de ser vivenciado, pois a vida sem ele não seria possível. A vida era tão difícil, tão repleta de inimigos reais e imaginários, para os povos indígenas! Admitir que existia um espaço simbólico, e também “real”, só para eles, era o essencial para as suas vidas; assim, suas trajetórias naquelas terras secas e empobrecidas do sertão nordestino seriam possíveis. (MOTA, 2007, p. 104-105)

A mata do Ouricuri está assim para os Kariri-Xocó como as cidades de jurema estão para os juremeiros de Alhandra. Estes espaços sagrados são essenciais para suas vivências e manutenção da própria vida cultural e identidade destes grupos. São nestes espaços diferenciados dos demais que eles conseguem estabelecer laços com o reino mágico e sagrado, o reino dos encantados, dos ancestrais. E, normalmente, nestes

espaços sagrados acontece a ingestão da bebida jurema, uma bebida que para os seguidores é fermentada com propriedades mágicas. Para os seguidores da jurema há segredos da jurema que não podem ser revelados de forma alguma para aqueles que não pertencem ao grupo. Na visão dos juremeiros alhandrenses, assim como para os Kariri-Xocó, não é qualquer pessoa que pode fazer uso dos poderes sobrenaturais da jurema, mas apenas os possuidores dos segredos da ciência<sup>13</sup> da jurema.

Os catimbozeiros, ou mestres da jurema, receitavam a bebida jurema para a cura das mais diversas doenças e ainda para o alívio dos infortúnios espirituais e mentais. Mas se têm registros que, também, receitavam inúmeros outros remédios de origem botânica preparados por eles mesmos.

#### **1.4 Alhandra, o símbolo da jurema: uma identidade uniforme?**

Alhandra é a cidade mundial da jurema (...) Alhandra é pra o juremeiro o berço, é a raiz, é de onde saiu nosso fundamento, então tudo começou em Alhandra. (M. J., 2010)

Como o ritual da jurema é um sistema de símbolos, a própria cidade de Alhandra também figura como um símbolo para os juremeiros. A cidade é sagrada, e nela teria surgido a ciência da jurema: lugar onde até hoje reside a força maior para os juremeiros de toda parte. A fama dos mestres juremeiros da cidade projetou Alhandra como este lugar privilegiado da prática do catimbó-jurema, reconhecendo a cidade com a identidade de “cidade jurema”.

Não tomamos aqui a identidade como sendo uma essência. A identidade não é algo que nasce com o sujeito, mas é construída e refeita continuamente durante toda a vida do sujeito. Não sendo, portanto, algo natural, mas histórico. Não havendo desta forma uma identidade pronta e acabada, mas sempre em contínua resignificação, (HALL, 2001). A partir desta perspectiva da desnatarualização, da não cristalização de uma identidade una, é que Silva (2000) enfatizou que a identidade é construída na relação inseparável com a diferença. Deste modo, pensar na identidade é pensar também

---

<sup>13</sup> É comum que os juremeiros se refiram à jurema como uma ciência, a “ciência da jurema”, sempre que eles fazem uso deste termo, o nome ciência aparece como sendo o conhecimento. Portanto, a “ciência da jurema” é o conhecimento que eles possuem da jurema sagrada. Sempre que aparecer este termo no texto, ele estará sendo referido no mesmo sentido a que os juremeiros fazem uso.

na diferença, aquilo que eu sou e naquilo que não sou, pois eu me nomeio com determinada identidade, só me identifico com algo quando classifico o que é diferente de mim.

Em se tratando de uma identidade religiosa, Geertz (2001) mencionou que nos tempos atuais as identidades religiosas estão em alta. A busca desta identidade é cada dia mais presente. Apesar da modernização da sociedade, da velocidade das informações, as pessoas têm procurado se firmar naquilo que pode oferecer algum tipo de segurança, e a religião parece fazer este papel. Contudo, hoje em dia existe uma pluralidade de identidades religiosas, de modo que fica até difícil definir, por não haver esta singularidade. As constantes migrações e imigrações forçam as pessoas a experimentarem sempre mais novas possibilidades religiosas. O ocidente tem convivido ultimamente com grande presença de pessoas que são de uma experiência religiosa não ocidental: hindu, mulçumana, budista. Isto faz com que dentro desta realidade as identidades religiosas se desloquem, se modifiquem, se multipliquem:

Entre essas questões mais profundas encontra-se, com certeza, o que passou a ser chamado de “busca da identidade”. Como “política da identidade”, “crise da identidade”, “perda da identidade” ou “construção da identidade”, o termo “identidade” decerto tem sido muito aviltado nos últimos tempos [...] Alguma coisa, alguma coisa muito geral, está acontecendo com a maneira como as pessoas pensam em quem são, em quem são os outros, e em como querem ser retratadas, denominadas, compreendidas e situadas pelo mundo em geral. “A representação do self na vida cotidiana” (GEERTZ, 2001, p. 156)

Não é nenhuma novidade esta tão apregoada “crise de identidades” que ocorreu no contexto universal atual, contudo, como assinalou Geertz (2001), o que estaria acontecendo para as pessoas mudarem em relação ao que pensam de si e dos outros, como querem identificar e serem identificadas, de maneira que possa ser representado o eu, o indivíduo e suas vontades, no cotidiano da sociedade.

Segundo Oliveira (2010), as experiências religiosas são únicas. Cada experiência com o sagrado é bem característico. É esta peculiaridade que torna a experiência religiosa significativa, levando o indivíduo a uma vivência profunda dentro do universo do sistema religioso que ele escolheu. A experiência religiosa nos termos colocados por Oliveira (2010) é fundamental na construção de uma identidade religiosa. Esta experiência no âmbito religioso leva o indivíduo a fabricar uma identidade ligada à

experiência e, esta identidade, passa a fazer parte de toda a sua vida, de suas decisões, do modo pelo qual passa a enxergar o mundo e julgar os valores ou a falta dos valores.

No caso da identidade religiosa de Alhandra, “cidade jurema”, é uma identidade coletiva, o que implica dizer que a identidade construída para o todo de uma cidade parece impossibilitar que outras experiências religiosas sejam vividas pelos indivíduos que habitam dentro dos limites do município. Isso pode ser bem ilustrado na fala de uma senhora católica, de 73 anos, que nasceu e vive toda a sua vida em Alhandra. Ela relatou que era comum sempre que estava em outra cidade e ao se identificar como sendo de Alhandra, logo era tida como catimbozeira:

quando você chegava num lugar e diziam assim, você é de onde? Sou de Alhandra, logo diziam: ave Maria aquela pessoa ali ó, tenha cuidado, é de Alhandra, porque o pessoal se apegava muito nessas coisas [...] até em João Pessoa mesmo lá no médico, agora não, mais antes, se dissessem você mora aonde, em Alhandra, pronto, se você quisesse até passar na frente da fila você passava, porque pensava que todo mundo, qualquer pessoa que dissesse, moro em Alhandra, vivia nesse setor de catimbó, era assim, agora não, agora tudo mudou. (E. F., 2010)

Outra senhora, de 78 anos, também fez um relato parecido. Ela tem uma experiência religiosa espírita Kardecista na atualidade, mas na época do relato, anos de 1970, era católica.

Em Recife mesmo, uma vez eu tava numa compra. E eu dizendo a minha irmã: olha cuida que eu quero pegar o ônibus pra Alhandra. Aí a moça disse assim: a senhora mora em Alhandra? Aí eu disse: moro, e a moça disse: Ave Maria ali é terra de catimbozeiro, né? Eu disse: num sei não, num sei informar não. Eu sei que tem muito espírita por lá. Agora se é catimbozeiro eu num sei não. Aí a resposta que dei pra ela foi essa, entendeu... (A. G., 2009)

Alhandra figurou assim, durante muito tempo, com essa forte identidade de “cidade jurema”, até os anos de 1980. É claro que, parte considerável dos moradores da cidade nunca foi seguidor da jurema sagrada. A senhora G. P., também católica, de 46 anos, afirmou que:

Era 1981, aconteceu comigo uma vez, eu estava fazendo um tratamento lá no hospital universitário, lá de João Pessoa, e eu cheguei e sentei perto de uma senhora, e eu preocupada com a hora porque eu não poderia ficar muito tempo exposta ao Sol, aí eu ficava pedindo pro médico chegar logo e ele me atender, aí antes disso, a mulher disse assim: mas a senhora mora tão longe? E eu disse: moro, moro sim, da minha cidade pra chegar ao hospital é longe

sim, pra o centro é mais perto, mais pra aqui é mais longe, aí a mulher disse: e você é de onde? Ai eu disse: eu sou de Alhandra, aí a mulher se benzeu e saiu de perto de mim, e ela não sentou mais perto de mim, na hora que o médico chamou, ele brincava muito comigo, eu tinha me recuperado muito do problema que eu estava com ele. O médico foi e disse assim: como é que ta lá a sua terra juremeira? Aí ele riu, eu disse assim: mais o senhor tocou num assunto agora que eu vou lhe contar uma coisa, ele disse: o que foi? Aí eu disse: a senhora que estava ali agora pro senhor atender, ela saiu de perto de mim quando eu disse que morava em Alhandra, ela se benzeu toda e saiu de perto de mim, o médico começou a rir e disse: mas eu num acredito nessa historia não, aí eu disse: foi, mais isso tudo é besteira, isso é tudo ilusão... (G. P., 2009)

Percebemos então como a identidade é força, muitas vezes é arbitrária, ela marca os corpos. No caso de Alhandra, a força da identidade que foi construída para a cidade marcou os corpos dos alhandrenses, mesmo daqueles que não faziam parte da experiência religiosa com a jurema. Ser alhandrense era carregar, mesmo sem querer, o peso de uma identidade que foi dada ao lugar. O município recebeu esta identificação e, neste caso, podemos perceber que a identidade está ligada ao espaço da cidade, mas será que a identidade pode ser percebida como lugar? Não vemos desta forma, a identidade é sim uma prática, uma vivência, contudo, até os anos 1980, morar em Alhandra, era ser percebido pela identidade que marcava o lugar e não sua prática como indivíduo.

Portanto, é interessante analisarmos como esta identidade foi cristalizada nesta cidade paraibana, durante longo período de sua história. Para entender este processo nos apoiamos nos estudos de Silva:

O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la [...] a fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade. (2000, p. 84)

Na medida em que a fama dos mestres juremeiros ou catimbozeiros de Alhandra se espalhou, tendeu a se fixar esta identidade para o município, como sendo um lugar marcado pela experiência de uma religião não cristã. É importante salientar que por volta dos anos de 1920 – período em que viveu os mais famosos mestre da jurema de Alhandra, a exemplo de Maria do Acais – a fama de Alhandra como terra do catimbó-jurema começa a ganhar notoriedade. A partir daí, então, iniciou-se o processo de

fixação de uma identidade que fugia dos padrões brasileiros. Como vimos, à jurema era uma prática inicialmente indígena, depois se misturou aos aspectos das religiões afro e católica. Fora do município, os alhandrenses eram identificados por uma identidade errante. Ser de Alhandra era ser oficialmente reconhecido por sua prática religiosa não autorizada, ligada à imagens negativamente construídas, pois no Brasil como um todo se fixou uma identidade cristã católica. Ser de uma cidade que a identidade religiosa diferia da tida como “certa”, era motivo de temor. Isto justifica que nas memórias dos entrevistados seja comum a lembrança de que sempre que estavam fora dos limites do município, as pessoas saíam de perto, apontavam como alguém perigoso que podia fazer o mal por meio de bruxaria, como ficou conhecida a prática do catimbó-jurema.

Mas, o que contribuiu para a fixação desta identidade de “cidade jurema” em Alhandra? Um dos aspectos já apontamos, a fama dos mestres que passaram a receber pessoas de todos os lugares, tanto das proximidades, João Pessoa, Conde, Caaporã, Pitimbú e também de Pernambuco, Goiana, Recife entre outras. Era principalmente destas cidades que vinham pessoas para serem atendidas pelos famosos mestres da jurema de Alhandra. Deste modo, Alhandra passou a ser conhecida pelas experiências que estas pessoas de outros municípios buscavam na cidade, que passou a ser conhecida como o lugar originário do surgimento da ciência da jurema.

Nascimento (1994), ao citar os estudos de Vandezande (1975), enfatiza que este teria detectado as verdadeiras raízes histórico-sociais do catimbó-jurema em Alhandra. Podemos então perceber que para Nascimento, bem como para Vandezande, Alhandra seria sim este lugar sagrado da origem do ritual da jurema: Nascimento afirmou também (ainda se valendo das pesquisas de Vandezande) que:

É frequente em nossos dias [1970] encontrar alusões a jurema nos terreiros de Umbanda do Nordeste [...] para os membros da umbanda na Paraíba e mesmo para paraibanos alheios aos cultos mediúnicos, podemos observar, ou melhor, afirmar que a jurema é bastante conhecida hoje em dia como símbolo mágico-religioso e sempre ligado a cidade de Alhandra. (VANDEZANDE, 1975, apud NASCIMENTO, 1994, p. 124)

Alhandra é então referenciada não apenas pelos juremeiros como sendo o lugar de origem da jurema sagrada, mas também pelos próprios estudiosos, como é o caso de Vandezande (1975), Nascimento (1994), Salles (2004), Assunção (2006), dentre outros.

Vandezande (1975) afirmou que a jurema mais antiga de Alhandra teria sido plantada pelo Mestre Inácio e ficava numa propriedade da zona rural do município, conhecida como Estivas, vejamos:

Fomos a estivas e lá encontramos além de um culto bem vivo da jurema e do catimbó, um arbusto grande de jurema. Em toda a Alhandra e por toda a região do litoral sul da Paraíba é conhecida esta jurema como a “origem de todas as juremas”; como origem de “toda a ciência da jurema”. (1975, p. 45)

O mito da origem é de grande importância para se fixar uma identidade, por que passa ideia de naturalidade, de essência, por isto, muitas identidades para se estabilizar costuma recorrer a concepção de um mito fundador ou de origem (SILVA, 2000). Para tanto, esta visão da origem da ciência da jurema ser a cidade de Alhandra colaborou para construir esta cidade do Litoral Sul paraibano como um símbolo da jurema e fixar esta identidade. Não estamos concordando que exista uma identidade fixa, apenas mostramos que sempre que um grupo tenta fixar uma identidade, recorrem a algumas estratégias; e uma destas é o mito de origem, para sugerir o conceito de naturalidade; e reconhecemos que os juremeiros buscam fazer isto, esta fixação da identidade de cidade jurema. Contudo, não passa de uma tentativa: a identidade jamais se tornará fixa.

Mas, esse mito da origem possibilita aos juremeiros esta sensação de que a identidade pretendida por eles teria mais legitimidade. E tudo isto ganha mais significado na medida em que a ciência da jurema crescia em Alhandra, o que ocorreu devido à fama dos mestres juremeiros da família do Acais, descendentes do citado Mestre Inácio:

Em Alhandra, a tradição da jurema foi mantida durante anos, através das mesas de catimbó, pelas famílias remanescentes da antiga aldeia de Aratagui, especialmente pelo clã do Acais, formado pelo Mestre Inácio Gonçalves de Barros e seus descendentes. Dentre estes, sublinhamos os nomes da mestra Maria do Acais, da mestra Cassimira, do mestre Flósculo e sua esposa, mestra Damiana. (SALLES, 2004, p. 214 – 215)

Os mestres que sustentaram a fama de Alhandra foram muitos, como vimos alguns exemplos da família do Acais. Dentre os mestres famosos de Alhandra e que sem dúvida muito contribuiu para que a cidade fosse reconhecida pela prática do catimbó, foi a mestra Maria do Acais. Hoje, ela é incorporada em muitos terreiros por todo o

Nordeste, como disse Salles: “Alhandra manteve (e, de certo modo, ainda mantém) uma significativa influência religiosa , principalmente em uma área que vai do Litoral Sul da Paraíba á Zona da Mata Norte de Pernambuco (2004, p. 215).

Ainda sobre como teria se espalhado a fama de Alhandra como a terra do catimbó, contribuindo assim para a esta suposta fixação da identidade de jurema, uma juremeira antiga, de 73 anos, nos relatou de forma emocionada e com muita felicidade que:

Vinham de vários lugares, de todos os lugares. Que toda vida Alhandra foi visitada por pessoas de todos os lugares. Vinha ônibus, vinha caminhão, vinha o escambau, vinha fazer visita. Vinha aí pro Acais, fazia aquela festa, pegava a estrada até lá dentro, onde era a casa que o mestre Flósculo trabalhava. Aquilo ali, aqueles pés de árvores, que era jurema, ali era tudo enfeitado. Vinham aqueles ônibus cheios de gente pra fazer aquela festa na jurema [...] eles moravam longe. E Alhandra é falada desde do principio da época do mundo, toda vida ela existiu, né. Então aquele povo trabalhava mais, abalava a cidade de Alhandra, mais não sabia pra qual lado ficava, aonde era, que quando foi cair no conhecimento, vinha um, fazia uma visita, já levava aquela noticia pra outras cidades, e assim foi crescendo a fama de Alhandra, era assim mais também quando chegava à jurema mestre que dizia o pessoal: eu vou pra cidade de Alhandra, eu vou fazer isso, vou fazer aquilo, ai chegava aqui procuravam aqueles mestres antigos, só bastava a pessoa dizer eu quero, eu quero isso, isso, isso e isso, pronto ali era 24 horas, no máximo sete dias e a pessoa conseguia o que queria. (M. B. 2010)

A identidade de “cidade jurema” foi assim construída tanto pelo mito da origem, tendo sido em Alhandra que teria surgido a ciência da jurema, como por outro lado, a fama dos mestres da jurema de Alhandra que ultrapassava os limites do município, atraindo pessoas de toda a região, para conseguirem o que desejavam por intermédio da cura mágico-religiosa operada pela jurema e pelos mestres juremeiros. No relato da juremeira podemos identificar como para os seguidores desta fé Alhandra aparece como este lugar simbólico do sagrado, do surgimento da ciência e dos famosos mestres da jurema. Apesar dos exageros dizendo que Alhandra sempre existiu desde o princípio do mundo, mas isto vem justamente demonstrar a força da cidade como este símbolo sagrado e que possibilita a existência e permanência da fé na jurema.

A identidade de jurema durante muito tempo parecia estar fixa, estabilizada como sendo a identidade do povo alhandrense. Mas, esta identidade passou a ser desestabilizada a partir da década de 1980, pois Alhandra como símbolo da jurema não é um espaço uniforme. As experiências religiosas dos alhandrenses não se resumem a jurema ou catimbó.

Se para Silva (2000) a identidade passa por dois processos, o de fixação e o de subversão. Na cidade jurema passou inicialmente por este processo de tentativa de uma fixação, de modo que os corpos dos alhandrenses foram marcados profundamente pela força desta identidade coletiva, ao mesmo tempo em que se buscou a fixação, ela passou por este segundo processo, o de subverter esta identidade, de rejeitá-la, silenciar esta identidade que decorreu a não mais ser aceita pelos alhandrenses, que não querem ser reconhecidos como catimbozeiros e/ou juremeiros.

Essa identidade que estava ligada ao lugar e tida como uma identidade errante, passou a ser alvo de constantes tentativas de desestabilização, para que outra identidade religiosa fosse fixada no lugar desta. E agora uma identidade não mais vinda dos indígenas, mas sim dos brancos europeus. A tentativa agora é de apagar o passado e firmar no presente a religião cristã, católica e evangélica. Esta sim seria, aos olhos de muitos alhandrenses, a identidade que de fato representa os moradores do lugar. Começou assim o combate entre a “verdadeira religião” e a religião tida como errada, do feitiço, da magia, do mal, do diabólico. É o embate simbólico entre a jurema, o culto e a missa.

## **CAPÍTULO II**

**A violência simbólica:  
a missa e o culto na desvalorização da jurema**

## 2.1 O catolicismo no combate a jurema

Eu sou católica atuante graças a Deus, participo de todas as missas da minha igreja, e eu tenho fé no Deus vivo (M. L. 2009)

A identidade de “cidade jurema” pela qual Alhandra ficou conhecida sobreviveu à colonização europeia e cristã durante muito tempo. A jurema que marcou os alhandrenses em suas práticas religiosas mostra como, mesmo com todas as tentativas dos padres desde o período colonial, não conseguiu destruir a cultura dos indígenas. Mas claro que esta não se manteve intacta, passando pelo processo de sincretismo. Os alhandrenses forjaram um diálogo entre a cultura indígena com a cultura católica (europeia) e a cultura afro, criando, assim, as condições para que a cidade ganhasse um reconhecimento não desejado por aqueles que eram os representantes da cultura considerada a certa. A presença católica em território brasileiro que se iniciou junto com o começo do processo de colonização, em 1500, não garantiu um sucesso total do cristianismo. A jurema como um sistema simbólico mágico-religioso faz parte deste insucesso do cristianismo católico no Brasil.

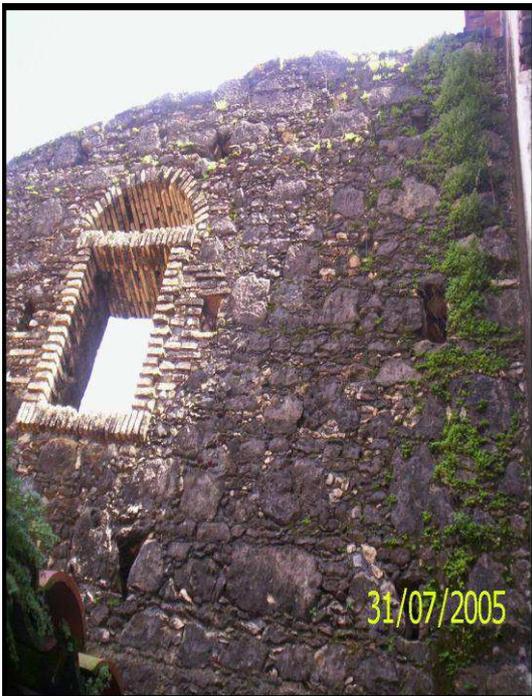
A presença católica no território que hoje compreende o município de Alhandra se iniciou com o processo de catequização dos povos indígenas. Esta política colonial de fazer com que os nativos cressem no Deus cristão e vivessem de acordo com os costumes que eram considerados convenientes para a cultura cristã europeia da época. A construção do templo católico que é datada de 1749 traçou a antiga trajetória da presença católica na região, levando em consideração que esta presença certamente, se deu antes mesmo da construção do templo. Além da igreja, foi construído junto a esta um convento, que abrigava os frades franciscanos responsáveis pela missão indígena de Alhandra. Na atualidade, o templo, dedicado a Nossa Senhora da Assunção, continua em pleno funcionamento e é Patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Paraíba, tendo sido tombado pelo IPHAEP em 2004. Na ocasião, passou por um processo de restauração. Já o convento que também foi tombado permanece em ruínas.



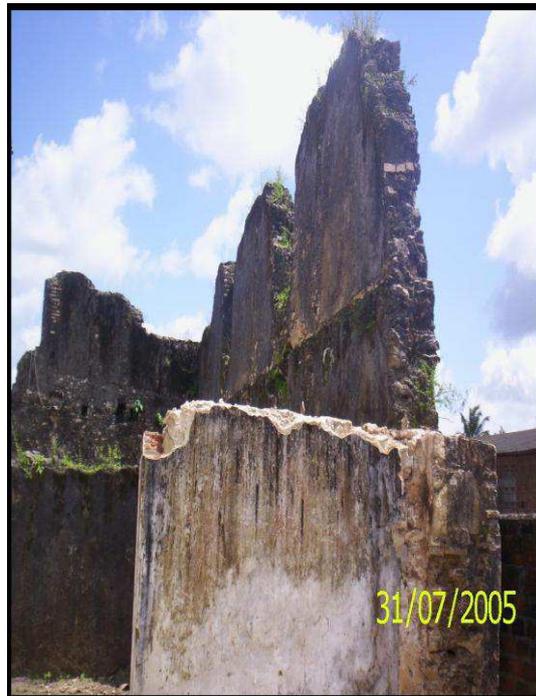
**F2** Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção  
(arquivo de Luiz Junior, 2009)



**F3** Parte interna da Igreja Matriz  
(arquivo de Luiz Junior, 2009)



**F4** Ruínas do antigo convento – 2005  
(arquivo de Luiz Junior)



**F5** Vista lateral das ruínas – 2005  
(arquivo de Luiz Junior)

Em um país com grande maioria católica, Alhandra se diferenciava por ser conhecida por outra prática religiosa, o catimbó-jurema. Apesar da antiga presença católica na região, de acordo com os relatos dos católicos, as missas em Alhandra eram raras. Os batizados aconteciam poucas vezes ao ano e, para casar na igreja, era outra dificuldade. Isto se dava principalmente pela grande pobreza da região que não conseguia manter um padre morando na paróquia, fazendo com que a paróquia fosse sempre atendida por padres de outras cidades, ora de Goiana (Pernambuco), ora de Pedras de Fogo ou João Pessoa (Paraíba).

Uma de nossas entrevistadas, uma senhora de 66 anos, católica praticante, uma das mais antigas catequistas da paróquia de Alhandra, nascida na zona rural do município, mas que na adolescência foi morar na área urbana. Quando a procuramos inicialmente ela se mostrou muito resistente, na sua simplicidade se dizia não ter com o que contribuir, que não saberia o que falar, que não tinha conhecimentos principalmente sobre a jurema. Depois de algumas visitas ela concordou em conversar conosco e permitiu a gravação. E qual não foi a nossa surpresa quando ela iniciou sua fala desta forma:

Eu nasci ali em Estiva, num sitio chamado Estiva, encostado ao sitio do meu pai, tinha uma Jurema de Adatao. Tinha uma jurema. Ai então a gente via as pessoas vindo de Recife, ônibus e mais ônibus. Pessoas dançando, passavam o dia lá. Mas eu também não ia olhar. Eu num sabia, sabia que eram pessoas que ia pra jurema, mas também não ia olhar, né? Ai depois que eu vim pra cá, tinha uns dez anos, onze. De onze pra doze anos que eu vim pra cá pra Alhandra. Minha madrastra trabalhava nessas coisas também. Ela vivia sempre ali em Zefa de Tiina. Às vezes eu olhava ela fazendo, ela trabalhando, né? Às vezes eu via. (T. D., 2009)

É interessante percebermos que ela como uma católica convicta resistiu a falar de suas memórias da infância ligadas à jurema. Nasceu e cresceu até seus 11 ou 12 anos vendo de perto as pessoas que visitavam à jurema de Adatao (um dos antigos e famosos mestres da jurema da cidade) que ficava visinho ao sítio do pai dela, no sítio Estivas, zona rural de Alhandra. E algo ainda mais forte, sua madrastra era uma juremeira frequentadora da jurema da mestra Jardecilha, conhecida como Zefa de Tiina. Depois de ter iniciado os relatos de suas memórias falando desta relação com a jurema, ela prosseguiu, mas tentando sempre mostrar que não sabia com profundidade, que via de longe, mas que sua prática religiosa era mesma como católica. Portanto, suas memórias

foram muito mais relacionadas à sua experiência com o catolicismo. Ela então começou a falar que na sua infância e adolescência, nas décadas de 1950 e 1960, a igreja católica em Alhandra era pouco vivida, pois haviam poucas missas e tudo se resumia, praticamente, as raras missas e os terços que eram rezados no mês de maio, pelo que ela denominou de “donas da igreja”: aquelas pessoas que eram responsáveis pela igreja, que tinham a chave e que decidiam tudo na frequente ausência do padre:

Olha eu sempre gostei de ir pra missa. Só que nunca tinha, assim, compromisso como hoje, antigamente ninguém era comprometido. Porque hoje a igreja tem aquele jeito de comprometer as pessoas. Antigamente não tinha. As missas eram em latim [...] Ai quando terminou essa época da missa ser em latim, ai depois mudou, padre Fernandes terminou, morreu, ai veio outros padres, veio vários padres alemão. Depois começou a ter missa de mês em mês, no mês de maio ai a zeladora era quem governava a igreja, é uma pessoa só que ia pra igreja e rezava o terço, as pessoas acompanhavam, mas só uma pessoa dominava ali. E antigamente as pessoas tinham aquela, a dona da igreja mesmo, tinha aquela diferença de rico e de pobre... (T. D., 2009)

A presença de frades franciscanos alemães foi muito grande em toda região do Litoral Sul paraibano. Além de não existir uma frequência constante de um padre morando na cidade, estes quando apareciam eram estrangeiros, o que dificultava ainda mais a aproximação do povo com os frades. A população normalmente só tinha contato com os “donos da igreja”, como denominou a entrevistada, que argumentou ter sido o início da década de 1970 que se intensificou a presença dos padres e que muitos destes já eram brasileiros.

A nossa entrevistada fez questão de enfatizar que na verdade a identidade de Alhandra como “cidade jurema” é um mito. Mas, ao mesmo tempo em que ela afirmou ser um mito, disse que isto fazia parte da cultura da cidade. É interessante percebermos que, como católica, ela buscou esconder este passado, mas ao mesmo tempo suas memórias acabaram revelando esta forte característica da cidade:

...eu acho que é mais um mito que o povo espalha a fama, mas eu acho que você vê que na realidade não é essa coisa toda, vem gente de fora pra jurema, aqui tem varias jurema, cada Jurema tem aquele dono, aquele mestre, é muita coisa que eles tem lá no sitio, tem lá no Acais, tem muita gente que tem jurema por ai, lá em Zefa de Tiina. E eles zelam aquelas Juremas como (silêncio)... Sei lá, como um deus. [...] Eu acho que é só uma ilusão do povo, é a cultura, é a cultura de Alhandra, eu acho que o povo acredita nisso, mas

eu não, eu acho que ela é uma árvore como outra qualquer que Deus botou no mundo. (T. D., 2009)

Ao dizer que é mito, que é uma fama que foi espalhada, mas que não confere com a realidade, T. D. tentou mostrar que, na verdade, isto era mais uma fama que existia fora da cidade, que Alhandra era visitada por pessoas de fora. Mas, ao mesmo tempo, ela denunciou a grande prática deste culto, onde ela mesma apontou a existência destes locais sagrados, enfatizando que a jurema era cuidada como uma espécie de deus para aqueles que acreditavam e eram seguidores da jurema sagrada. No entanto, ela faz questão de deixar claro que esta não é a sua crença, afirmando que para ela a jurema não passa de uma árvore como outra qualquer.

A entrevistada se mostra bem convicta quanto aos motivos das mudanças pela qual a cidade passou no aspecto religioso. Fica bem evidente que para ela a existência deste passado ligado ao culto da jurema se deu principalmente pela inércia do catolicismo na região do Litoral Sul da Paraíba. Por esta falta de uma presença e de uma evangelização mais forte e constante, em um momento da entrevista T. D. com voz firme e decidida, declarou:

O evangelho num tava tão divulgado assim como hoje. O povo num era consciente. [...] Olha, depois que os padres, que a igreja começou a divulgar o evangelho nas comunidades, juntar as comunidades, as coisas mudaram, e as pessoas tão mais conscientes, porque as pessoas não viam nem falar de Deus, só via na missa assim, nas pregação do padre, mas não é como hoje que a gente senta numa turma e vai debater, vai discutir, é uma coisa mais aberta, só segui o errado quem quer, cada um tem sua fé, por que se a gente tem dez filhos cada um tem um jeito de pensar, assim é Deus, esses filhos todos que Ele tem, cada um tem um jeito de pensar, agora nem por isso Ele deixa de amar, um pai de família (silêncio)... Um filho é errado, mas ele não deixa de amar o seu filho. Eu penso assim e Deus eu acho que é, se a gente é assim, imagina Deus que é bom, o filho pode ser errado, mas Ele não deixa de amar, porque é filho, qual o pai que não ama seu filho? Eu penso assim, que o amor de Deus é sem limite. (T. D., 2009)

“O povo não era consciente”. Esta frase foi repetida por ela durante todos os seus relatos, de modo que percebemos que para ela os seguidores da jurema são pessoas sem consciência, ou seja, sem formação. Como também ela enfatizou em muitos momentos que esta formação seria justamente a evangelização. Esta consciência seria o conhecimento do evangelho. Na medida que o povo tem formação, que tem consciência, só segue o errado se quiser. Neste ponto, outro fator interessante em seus relatos é analisarmos que ao falar que hoje em dia todos estão esclarecidos, formados no

evangelho, só segue o errado se quiser, ela está classificando a jurema como o caminho errado. Mas, que mesmo assim Deus ama aqueles filhos que escolheram seguir de forma errante.

Esse processo de evangelização católica, que para ela, era o responsável por trazer a consciência, a formação, teria se dado principalmente a partir da década de 1970. Quando os padres passaram a ter uma presença maior no município, o papel do padre não era mais apenas de celebrar uma missa mensal na cidade, mas juntar as comunidades. Este juntar as comunidades era justamente quando a partir de 1970, mas principalmente nos anos de 1980, os padres passaram a ir nas comunidades rurais, nas comunidades da periferia da cidade, fazer reuniões com o povo, celebrar não apenas no templo, mas nestas próprias comunidades que, desprovidas de capelas, tinham as missas realizadas ao ar livre ou na casa de algum fiel da comunidade.

Outra senhora de 56 anos, professora, católica praticante, Ministra da Eucaristia, foi uma de nossas entrevistadas mais empolgadas. Desde os primeiros contatos ela se mostrou muito animada, não fazendo nenhuma objeção, nos fornecendo inclusive o nome de outras pessoas que poderiam também contribuir com a pesquisa. Os relatos de suas memórias ocorreram na presença de seu marido que acompanhou tudo em silêncio. Mas, no final ele começou espontaneamente a falar também de suas memórias sobre Alhandra, embora não usaremos suas memórias neste trabalho, pois ela não acrescentou nada de novo, além do que sua esposa já tinha nos dito.

Ao falar de suas memórias da infância, a entrevistada também fez presente a imagem da forte ausência de padres e a falta de evangelização católica em Alhandra até os anos de 1970:

quando eu fiquei adolescente ai uma vez por mês vinham umas freiras no sábado, aí a gente se reunia pra o catecismo com essas freiras, a gente assistia o catecismo, mas ficava aquela coisa, assistia, mas ficava ali, não tinha missa pra gente ficar assim, alimentando a nossa fé [...] antigamente as missas eram de seis em seis meses, a gente participava só pela fé mesmo mais não tinha aquele incentivo. [...] nos anos 70 ainda era assim desse jeito, ainda era missa de seis em seis meses, entendeu? Nos anos 70 quando eu me casei mesmo, em 1975, a gente tinha que aproveitar o dia que tinha missa pra poder marcar quem queria casar, pra ir marcar com o padre, agendar a data do casamento, você não podia dizer: “eu vou casar tal data, e eu vou marcar meu casamento hoje”. Não, porque nem todo dia tinha padre pra agendar, de 80 pra cá foi que ficou constante entendeu, padre na nossa igreja, ficou constante e foi muito proveitoso, chamou mais fies pra igreja, esclareceu mais a mente dos fies, e

hoje a nossa igreja é uma igreja mais aberta, uma igreja que tem muitos fieis nas missas de domingo, é uma coisa mesmo espetacular. (M. L. 2009)

Os entrevistados sempre apontam os anos de 1970 e, principalmente a década de 1980, como o período que aumentou a presença católica na região. Tendo um padre fixo, missas inicialmente mensais e depois dominicais, além do processo de formação para os leigos atuarem na catequização, evangelização dos jovens e também das comunidades. É interessante percebermos como este período coincidiu com o declínio, com o silenciamento do culto da jurema em Alhandra. Portanto, este é um dos fatores que contribui para que muitos começassem abandonar e cada vez mais sentirem vergonha de se assumirem como catimbozeiros ou juremeiros, pois passou a ser muito mais aceito se identificar como católico.

A entrevistada falou do crescimento do catolicismo, do esclarecimento dos fiéis com a maior abertura da Igreja e maior presença de um padre na cidade. Quando falou a respeito da jurema, M. L. sempre tentou transparecer a ideia de algo que nunca foi forte na cidade, que era algo que existia, mas que não era tão importante. Tentou a todo momento desqualificar esta ideia de que Alhandra tenha tido realmente um passado voltado pra uma grande presença dos rituais da jurema e/ou catimbó:

antigamente não se dava o valor, nem próprio as pessoas que brincavam, que se chama os juremeiros hoje, nem eles mesmo davam tanta importância com a jurema não, porque como aqui mesmo no Tapuiu no sitio aqui, existia e derrubaram, hoje é roçado, é plantação de acerola. Isso aconteceu de uns anos pra cá, de dá importância a jurema, mas antigamente não, não tinha. (M. L. 2009)

É importante saber que esta entrevistada é irmã da última famosa mestra juremeira de Alhandra, a mestra Jardecilha, falecida no início dos anos de 1980 e que, na atualidade, vive um conflito familiar em decorrência da divisão de terras de herdeiros de sua família, onde uma de suas sobrinhas, filha da Mestra Jardecilha, acusou seus familiares de quererem derrubar a jurema que existe neste terreno, já que esta terra estaria sendo dividida entre os herdeiros, (trataremos disto com mais detalhes no capítulo III). Contudo, esta manobra de sua memória tentando desqualificar a jurema, dizendo que nunca houve esta valorização da jurema nem mesmo pelos seus seguidores, e justificado isso até pela derrubada de uma jurema que era bem famosa na cidade, a

jurema do Rei Heron, situada no sítio Tapuiu, bem próxima à zona urbana do município, onde ela afirmou que esta jurema teria sido derrubada sem nenhum problema, e o lugar teria dado espaço para uma plantação de acerola.

Contudo, ela nos narrou alguns episódios vividos em sua infância que denunciam as práticas do culto à jurema, inclusive na jurema do Rei Heron:

Essa jurema do Tapuiu vinha muita gente do Recife pra lá. Assim num domingo a tarde eles vinham. Na segunda-feira a gente ia trabalhar, que a minha mãe tinha roçado perto lá dessa plantação de jurema. E a gente na segunda-feira ia pro roçado e encontrava muita vela, pedaço de vela acesa, minha mãe sempre dizia, olhe passe por longe, passe por longe dessas velas que eles deixam aí e ninguém sabe o significado do que foi que eles fizeram, não peguem. E eram pessoas do Recife que vinham acender vela, vinham fazer pedidos. Muitos brincavam, levavam o zabumba e brincavam. Mas eles brincavam, saiam e iam embora, aqui em Alhandra mesmo não acontecia esse tipo de trabalho deles, de brincar, de dançar. Vinham lá pra essa jurema que chamavam Rei Heron. Depois derrubaram, plantaram acerola e acabou, ninguém falou mais em jurema não. Algumas pessoas tinham jurema atrás de casa. Tinha um mestre ali que batizava. Aí dizia assim vamos batizar fulano na jurema. Aí levava pra debaixo do pé da jurema, ele fazia as orações dele, pegava as folhas da jurema e machucava na água, dava a água praquela pessoa beber e banhava a cabeça com aquela água da jurema. Pronto ali tava batizado aquela pessoa na jurema. Era batizado na jurema, uma coisa que só eles entendem, né? (M. L. 2009)

Ao tentar a todo o momento mostrar que nunca houve esta valorização da jurema em Alhandra, M. L. denunciou o seu lugar de fala. Seu espaço de vivência religiosa, pois é católica e também apontou o seu lugar social diante do conflito familiar, já que é acusada de juntamente com outros familiares de quererem derrubar a jurema que era cultuada por sua irmã, a Mestra Jardecilha. Mas, mesmo assim, tentando mostrar que não existia isso de forma tão intensa, os relatos de suas memórias acabam por revelar o contrário, quando ela enfatizou que muitos tinham jurema em casa e quando falou do batizado<sup>14</sup> na jurema que muitos alhandrenses recebiam este batizado. Esta era a forma

---

<sup>14</sup> Sobre o batismo na jurema, pudemos analisar um destes rituais no documentário “*Jurema Sagrada*”. Apesar de que, ao que parece, o batismo na jurema que é mostrado no documentário, foi apenas encenado. Mas nos serve como ilustração de como este acontecia. Primeiro a Juremeira que conduz o ritual explica que tudo deve ser feito com muito respeito e sempre pedindo a licença dos Senhores Mestres do Além. Desta forma, segue-se a preparação da semente da jurema que ela chamou de semente dos encantos. E em seguida a preparação da água a ser usada no batismo, sempre fazendo orações para que os Mestres permitam o batismo. Durante a preparação da semente e da água, a juremeira começou a cantar: “Ô jureminha, ô jurema. A folha caiu serena, ô jurema, dentro deste gongá.” Em seguida, a juremeira que está para receber o batismo tem sua cabeça imersa na bacia com a água preparada, depois um pano branco é envolto em sua cabeça. Prossegue-se o ritual, colocando a semente dos encantos na mão da juremeira que está sendo batizada, ela fecha a mão e quando abre a semente não está mais na mão dela. Para os juremeiros, diz-se que a jurema foi plantada no corpo, acontecendo assim o fechamento do

daqueles iniciantes, depois de um tempo de preparação, receberem o batismo na jurema e, a partir dali, eram considerados juremeiros.

Outra fala interessante desta entrevistada reforça ainda mais como ela tentou desqualificar a jurema e deixar evidente que não participa e nem acredita que a jurema é sagrada, apesar de sua irmã ter sido uma famosa mestra juremeira:

a jurema que é uma planta que o homem não fez à jurema. Assim como qualquer outra planta é de Deus, a jurema é Deus, o pé de banana é Deus, o pé da jaca é Deus, a laranjeira é de Deus, todas as plantas foi Deus que criou ninguém criou planta, homem nenhum criou planta, tudo foi criado por Deus, então tudo é de Deus [...] tudo depende de fé, se um juremeiro cativa uma jurema e ele tem fé naquela jurema tudo pode acontecer pra ele, diante da fé dele, eu sou católica atuante graças a Deus, participo de todas as missas da minha igreja, e eu tenho fé no Deus vivo, assim como eles tem também, mas eles tem fé em Deus e tem uma fé também que Deus vai atuar ali numa jurema, nisso e naquilo, e eu tenho minha fé só em Deus e na minha igreja, como eu disse a você, apesar de eu ter sido criada vendo essas coisas, observando de perto, mas eu não tenho fé na jurema, eu tenho fé em Deus. (M. L. 2009)

A disputa simbólica se trava de forma violenta. Os atuais alhandrenses pelo que nos relatam os entrevistados se sentem incomodados com a identidade de “cidade jurema”. Por esta razão é que buscam sempre mostrar como isto sendo um mito, uma fama que foi espalhada, mas que não confere com a realidade, que na verdade eram muito mais as pessoas de fora que vinham para Alhandra cultuar as juremas sagradas e procurar os mestres da jurema. Mas, que os moradores da cidade mesmo não fazia uso da jurema e nem dos mestres. Contudo, mesmo ao tentarem fazer isto, em muitas falas e relatos de suas memórias, mostram o contrário, que, de fato, Alhandra era uma cidade como uma prática intensa do ritual da jurema. E ao concordarem com isto, eles ao mesmo tempo justificam dizendo que era uma época de ignorância, da falta de conhecimento do evangelho, pela ausência de padres, e que a partir do momento em que o evangelho passou a ser mais conhecido, que a Igreja Católica Romana passou a ter mais presença. Logo, as pessoas se esclareceram e a jurema foi perdendo espaço, foi sendo silenciada.

---

corpo. Finalizando, a juremeira agora batizada, enquanto segura uma vela acesa, ingere outra semente juntamente com a bebida feita da jurema.

Jurema Sagrada. Direção: Elisa Maria Cabral. Edição de Torquato Joel. Fotografia de Elisa Maria Cabral. Produção: NUDOC – DCS – UFPB. João Pessoa, 1995.

A mais jovem de nossas entrevistadas nos forneceu informações também importantes neste sentido, mostrando como os anos de 1970 foram de uma maior abertura da Igreja Católica na cidade. Aos seus 49 anos, segundo ela mesma todo vivido dentro da Igreja Católica, relatou com muita clareza, os padres que ajudaram nesta mudança. O saudosismo foi algo muito presente em seus relatos. Principalmente quando falava dos padres demonstrava muito afeto por estes. Foi possível perceber pela gama de sentimentos despertados ao falar dos padres, que ela desenvolveu muita amizade pelos frades franciscanos e sentia grandes saudades deles:

Sempre participei da Igreja. A minha avó ela zelou essa Igreja por quarenta anos e criou a gente tudinho dentro da Igreja, desde pequena que eu participo e se via muitas coisas, o certo o errado, o que se podia fazer, o que se tinha vontade de fazer mais não tinha espaço. Até que veio um seminarista que se tornou mais popular, foi que começou abrir mais a igreja, as pessoas participarem mais, Frei Anastácio que veio junto com Frei Hermano, veio primeiro frei Anastácio e depois frei Hermano Ludugerio, depois veio Frei Hermano José, foi quando começaram os trabalhos na igreja, reunião de jovens, participamos de encontros de catequese em João Pessoa, formou um grupo de catequistas, a gente foi formando os trabalhos, tudo isso foi através desses padres que permaneceram em Alhandra. (G. P. 2009)

De acordo com os arquivos da Igreja Católica Romana de Alhandra, o Frei Anastácio chegou ao local em 1975, ainda como seminarista. No ano seguinte tendo acontecido sua ordenação, se tornou Pároco de Alhandra, tendo como ajudante o Frei Hermano José. Foi com eles que se iniciaram os trabalhos de pastorais com os jovens, crianças. As missas se tornaram mensais. Em 1986 teria chegado para assumir a Paróquia outro franciscano que permaneceria em Alhandra por 09 anos, Frei José Hamilton. Foi com ele que os trabalhos se intensificaram, surgiram novos grupos, e a zona rural ganhou maior atenção, com construções de capelas como a de Nova Alhandra, Andreza, Barramares e Subauma. Com ele, as missas passaram a ser dominicais, havendo grande incentivo para a participação da juventude. Em 1995, Frei Domingos Sávio chegou à cidade e manteve os trabalhos. Em 2002, os franciscanos entregaram a Paróquia aos padres diocesanos. O primeiro padre diocesano foi Pe. Jurandir Lourenço. Este realizou um trabalho voltado para a evangelização, criando grupos missionários. A Igreja Matriz ganhou, além da missa dominical, passou a ter uma no domingo pela manhã e nas terças à noite. Foram construídas outras capelas

como a de João Gomes e Oiteiro. Desta forma, Alhandra passou a ter além da matriz outras sete capelas Católicas Romanas.

Não podemos tomar os relatos de nossos entrevistados como meras coincidências. O período informado por eles como intensificação da presença e da evangelização católica, as décadas de 1975 e 1980, também é o período do declínio do culto da jurema em Alhandra. Analisamos então sendo este um dos fatores que contribuiu para o crescente silenciamento e desvalorização da jurema no município de Alhandra. Apesar da presença tão antiga, os católicos só se intensificaram no comprometimento com a sua Igreja a partir deste período. Nossos entrevistados sempre mostram que antes a maioria se dizia católico, mas não tinha nenhum compromisso. Apenas indo às missas de 6 em 6 meses e o resto do tempo na sua grande maioria frequentavam mesmo a jurema. Nos últimos anos diminuiu entre os católicos a tolerância daqueles que frequentavam as missas e também o catimbó jurema.

O estudo de Brandão (1992), sobre crença e identidade, mostrou que os católicos se reconhecem socialmente como pertencentes à norma e vêem todos os que competem a outro modo de experiência religiosa são percebidos como a exceção. Ser pertencente ao grupo religioso da maioria, como é o caso dos católicos no Brasil, sugere a estes que fazem parte do certo, em contrapartida todos aqueles que professam outras experiências minoritárias passam a ser tidos como os errados. Isto ficou bem evidente com nossos entrevistados, embora estes se mostravam sempre respeitosos. Sempre afirmavam que respeitavam, mas que não acreditavam naquela forma de crer e que consideravam errado, mas que cada um tem a liberdade de escolha.

Normalmente, os católicos afirmam a sua crença como legítima por defenderem que é a primeira religião criada por Jesus, de modo que eles seriam os herdeiros desta fé autêntica e primitiva. Em se tratando de Brasil, o catolicismo é sempre considerado com a religião mais tradicional, primaz. Por esta razão, a maioria dos católicos não escolhem ser católicos, mas herdaram esta escolha pela tradição: “Minha família sempre foi católica, eu também serei”. Esta frase foi bem recorrente entre os católicos, entrevistados por Brandão. Porém tem um elemento interessante a ser analisado nesta perspectiva: se os católicos reivindicam sua fé como a legítima, por ser a religião primitiva, isto não confere em se tratando do contexto brasileiro, pois é bem sabido das inúmeras manifestações religiosas encontradas pelos colonizadores portugueses em todo o território do que hoje é o Brasil. Em Alhandra, isto fica bem evidente com o culto da

jurema, uma prática religiosa dos nativos que sobreviveu à colonização até os nossos dias. Neste caso, se for pela ancestralidade a identidade religiosa legítima dos alhandrenses deveria ser de fato a jurema. Contudo, sabemos que a identidade não se firma apenas pela tradição, mas como bem nos afirmou Brandão (1992, p. 37) que a identidade religiosa é produzida pela forma como as pessoas se sentem afiliadas e participam a uma comunidade de fé. Quando uma pessoa define seu perfil, ela fala pela maneira que os sinais do sagrado participa de sua vida. Neste sentido, não podemos então simplificar as coisas pela tradição, ou pela herança, como comumente fazem os católicos.

No caso católico, existe uma única possibilidade de se viver a Igreja, participar dela e controlar algumas de suas mediações: é o pertencer a ela, associar-se de algum modo às unidades hierárquicas de produção e distribuição do seu trabalho religioso e afirmar com ênfase, apesar das diferenças, a sua inquestionável vocação unitária. Mais do que salvação, “fora da igreja não há igrejas”. (BRANDÃO, 1992, p. 32)

Outra grande questão colocada pelos católicos é que o catolicismo é uno, diferentemente do protestantismo, que se multiplica em inúmeras igrejas e ministérios. É outra forma que os pertencentes a comunidade católica reivindicam para si a identidade religiosa verdadeira. Todavia, toda esta trajetória antiga da presença católica em Alhandra não garantiu o fim do culto da jurema, a não ser a partir de 1970, quando se intensificou a evangelização e a maior presença dos sacerdotes católicos na região, que para os católicos entrevistados trouxe uma maior consciência, ou seja, um maior conhecimento da Bíblia entre os católicos. Sendo assim, só seguiria a partir de então, o caminho errado quem quisesse. E o caminho errado, como já vimos, seria justamente a jurema.

Dessa forma, percebemos que a violência simbólica dos católicos contra a jurema, se intensificou, com certa intolerância e ao mesmo tempo respeito, pois os católicos sempre falam dos juremeiros sem tanta discriminação, dizendo que cada um segue o que quer, mas que como católicos não acreditam e nem concordam com esta prática, o que é uma violência simbólica branda. Não acontece da mesma forma em se tratando dos protestantes, os chamados “crentes”. Estes são bem mais combatentes e não medem as palavras para definirem a jurema com algo que não pertence a Deus e que, por isto, deve ser erradicado. A violência simbólica neste caso é muito maior.

Vale destacar que empregamos o conceito de violência simbólica, tomado de empréstimo de Bourdieu (1992). Este conceito é utilizado para compreender as relações de dominação que não perpassa pela coerção física entre os indivíduos e/ou grupos da sociedade, a violência simbólica é, então, exercida pelos símbolos e signos culturais. Estes signos culturais se impõem como legítimos, como dominantes, de forma que a maioria dos indivíduos aceita sem muitos questionamentos. E os sujeitos que escapam destes signos ou símbolos culturais dominantes, são percebidos como desviantes da norma. A violência simbólica acontece justamente pela ação dos agentes e as estruturas sociais existentes, da qual os próprios indivíduos fazem parte, esta violência geralmente não é percebida como tal, já que é aceita pela maioria dos que compõem a sociedade, por isso, que se denomina uma violência simbólica, pois, não ocorre nenhuma agressão física, nenhum abuso mais visível, este ocorrendo apenas no âmbito de uma imposição daqueles signos culturais estabelecidos como verdadeiros.

## 2.2 Os “crentes” na derrubada da jurema

O Senhor foi salvando muitas almas tanto dos macumbeiros como das pessoas que antes seguiam a religião católica, hoje graças a Deus nós temos a igreja grande, nós temo um terço dos habitantes de Alhandra, aproximadamente um terço dos habitantes de Alhandra são evangélicos. (I. G. 2010)

O país mais católico do mundo está ficando cada vez mais evangélico. O Brasil passa por uma transformação da identidade religiosa, segundo Geertz (2001), isto não ocorre apenas no Brasil. Para o autor, existe um “mundo em pedaços<sup>15</sup>” e este mundo despedaçado favorece a proliferação de identidades religiosas. No caso do Brasil, a mudança ocorreu, sobretudo, nos anos de 1980 com as igrejas pentecostais e em 1990 e 2000 com as igrejas neopentecostais<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Para Geertz, este mundo em pedaços teria sido historicamente produzido após a descolonização, mas principalmente depois da queda do muro de Berlim (1989), o colapso da União Soviética (1991) e o fim da Guerra Fria, pois estes acontecimentos históricos teriam destruído as grandes relações de poder existentes no mundo contemporâneo. (2001, p. 157)

<sup>16</sup> O pentecostalismo são as igrejas protestantes mais conhecidas como evangélicas, as quais privilegiam a experiência com o Espírito Santo. Através do batismo no Espírito Santo, o crente passa a ter uma experiência direta com Deus, passando a viver uma rejeição as coisas do mundo na busca da salvação. Já o neopentecostalismo, se diferencia principalmente por mobilizar a figura do demônio para justificar

Os bens simbólicos do sagrado no Brasil vêm passando por uma disputa pela manutenção ou tomada do monopólio. Para Péricles Andrade (2006) isto fica bem evidente quando se analisa os dados do censo demográfico do IBGE. Tomando por base os dados desde 1970 até os números mais recentes nos anos 2000, o autor mostrou como principalmente os anos de 1980 e 1990 apontam para esta grande transformação da identidade religiosa brasileira. Sempre na direção de um gradativo declínio do catolicismo e o crescente avanço do pentecostalismo e do neopentecostalismo. O censo de 2000 revelou que 73,8% dos brasileiros são católicos, o que demonstrou que o catolicismo ainda vigora com uma maioria confortável. Mas, os números de evangélicos são cada vez mais crescentes, aparecendo com 15% do total da população brasileira. Isto somou um rebanho de 26 milhões de evangélicos (dados do IBGE, 2000).

Na atualidade, o Brasil vive uma diversificação das experiências religiosas. Se antes uma pessoa se considerasse de uma religião que não a católica era praticamente uma blasfêmia. Hoje se torna uma realidade muito presente. Assumir que era evangélico ou de qualquer outra experiência religiosa no Brasil até os anos 1970 era atrair para si o peso da exclusão, da não aceitação, da intolerância. Nos dias atuais, o cenário é outro. As pessoas de outros credos que não o católico avançam de forma considerável e passam a assumir muitos espaços em toda a sociedade:

O período de 1980 a 2000 se caracteriza então pelo movimento de diversificação religiosa, ligado a redução do número de católicos (-15,1 pontos percentuais), a um forte crescimento dos evangélicos (+9 pontos) – principalmente dos pentecostais –, e um expressivo crescimento das pessoas “sem religião” (+5,8 pontos) (ANDRADE, 2006, p. 457)

O recenseamento de 2000 mostrou ainda que estas mudanças são mais notáveis no litoral do Nordeste. Em Alhandra, os evangélicos também já somam boa parte da população local (sem dados). É notório que o número de evangélicos na cidade é bastante alto. Sendo que das inúmeras denominações existentes no município as que têm presença mais antiga são os Batistas e a Assembleia de Deus, sendo esta última a que tem uma maior importância pelo número de fiéis e pela presença física, ou seja, números de igrejas filiadas espalhadas pelo município.

---

todas as desigualdades, pobreza e sofrimentos. O verdadeiro cristão teria um progresso material, pois defendem a teologia da prosperidade, em que aquele que for fiel a Deus e a igreja está destinado a uma vida próspera e feliz. O que interessa é o “aqui e agora”. (ANDRADE, 2006)

Os membros da Assembleia de Deus (AD) comemoram agora em 2010 o centenário de sua existência no Brasil. Os primeiros missionários que deram início a AD no Brasil eram suecos vindos dos Estados Unidos. No ano de 1910, Gunnar Vingren e Daniel Berg desembarcaram em Belém do Pará. Participavam inicialmente da Igreja Batista, mas logo seus modos diferenciados de viver o evangelho causou mal-estar entre os Batistas, principalmente porque os dois missionários trouxeram o batismo no Espírito Santo e a doutrina de falar em línguas estranhas, causando uma divisão entre os que concordavam com os métodos dos novos missionários e os que discordavam. Ocorreu uma divisão, um rompimento com a Igreja Batista. Em 11 de junho de 1911 surgia assim a Assembleia de Deus, com uma doutrina pentecostal.

A chegada dos primeiros evangélicos em Alhandra aconteceu provavelmente pela vinda de famílias evangélicas de Pernambuco, que passando a morar em Alhandra se dispuseram a evangelizar e propagar sua fé. Pelas informações do jornal da Assembleia de Deus local, “AD em foco” (Alhandra, junho – julho 2010, Ano 1, nº 1, p.3), na sua primeira edição traz a história da chegada dos primeiros evangélicos na cidade sendo estes pertencentes à AD. Segundo os relatos contidos no Jornal, a chegada destes primeiros evangélicos teria ocorrido de uma forma desbravadora e, por uma determinação divina, que percebendo a situação de pecado em que vivia Alhandra – pela prática do catimbó-jurema, a bruxaria – enviou estas famílias para evangelizar e salvar a cidade das trevas em que vivia mergulhada.



F6 Capa do jornal, AD em Foco – 2010 (jornal cedido por Izete Guimarães)



F7 Jornal, AD em Foco, jornal da Assembléia de Deus de Alhandra – 2010

Com o título “Das trevas para a Luz”, a reportagem datou a chegada dos primeiros evangélicos em Alhandra no ano de 1945, por intermédio de um jovem chamado Leôncio José, vindo da cidade de Goiana – PE para morar em Alhandra, dando início a presença evangélica no município. Este teria, segundo a reportagem, evangelizado a cidade inicialmente sozinho: montando um cavalo percorria a área urbana e a zona rural, indo até o município vizinho de Pitimbú, conseguindo converter algumas famílias locais, a exemplo da família do Sr. Manuel Campina, que emprestava sua casa para servir de local para as reuniões e cultos. Aos poucos outras famílias foram se convertendo. No ano seguinte, em 1946, chegou outra família vindo do Estado de Pernambuco. Um dos membros desta família, o Sr. José Braz do Nascimento – o irmão Dú –, se juntou as famílias já convertidas e intensificou a evangelização. No mesmo ano, os evangélicos passaram a se encontrar em uma pequena casa alugada, na Rua João Pessoa, uma das principais da cidade:

Trazendo a nossa memória, assim como os primeiros crentes sofreram perseguições pelo Império Romano, a igreja aqui foi muito perseguida. Nesse humilde casebre de palha alugado, enquanto os irmãos cultuavam a Deus os inimigos apedrejavam a casa. Foram dias tenebrosos de muito sofrimento e dor. Contudo, o inimigo não pôde nos deter. Pois como coentros esmagados que exala o seu cheiro e/ou como azeitonas imprensadas as quais dão o seu puro azeite, assim foi a igreja de Alhandra. Mas a cada dia o Deus dos céus nos fazia prosperar. O povo crescia e a casinha já não mais podia comportar os crentes. (AD em Foco, Ano 1, nº 1 p. 3)

Se comparando a igreja primitiva dos apóstolos, que sofriam as perseguições dos imperadores de Roma, o jornal mostra a perseguição sofrida pelos primeiros crentes de Alhandra. De forma a engrandecer sua trajetória, estes buscam sempre mostrar como Deus agia em função de favorecer estes escolhidos para levar a luz a esta cidade de trevas. Os símbolos religiosos se debatem e os crentes constroem este passado com os relatos para provar que eles são, de fato, os abençoados, os destemidos propagadores do Evangelho e que desautorizou a prevalência do mal na cidade de Alhandra.



**F8** Primeiro templo da AD, de 1957  
(foto cedida por Izete Guimarães, 1998)



**F9** Templo atual da AD, construído em 2000  
(foto cedida por Izete Guimarães, 2010)

Em 15 de novembro de 1957 foi inaugurado o primeiro templo evangélico da cidade, que de acordo com o jornal, foi construído pelos próprios crentes. Este templo permaneceu até o ano de 2000, quando foi demolido para dar lugar ao atual templo o qual é bem maior e luxuoso, marcando simbolicamente e materialmente a força da presença da AD em Alhandra.

A busca de informações sobre a presença evangélica em Alhandra, e ainda para entender como estes se posicionavam diante da identidade pela qual o município ficou famoso, “cidade jurema”, nos aproximou de uma das mais antigas evangélicas da AD. Aos 60 anos, professora aposentada, não sendo alhandrense, faz parte de uma destas famílias evangélicas que vindo de Pernambuco se estabeleceram na cidade, nos anos de 1950. Os contatos com ela foram sempre muito cordiais. Em uma de nossas conversas informais ela afirmou que estava feliz por poder reescrever a história de Alhandra, a história verdadeira, com a força dos evangélicos. Os contatos se seguiram sempre bem recepcionados, mas daí percebemos que ela sempre adiava a entrevista, por um motivo ou outro. Nossos contatos foram se prolongando por meses sem que a entrevista acontecesse. Até que um dia ela sugeriu que nós conversássemos com outras duas “irmãs evangélicas”, ambas também da AD. Não fazendo nenhuma objeção ela mesma fez os contatos e marcou as entrevistas com as três no mesmo dia em sua própria casa. Em uma tarde de domingo, ao chegar na casa dela, esperamos um pouco pela vinda das outras duas, enquanto conversávamos informalmente descubro que ela tinha pedido

autorização ao pastor para poder colaborar com a pesquisa. O que revelou uma grande obediência dos seguidores da AD ao pastor.

Os depoimentos aconteceram de forma separada no terraço da casa. Mas, sempre na presença das outras, que acompanhavam o relato uma da outra, mas sem interferir. Quando terminava os relatos das memórias uma sempre lembrava a outra, “tu esqueceu de dizer isso ou aquilo”. No que novamente era ligado o gravador para algum complemento das memórias.

A primeira a falar de suas memórias foi a dona da casa, que de forma bem didática, certamente por ser professora, contou seus relatos desde sua chegada em Alhandra no ano de 1957, aos 07 anos de idade. Ela sempre colocou tudo como um motivo divino, uma decisão de Deus, inclusive para a vinda dela e de tantas famílias do vizinho estado:

Alhandra passou um período grande debaixo desta, vamos dizer, dessa sombra, essa sombra, (fazendo referência ao culto da jurema) era comum em Alhandra se bater bombo e, porém, nós graças a Deus quando chegamos aqui já éramos evangélicos e que aqui a igreja em Alhandra cresceu assim bastante com famílias vindas de Pernambuco, eu outro dia tava listando eu acho que tem aproximadamente umas 50 famílias que vieram de Pernambuco morar aqui em Alhandra, quando eu cheguei aqui estava na gestão do primeiro pastor, pastor Manoel Pedro do Nascimento então eram poucos crentes. Mas, parece até que houve assim, uma agenda, parece não, foi um agendamento divino, porque Deus tem seus propósitos, então Deus agendou a vinda de umas aproximadamente 50 famílias de Pernambuco pra cá e por sinal numerosas, muitas moças e rapazes e a igreja foi crescendo, foi crescendo porque Deus tinha pressa em fazer grande o número dos salvos aqui em Alhandra. (I. G. 2010. O grifo entre parêntese é nosso).

Ao contrário dos católicos, que tentam camuflar um pouco o passado de Alhandra ligado a jurema, os evangélicos fazem questão de enfatizar, mostrando como a chegada deles foi importante para acabar com esta “sombra”. A entrevistada quando falou deste agendamento divino para a salvação de Alhandra a partir destas famílias evangélicas que chegaram à cidade, encheu o rosto com um sentimento de satisfação, como se realmente tivesse cumprindo o desígnio de Deus. Mas ela também narrou das dificuldades de ser evangélica na infância, dizendo quem nem conseguia vaga nas escolas, de modo que um dos pastores se viu obrigado a criar uma escolinha, a qual chamou de educandário, dizendo ter sido aluna deste educandário, que funcionava dentro da própria igreja: os bancos de dia serviam para a escola e de noite para o culto.

Fica evidente que os evangélicos buscaram construir uma narrativa que exalta a chegada dos crentes com uma missão divina, com o intuito de destruir a jurema, de converter e salvar as almas para Deus, como a entrevistada afirmou em muitos momentos:

O povo claro que querem manter a tradição, ninguém pode dizer que não, Alhandra foi berço do feitiçarismo, Alhandra foi berço da macumba mesmo, porém, isso passou, tem ainda aquela fama, mas atualmente tem poucos seguidores desta seita, desse credo a Jurema. Hoje somos dignos de ser imitados, os valores, vamos vendo assim os valores de Cristo, Cristo, Cristo, que o meu desejo é que todos cheguem ao pleno conhecimento da graça de Cristo, eu quero ver Alhandra bem maior bem mais próspera, com bem menos feiticeiros e muitos evangélicos (risos). (I. G. 2010)

Os evangélicos fazem questão de se mostrarem diferentes dos demais e esta diferenciação é marcada pela forma como usam e ofertam os serviços simbólicos do sagrado (ANDRADE, 2006 p. 497). Percebemos que eles pregam que Alhandra é uma antes e depois dos crentes. A feitiçaria, como foi tão enfatizada pela entrevistada, deu lugar aos valores do Cristo. Esta forma diferenciada de lidar com os bens do sagrado passam sempre por seguir fielmente a Bíblia, segundo a interpretação deles. E que desta forma ao seguir o evangelho da maneira “mais correta” os crentes se dizem verdadeiramente novas criaturas, renovadas na palavra de Deus e no batismo do Espírito Santo. Não cessam suas ofensivas simbólicas contra aquilo que consideram o mal, obra do inimigo. Mas, este simbolismo se traduz em um sentido real para a vida social dos pertencentes a comunidade evangélica. Por esta razão, é que percebemos ser tão forte o combate à jurema pelos evangélicos de Alhandra.

Outra das entrevistadas evangélica, de 57 anos, nasceu em Alhandra, seus pais foram uns dos primeiros, que sendo natural de Alhandra, “aceitaram a Jesus” – como ela mesma disse com um tom de orgulho em sua voz – e tornaram-se membros da AD. Quando ela nasceu, seus pais já tinham se convertido. Portanto, ela sempre fez parte da AD. Mas, ela contou que muitos membros de sua família, eram juremeiros, ratificando a imagem de Alhandra no passado com o culto da jurema, porém buscando sempre reforçar que isto era antes da chegada dos evangélicos:

Alhandra tinha a fama de seu candomblé, das juremas, que alguns até dizem que aqui em Alhandra se cultua a jurema preta a qual eu não conheço pra distinguir eu apenas to dizendo assim, segundo outros que falam, era sim muito famosa nessa parte, eu quando acompanhava meu pai para o roçado, que ele sempre teve uma pequena propriedade, a gente via nos caminhos

aquelas pessoas que iam para o centro de macumba ou centro espírita, que era conduzido para o lado do sitio Tapuiú, e lá havia esse centro, mais depois que o evangelho chegou a Alhandra tudo mudou, houve uma modificação total [...] Mas esta fama existe até hoje, ela não pode acabar porque esse lado é muito forte. E esse lado do candomblé nas épocas passadas existia tão forte que o evangelho quando chegou já estava o candomblé, a jurema, mais quando o evangelho chegou foi mudando, houve o esclarecimento que Jesus é o caminho, Jesus salva, ele transforma, e nós temos na nossa igreja, gente que era do outro lado, que fazia parte do candomblé e hoje são evangélicos... (O. A. 2010)

Esta entrevistada fez questão também de enfatizar o antes e o depois da chegada dos evangélicos na cidade. Suas memórias deste passado são usadas sempre para colaborar com a ideia da mudança. Sempre que ela se referiu ao culto da jurema, usou certo desprezo tanto na fala como na feição do rosto. E também quando falava de suas memórias da jurema sempre enfatizava que o que sabia era pela fala de outros, não pela experiência dela. O. A. sempre chamou a jurema de candomblé, mas na verdade ela se referiu mesmo foi ao culto da jurema. Quando lembrou que ao ir ao sítio de seu pai encontrava pessoas indo para o que ela chamou de centro, no Tapuiú, na verdade nesta localidade ficava a jurema do Rei Heron, uma das mais famosas e procurada pelos juremeiros, como mencionamos anteriormente. Para reforçar ainda mais a ideia de mudança a partir da evangelização dos crentes, a entrevistada falou da conversão dos alhandrenses inclusive de pessoas que antes eram seguidoras da jurema.

As entrevistadas mostram as formas pelas quais evangelizavam a cidade. As ações que acreditam ser os meios pelos quais Deus age e transforma o município. Sobre estes serviços sagrados que são oferecidos pela AD, a terceira entrevistada evangélica nos forneceu informações mais detalhadas. Esta “irmã”, de 52 anos, formação superior, trabalha com a juventude na igreja e é professora da escola dominical. Ela certamente foi a mais enfática ao dizer que a jurema é algo do mal, uma maldição que a cidade de Alhandra possuía. Ela afirmou que toda esta transformação aconteceu pela pregação que fizeram do evangelho:

Através do evangelismo, o evangelismo de visita, nós evangelizamos de casa em casa visitando, sabe, pedindo licença entrando e falando do amor de Jesus, o que ele pode fazer por nós, porque foi ele que morreu por nós, que deu a vida dele por nós, e o amor dele é muito grande, a igreja em si ela tem sem papel de levar o ID, através dos nossos cultos, num é, nós temos as irmãs que levam o canto, a palavra aos doentes, aos necessitados, aos enfermos, temos o culto relâmpago, que esse culto relâmpago, é um culto de mais ou menos uma hora e meia, uma hora, por isso chamasse relâmpago, quando relâmpago saí lá no horizonte é uma fração de segundo, então por conta disto

que chamasse culto relâmpago, porque não demora, entende? É só pra dizer acorda que Jesus ta voltando. Então nossa igreja ela leva o ID dessa forma, pregando o evangelho, pregando com a própria vida. (I. M. 2010)

As ações da AD em Alhandra passaram por uma intensa evangelização nas casas, nas ruas e praças. A entrevistada falou bastante que a missão da igreja é levar o IDE. Ao perguntar o que seria este IDE, ela afirmou que é como eles dizem o, ir adiante. Ou seja, ir para todos os cantos e todas as pessoas e pregar o evangelho. É nunca desistir de evangelizar. Ela falou das visitas às residências e também dos chamados cultos relâmpagos. Todas as entrevistadas evangélicas enfatizaram estes cultos como sendo um momento de grande conversão de pessoas. Os cultos acontecem diariamente nas ruas da cidade, a cada dia em uma rua diferente, onde se realiza a pregação do evangelho, com momentos de cantos, de testemunhos, e sempre convidando os moradores à conversão da fé evangélica.



**F10** Culto Relâmpago, Rua Ministro José Agripino  
(Foto cedidas por Suely Maria – 2008)



**F11** Culto Relâmpago, Rua Elpídio Dantas  
(foto cedida por Suely Maria – 2009)

Estes métodos de evangelizar usados pela AD é bastante comum nas igrejas pentecostais em todo Brasil. Maria Lucia Montes (1998, p. 83) chamou estas igrejas de “protestantismo de conversão”, mostrando como trazem uma grande inovação para o campo religioso brasileiro, sendo as primeiras a se valerem do uso de instrumentos não convencionais de evangelização. Centrando seus esforços para atingir a grande massa,

como cultos itinerantes, concentrações em praças públicas, ginásios de esportes e estádios de futebol. Estas pregações enfatizam sempre a cura, a libertação dos vícios, o desapego às “coisas do mundo”. Em Alhandra percebemos todas estas ações, tanto nos cultos relâmpagos, como em shows promovidos em plena rua, que atraem grande aglomeração de evangélicos. Eles se valem de uma presença ostensiva e organizada para atingir o maior número possível de pessoas.

A grande mobilização dos evangélicos de Alhandra é aumentar sempre o seu capital social, fazendo desacreditar os detentores oficiais deste capital social, os católicos e os juremeiros. Muito além da disputa pela manutenção ou aumento deste capital social é a disputa simbólica para marcar a quem a cidade pertence. Afinal, Alhandra pertence a quem? Juremeiros? Católicos? Evangélicos? De todos eles?

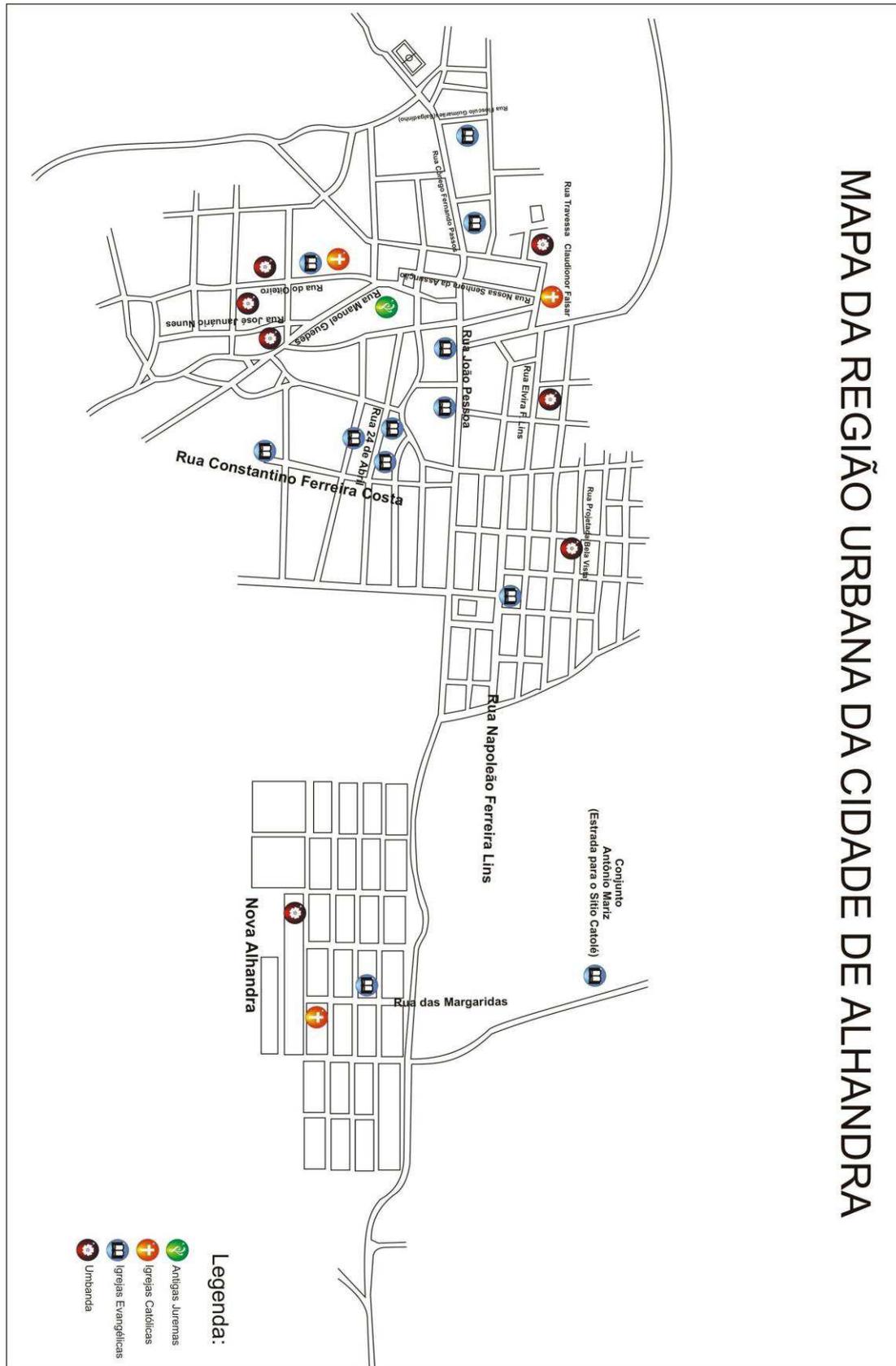
Conversando com uma juremeira, ela demonstrou indignação pelo descaso atual que vem se dando a jurema em Alhandra:

a jurema é uma planta sagrada que Jesus deixou que Deus disse “te livra dos mares que eu te livro dos ares” e os crentes dizem assim, que é macumba, é do demônio, que vai matar, vai esfolar, é não, é não, que eu não conheci isso, eu não conheci isso, eu conheci porque Deus deixou, se Deus não tivesse deixado essa lei da jurema sagrada a gente não tava nela. (J. M, 2009)

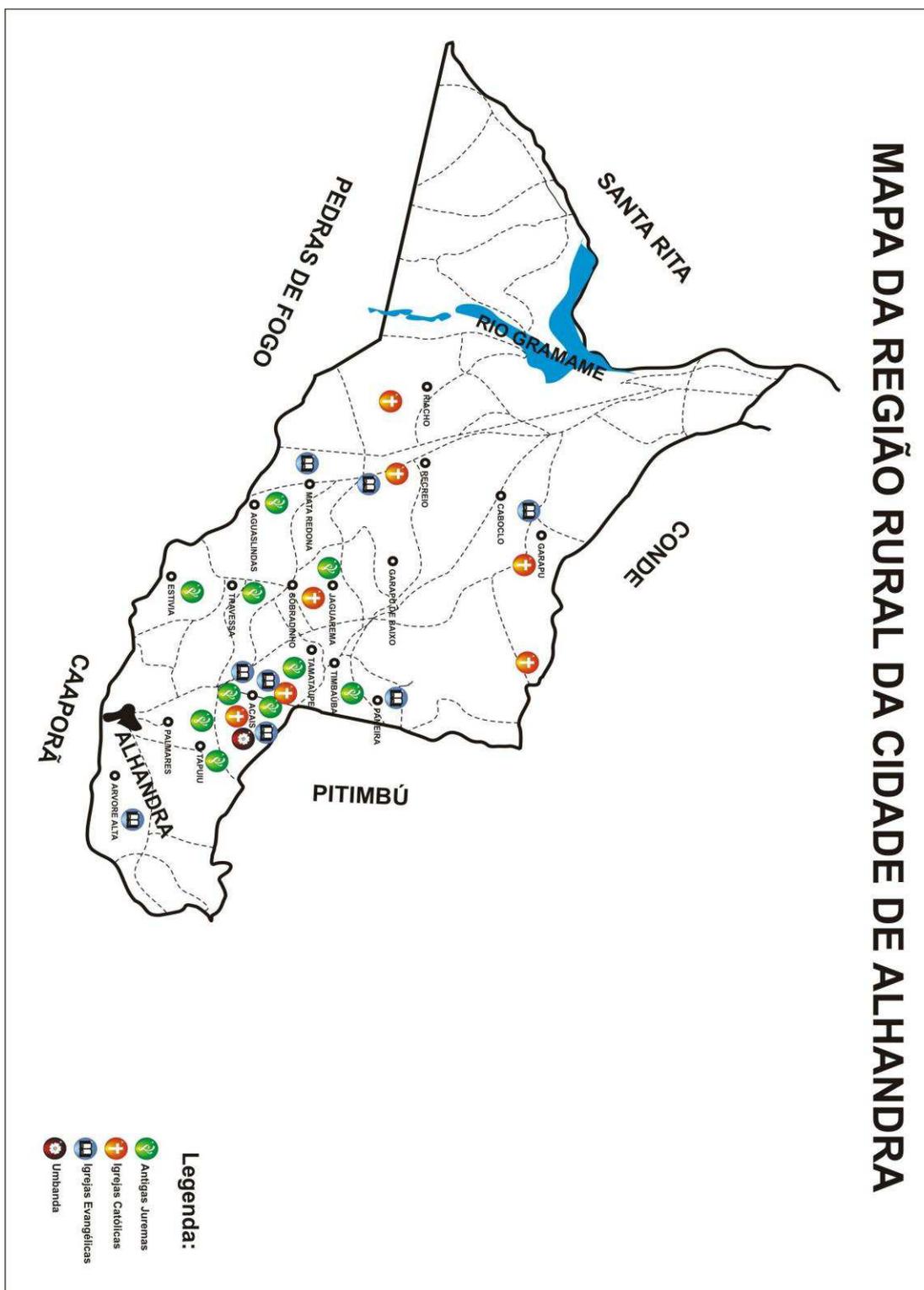
O crescimento das igrejas evangélicas é um dos principais motivos que os juremeiros apontam para que a jurema esteja se acabando. Tida como símbolo do mal pela igreja evangélica, convertendo muitos ex-juremeiros, que agora passam a fazer fila nos bancos das igrejas de vinculação protestante. A AD cresceu tanto no município que já conta com 13 congregações espalhadas, tanto na área urbana como na rural, enquanto a Igreja Católica Romana conta com apenas 10 capelas (ver mapa 02 e 03, pág. 79-80).

Além da forte presença da AD, tem ainda, a outras denominações evangélicas que se espalha por toda a cidade, onde destacamos a Igreja Batista, que também existe na cidade desde a década de 1950, porém não tem a mesma atuação da AD, possuindo apenas um templo em uma das ruas centrais da cidade. Representam as igrejas evangélicas, também, a Universal do Reino de Deus, Pentecostal a nova Jerusalém, Assembleia de Deus de HEFZEA, Assembleia de Deus Missionária do Ministério do Guará – DF, Assembleia de Deus de Itaquacetuba, Adventista e Presbiteriana. Portanto, para um pequeno município a existência de tantas igrejas é sinal da aceitação, o que irrita os católicos que dizem: agora em toda rua tem uma igreja evangélica.

**Mapa 02: Distribuição das Igrejas, Juremas e Centros de Umbanda na área urbana.**



Mapa 03: Distribuição das Igrejas, Juremas e Centros de Umbanda na área rural.



**Tabela – Levantamento das Igrejas e centros de Umbanda de Alhandra - 2010**

	<b>Zona Urbana</b>	<b>Zona Rural</b>	<b>Total</b>
<b>Antigas Juremas</b>	01	10	11
<b>Igrejas Católicas Romanas</b>	03	07	10
<b>Igrejas Evangélicas</b>	12	08	20
<b>Umbanda</b>	08	01	09

Os dados foram colhidos pelo próprio pesquisador, com exceção das juremas antigas, cujas informações é da pesquisa de Vandezande (1975).

Observando os dados expostos tanto na tabela como nos mapas 01 e 02, podemos perceber como as igrejas evangélicas possuem uma presença muito forte no município de Alhandra. Contudo, esta realidade é muito mais forte na zona urbana, com um total de 12 templos – estes de várias denominações, mas a predominância é da Assembleia de Deus – na zona rural contando com 08 templos, chegando um total de 20 templos. O que significa o dobro do número de capelas católicas. Porém, a presença católica, ao contrário das igrejas evangélicas, tem o maior número de templos na área rural, um total de 07 contra 03 na área urbana.

Em se tratando das juremas antigas, nos referimos às juremas que foram mapeadas por Vandezande (1975) na década de 1970. Destas, apenas uma continua a existir, que é a da Mestra Jardecilha, na área urbana. Todas outras que se localizavam na zona rural foram destruídas ou abandonadas. Quanto à umbanda, também percebemos uma grande quantidade no perímetro urbano, um total de 08. A respeito da Umbanda é interessante informarmos que segundo Salles (2010, p. 223), em Alhandra aconteceu que, enquanto se desvalorizou o ritual da jurema, os umbandistas acabaram por assimilar muito da tradição da jurema nos terreiros de Umbanda. Portanto, de acordo com as afirmações deste autor, a Umbanda de Alhandra recebeu uma influência dos antigos mestres da jurema. Mas, hoje pelos dados por nós coletados podemos afirmar que a presença dos evangélicos é muito mais marcante. E estes parecem dispostos a “destruir” de vez, a silenciar o que ainda ecoa na cidade do ritual da jurema.

Um de nossos entrevistados cresceu em um dos mais conhecidos terreiros de jurema de Alhandra, o da mestra Jardecilha. Ele era sobrinho da citada mestra, e nos

seus relatos disse estar sempre presente na sua adolescência no terreiro da tia, presenciando muitos dos trabalhos. Porém, atualmente com seus 42 anos professa a fé evangélica, sendo membro da Assembleia de Deus. Vejamos um de seus relatos:

...nós evangélicos queremos acabar, acabar de forma espiritualmente. Deus convertendo, a gente tem essa visão, que a gente diz, que nós temos o objetivo de Alhandra ser de Jesus, nesse aspecto aí, é o aspecto eu to falando como crente, como evangélico, nós trabalhamos, mas não trabalhamos de forma de massacrar, mesmo porque a gente não tem instrumento pra isso, nem eu concordaria, é pra o poder do conhecimento, do conhecimento da verdade da nossa concepção, eu tenho um ponto de vista que não poderia deixar de esclarecer, e meu ponto de vista [...] ainda vejo isso como feiticeiro, diabólico... (V. J., 2010)

Como percebemos, para os evangélicos o desejo é que todos se convertam ao protestantismo, lutando para o fim do culto da jurema. Isto fica bastante evidente em vários relatos de uma comunidade de relacionamentos da Internet, o Orkut, onde foi aberto um fórum intitulado: “Alhandra não é mais a terra da jurema”. Entre os muitos que participaram do debate neste fórum virtual, podemos destacar a fala destes três evangélicos:

- A tradição nesse sentido é nossa inimiga, pois quem tem poder é Deus, o restante é pagação e mentira!!! Fé em Deus ele é mais e nunca falha!!!
- A galera acha que Alhandra ainda é a terra da jurema! Nunca mais, macumba aqui já era! Graças a Deus ele enviou o evangélico pra essa cidade, e que vai crescendo a cada dia. E agradeço a Deus por isso. Quem acha que aqui ainda é a terra da macumba ta enganado porque Alhandra mudou, Alhandra agora é nossa!!!!
- Alhandra é do Senhor Jesus Cristo, tu ta amarrado sataná, aqui é fogo no cão<sup>17</sup>

Seguindo o raciocínio de Nogueira (2004, p. 77), historicamente falando, as práticas consideradas como magia sempre foram atribuídas, pela ortodoxia religiosa, como uma prática herética. O autor afirmou que em pleno século XX estas práticas mágicas ainda são consideradas demoníacas pelo cristianismo. Qualquer prática religiosa que foge dos padrões da ortodoxia cristã é uma evidência do próprio

---

<sup>17</sup> Não foi feita nenhuma alteração nas falas extraídas da Internet, mantendo os erros ortográficos, apenas ocultamos os nomes dos internautas. Disponível em: [HTTP://www.orkut.com.br/Main#commMsgs?cmm=3089894&tid=2456446617285811708](http://www.orkut.com.br/Main#commMsgs?cmm=3089894&tid=2456446617285811708)> Acessado em: 17-12-2009.

Anticristo. Podemos assim justificar que a jurema é, sem dúvida, uma prática mágico-curativa, mesmo sendo significada tão negativamente pelos cristãos, e especificamente os alhandrenses.

A jurema carrega o peso do símbolo do mal, principalmente pelos cristãos, católicos e evangélicos, que subjetivam esta planta como diabólica:

Hoje Alhandra é do senhor Jesus, porque Deus tem feito uma grande transformação no povo de Alhandra, na cidade toda, você vê hoje a gente já tem um certo progresso na nossa cidade, que a trinta anos, quarenta anos atrás você não via o progresso que você vê hoje, porque o povo ainda era muito ligado a feitiçaria, a bruxaria, isso é uma maldição muito grande, isso é uma maldição muito grande, porque é abominável a Deus, entendeu? E trás maldição, mesmo que seja uma crença, que seja uma religião, que eu respeito até certo ponto eu respeito, só não faço concordar porque eu sei que é uma abominação a Deus. (I. M. 2010)

A violência simbólica dos evangélicos contra o culto da jurema é bem mais intenso que a dos católicos. Vestidos de uma indumentária simbólica do sagrado, pensam a sua identidade religiosa como a certa e a única possível de salvação. Desta forma, a jurema se torna abominável a Deus. Os sinais do sagrado da jurema não confere legitimidade para os crentes. Pelo contrário, eles tentam a todo custo desmontar este sistema de símbolos sagrados e como eles mesmo afirmam já existia antes mesmo da chegada deles em Alhandra. É forte quando dizem que a até a falta de progresso que Alhandra tinha antes era devido à maldição por conta do culto da jurema. Os crentes reivindicam outra identidade religiosa para o município, rejeitando este passado, considerando a cultura como inimiga – no caso da cultura da jurema. Assim, Alhandra vive este embate, esta disputa simbólica pelo sagrado, pela identidade coletiva. A identidade é justamente isto, é o conflito, é esta disputa constante na sua produção e reprodução. É esta contenda pelo poder, onde os diferentes grupos lutam para estabelecer a sua hegemonia identitária. Como afirma Brandão, na questão religiosa esta disputa acontece por que: “agentes de culto, fiéis confessos e clientes de serviços – pensam a sua identidade através de se verem vestidos com a roupa da opção que fizeram com os sinais do sagrado” (1992, p. 9).

### **2.3 “Cidade linda, a joia do nosso Brasil”: Alhandra na música religiosa dos crentes e católicos**

Entre nós, brasileiros, a canção ocupa um lugar muito especial na produção cultural. Em seus diversos matizes, ela tem sido termômetro, caleidoscópio e espelho não só das mudanças sociais, mas sobretudo das nossas sociabilidades e sensibilidades coletivas mais profundas. (NAPOLITANO, 2002, p. 77)

A música é o termômetro, o caleidoscópio, o espelho das mudanças sociais, dos sentimentos, das sociabilidades e sensibilidades, afirmou Marcos Napolitano, que enfatizou como nos últimos anos a música tem sido apropriada pelos historiadores, usando as canções como fonte para a pesquisa histórica, e também como recurso didático nas salas de aula. Considerando que as músicas refletem as excitabilidades de um povo, as sociabilidades coletivas, de modo que, estas podem demonstrar, apontar as mudanças ocorridas dentro do contexto de sua produção e reprodução, para tanto, como diz Napolitano (2002) se faz necessário não apenas perceber o que diz a música, mas fazer a relação entre o texto e o contexto, buscar perceber as sensibilidades embutidas na letra musical e sua inserção histórica em determinada sociedade.

Durante a pesquisa, nas conversas com nossos entrevistados, principalmente quando conversava com uma das evangélicas, falou entusiasmada de uma música, feita por um jovem evangélico, que falava da história de Alhandra e que a cidade já não era da jurema, mas sim de Cristo. Pedimos para ouvir a música, mas ela informa não ter naquele momento, ao sair de sua casa, ficamos com esta ideia na cabeça. Precisávamos encontrar esta música. Começamos a comentar com as pessoas que encontrávamos, o que não demorou a uma pessoa das quais comentamos, por ser católica, nos disse não conhecer, mas se quiséssemos ela tinha uma música católica que também falava da história de Alhandra. Pronto, tava decidido, queríamos agora as duas músicas!

As músicas serão apresentadas e analisadas, buscando sempre perceber as sensibilidades criadas, tendo em vista a sua produção, ou seja, o período que foi criada e por quem foi composta. E procurando também problematizar a sua reprodução, o que implica perceber para que foi feita, para que público, o alvo a ser atingido, que tipo de sensibilidades e sociabilidades visavam construir no público alvo. E ainda perceber a

identidade que se forja nestas músicas tanto para a comunidade especificamente católica e evangélica, como para a cidade como um todo.

A primeira música que problematizaremos será a católica, que tem como título, “A padroeira de Alhandra”, o compositor é, Otacílio Soares da Silva.

#### A Padroeira de Alhandra

Nossa Senhora da Assunção  
 Mulher repleta de amor e luz  
 É de Alhandra a padroeira  
 E é a santa mãe de Jesus

Refrão: Igreja povo de Deus, somos nós, somos nós (bis)

Alhandra é cidade linda  
 Seu nome veio de Portugal  
 Primeira Vila da Paraíba  
 Isso depois da capital

1749, foi este ano da construção  
 Eu me refiro à santa igreja  
 Nossa Senhora da Assunção

Vamos seguir na caminhada  
 Com esperança, paz e alegria  
 E na romaria nós estamos juntos  
 Por sermos devotos da virgem Maria

Otacílio Soares, o compositor da música, é repentista, é alhandrense e morador do distrito de Mata Redonda. É católico e fez a música por iniciativa própria, no ano de 2003. Neste mesmo ano a Igreja Católica de Alhandra comemorava os 245 anos de fundação da paróquia. Como parte dos festejos de comemoração, o Pe. Jurandir Lourenço, então pároco da cidade, decidiu junto com os seus paroquianos fazer uma romaria, a qual recebeu o nome de Romaria da Assunção. O tema escolhido para a

romaria foi, “Igreja povo de Deus, somos nós”. Logo a notícia se espalhou entre os católicos, quando o cantador popular decide fazer esta música e apresenta ao padre, tornado-se, então, o hino da romaria.



**F12** Romeiros na Romaria da Assunção, 2003.  
(Arquivo de Luiz Junior)

Nos dias 11 e 12 de outubro de 2003 aconteceu a 1ª Romaria da Assunção, a qual se repetiria nos anos seguintes. A romaria saiu na noite do dia 11 do distrito de Mata Redonda, de onde os romeiros católicos caminharam durante toda a noite até a cidade de Alhandra, encerrando na frente da Matriz de Nossa Senhora da Assunção, na manhã do dia 12.

O hino da romaria foi gravado por um grupo de jovens da paróquia. A gravação foi artesanal, sendo vendidos alguns CDs a preço popular e apenas para conseguir verbas para Igreja. O que chama atenção nesta música é que para os católicos do município é importante aquilo que já chamamos a atenção anteriormente: o fato da primazia, da ancestralidade, o fato de estar na letra a data da fundação da Igreja, que não aparece aleatoriamente, não simplesmente porque está se comemorando o aniversário da paróquia, até porque o que aparece é a data da construção da igreja e não a data que se tornou paróquia, que aconteceu em 1758, portanto em 2003 eram 245 anos de paróquia e 254 anos da construção do templo. Isto para a identidade católica da região é bem forte, depois de tanto tempo transcorrido, parece garantir uma legitimidade, uma

segurança de que são verdadeiramente a igreja de Deus. Isto pode ser comprovado no próprio refrão da música, “Igreja povo de Deus, somos nós, somos nós”.

Não percebemos na letra nenhuma referência ao culto da jurema. O que veremos na música evangélica. Contudo, os católicos buscam enfatizar a sua antiga presença na região e afirmar que a cidade tem uma mãe, uma padroeira, criando assim nos fiéis um sentimento que legitima ser a igreja de Deus e de contarem com uma proteção diferenciada, que é a da mãe, da padroeira Assunção: uma “mulher repleta de amor e luz”. A identidade católica fica bem evidenciada com esta busca da manutenção do sentimento de pertença a mais antiga e, portanto, verdadeira igreja criada por Jesus.

A música evangélica nos fornece muito mais possibilidades de análises e problematizações, com o título de “Alhandra”, de autoria de Ricardo Ribeiro, a música é uma tentativa de se tornar um hino da cidade. Vejamos:

#### Alhandra

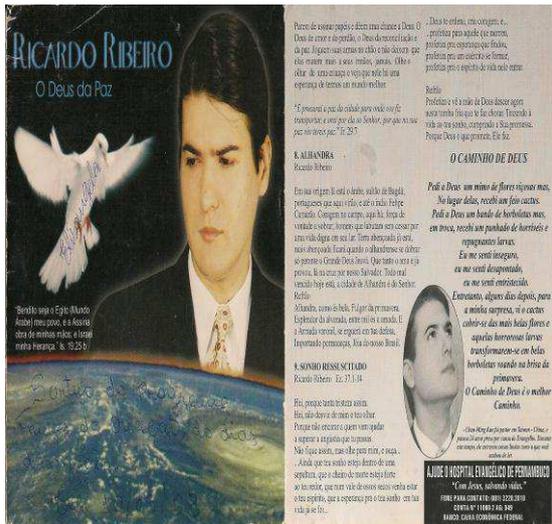
Em sua origem lá está o árabe, sultão de Bagdá;  
 Portugueses que aqui virão, e até o índio Filipe Camarão.  
 Coragem no campo, aqui há; força de vontade a sobrar;  
 Homens que labutam sem cessar por uma vida digna em seu lar.  
 Terra abençoada já está, mais abençoada ficará  
 Quando o alhandrense se dobrar só perante o grande Deus Jeová.  
 Que tanto o ama e já provou, lá na cruz por nosso salvador.  
 Todo mal vencido hoje está, a cidade de Alhandra é do Senhor.

#### Refrão:

Alhandra, como és bela. Fulgor da primavera.  
 Esplendor da alvorada, entre mil és a amada.  
 E a Armada varonil, se erguerá em tua defesa,  
 E portanto permaneças, joia do nosso Brasil.

O compositor Ricardo Ribeiro é evangélico da AD. A música faz parte de um CD “O Deus da Paz” muito bem gravado em 2003 em um Studio de Recife. No encarte

do CD o compositor conta um pouco de sua biografia e de sua vida em Alhandra. Ele considera que foi Deus que o colocou em Alhandra para cumprir uma missão, pois o mesmo não é alhandrense, mas pernambucano: “Deixamos a amada igreja do Recife e fomos cumprir a missão estabelecida pelo Senhor e que inicia-se com este CD.” (encarte do CD). Ele narrou que ao estar em Alhandra teve contato com a história do lugar e se apaixonou. Foi daí que surgiu a ideia da música Alhandra.



**F13** Capa do CD, O Deus da Paz. 2003 (Disponibilizado por Elnaura Paulino)



**F14** Encarte do CD. 2003. (Disponibilizado por Elnaura Paulino)

A análise não se dará apenas da letra da música, mas também do texto que se encontra no encarte do CD. A canção começa falando da origem da cidade de Alhandra, que nas suas origens teria os árabes, portugueses e indígenas. Esta origem árabe é uma pura invenção do compositor! Mas, de onde ele tira isto? Certamente ele concluiu do nome da cidade – e explica isso no encarte – a origem do nome Alhandra é de fato árabe, contudo a cidade nunca teve nenhuma relação com o Oriente. O que acontece é que em Portugal existe uma cidade também chamada Alhandra, esta sim – a Alhandra portuguesa – foi fundada pelos árabes durante a invasão dos Mouros à Península Ibérica. Já a Alhandra brasileira recebeu este nome provavelmente por simplesmente sua região geográfica lembrar a região da Alhandra de Portugal, portanto, teria recebido este nome por uma mera homenagem – era também uma determinação do diretório pombalino<sup>18</sup> que as vilas recebessem nomes portugueses e não indígenas, por

<sup>18</sup> MURA, Fábio (Coord.). **Relatório de fundamentação antropológica para caracterizar a ocupação territorial dos Tabajara no Litoral Sul da Paraíba** (FUNAI, Instrução Técnica Executiva nº 34/DAF/2009). João Pessoa, agosto, 2010.

isto que ao se tornar vila, muda-se o nome de Aratagui para Alhandra – mas, o município nunca teve nenhuma relação direta com os árabes.

A principal sensibilidade que a música indiretamente busca combater é a identidade de “cidade jurema” e criar outra identidade relacionada ao cristianismo e mais especificamente aos evangélicos. Ao afirmar que Alhandra será ainda mais abençoada quando todos da cidade se curvarem só perante o Deus Jeová enfatiza que todo o mal vencido já está e que Alhandra agora pertence ao Senhor. A canção busca, sem dúvida, criar outra imagem para o município, pautada agora não mais na cultura indígena ou afro indígena, mas nos princípios cristãos. Para que a cidade continue linda, “a joia do Brasil”, uma das frases do compositor no encarte do CD é bastante enfática:

Estando em Alhandra, descobri algumas coisas surpreendentes. A primeira delas, é que o lugar tornou-se conhecido internacionalmente através da BBC de Londres, Inglaterra, como lugar da feitiçaria [...] o povo de Alhandra é muito amável e hospitaleiro, sendo-lhe injusta essa fama imposta. Mas, a história está sendo alterada pela presença marcante da Igreja Viva, profetizo que os repórteres ingleses voltarão para contar ao mundo que Alhandra é do Senhor Jesus Cristo. (encarte do CD)

A canção composta é então embasada nesta crença e coloca que Alhandra não merece esta fama de “cidade jurema”, ou como diz o compositor “lugar da feitiçaria”. Mas, ele afirma a mudança na história da cidade. Menciona que os crentes estariam reescrevendo esta história que fará com que a BBC volte à cidade para uma nova reportagem, desfazendo assim a imagem da cidade ligada a jurema e o catimbó.

Quanto à esta reportagem da BBC de Londres que o compositor faz referência, realmente muitos moradores falam deste episódio. Um dos entrevistados nos falou a respeito:

é bastante interessante porque eu tinha uma tia Jadercilha Eloisa de Sousa, conhecida popularmente como Zefinha de Tiina, que era espírita. Era conhecida nacionalmente, sua casa era visitada por pessoas de todo país, inclusive pessoas de fora do país. Chegando até a BBC de Londres, eu não me recordo a data, mais acredito que foi em 1978 por aí, eu vi, ter vindo aqui a BBC de Londres, filmar, fazer um documentário com a minha tia. Eu não lembro assim muito com riqueza de detalhes, mas eu lembro, eu lembro muito na época é que Alhandra era muito atrasada nessa época, era uma veraneio o carro deles, chamava atenção o carro, os galegos de brinco, que na época era um bicho papão o caba usar brinco em 78, e por essa data eles filmaram a jurema lá do Rei Heron, no Tapuiú, depois passaram no telão, aquilo chamou atenção da cidade toda, eu tenho essas lembranças rapidamente, eu era criança, eu tinha uns seis ou oito anos... (V. J. 2010)

O compositor usa na sua canção estas memórias dos alhandrenses. Com o intuito de denunciar este passado como algo já ultrapassado, o mal foi vencido! A canção mostra justamente o que apontamos com as memórias dos evangélicos entrevistados: sempre a tentativa de construir uma narrativa apoiada no passado, da identidade de “cidade jurema” para mostrar um triunfo, a vitória dos crentes que modificaram esta história e, por isto, todos estes esforços dos evangélicos em mudar esta identidade, esta imagem criada para a cidade, e começam então a forjar esta nova identidade.

De acordo com o raciocínio de Napolitano (2002), a canção é produto de uma subjetividade artística. Mas, esta subjetividade não está isolada, pois o artista possui uma formação cultural, tem uma singularidade biográfica e psicológica e possui ainda um posicionamento social e simbólico. Deste modo, percebemos que as músicas que problematizamos demonstram como seus compositores estavam não apenas imbuídos de suas qualidades artísticas, mas toda a trama em que estavam envolvidos influenciou na feitura da música. Cada um construindo em sua canção a identidade religiosa desejada para a cidade de Alhandra.

Esta identidade que eles agora tentam construir, certamente, não atende ao todo da cidade. A identidade de uma cidade cristã evangélica ou católica, pode ser conflituosa para aqueles que não se identificam ou vivem alguma outra experiência religiosa. Se no passado os alhandrenses foram impelidos por uma identidade religiosa que muitas vezes eles não desejavam e que não fazia parte de suas experiências, como vimos no Capítulo I, esta identidade coletiva de “cidade jurema” marcava os corpos dos alhandrenses de modo que aonde eles fossem eram sempre reconhecidos como catimbozeiros. A tentativa agora é de silenciar impor uma nova identidade. Violentar simbolicamente os corpos dos alhandrenses com esta outra identidade. Principalmente, em se tratando dos evangélicos, estes parecem a todo custo querer cicatrizar a identidade de Alhandra na atualidade ligada à experiência religiosa de um único grupo, mesmo que este a maioria, mas não a totalidade. Portanto, eis um exemplo de uma violência simbólica.

## **CAPÍTULO III**

**A disputa pela última jurema: em defesa do símbolo sagrado**

### 3.1 Os juremeiros na rua: “Salve, a jurema sagrada”

Era 20 de junho de 2009, uma manhã de sol quente típica do litoral paraibano, quando de repente as ruas da pequena cidade de Alhandra foram invadidas por uma passeata que quebra com a rotina do lugarejo. Intitulada “passeata da paz”, se tratava de uma manifestação em defesa de uma árvore, a jurema, que para os que estavam naquele protesto não se tratava, simplesmente, da defesa de uma árvore, mas de suas crenças, pois a jurema carrega consigo um simbolismo sagrado de um ritual de origem indígena e, em seguida, misturado com a cultura dos negros. Pois ,teria sido ali, em Alhandra, que haveria surgido a força da jurema sagrada, da ciência da jurema, para aqueles que professam esta fé, fazendo com que a cidade fosse fortemente marcada com a identidade de “cidade jurema”.

Os participantes, na sua maioria vindos de João Pessoa e Recife, antes mesmo de invadirem as ruas de Alhandra fizeram sua primeira parada no memorial de Zezinho do Acais, um antigo mestre juremeiro que teria falecido às margens da estrada que vai para Alhandra. Ali, num pequeno e simples memorial construído para o citado mestre, fizeram oferendas, cantaram e dançaram para os mestres do além.



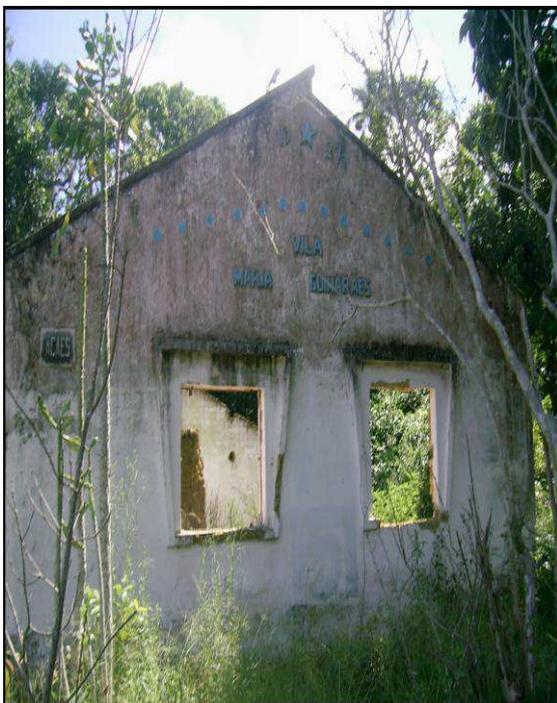
**F15** Juremeiros no memorial de Zezinho do Acais – junho de 2009.  
(Foto cedida por Josilene Balbino)



**F16** Juremeiros no túmulo do Mestre Flósculos – junho de 2009.  
(Foto cedida por Josilene Balbino)

Depois, descendo um pouco mais na mesma estrada, fizeram a segunda parada. Desta vez, no túmulo do Mestre Flósculo Guimarães<sup>19</sup>, atrás de uma capela dedicada a São João Batista. Lá, se repetiram todo o ritual, as oferendas, cantaram os pontos e dançaram ao som dos tambores e maracás.

Saindo do túmulo do Mestre Flósculo, atravessaram a pista e, exatamente do outro lado, agora de frente à capela, seguiram para a terceira atividade daquela manhã: dançar, cantar e fazer as oferendas e homenagens a mais conhecida mestra juremeira da cidade de Alhandra, a mestra Maria do Acais. Ali, naquele exato local onde se encontravam, nas terras do Acais, as margens da estrada distando apenas cerca de 5 minutos da sede do município, teria morado uma geração de mestres conhecedores da ciência da jurema e dos seus segredos. Dentre os mestres desta família destacava-se, justamente, Maria do Acais. Assim que atravessaram a pista, os juremeiros deram logo de vista com as ruínas da casa onde teria morado Maria do Acais e toda sua geração. Da casa restavam apenas algumas paredes laterais e a fachada da frente que estava intacta, ostentando ainda a seguinte inscrição: “1923: vila Maria Guimarães”. Todo o restante da casa teria sido destruída pela ação do tempo e do abandono.



**F17** Ruínas da casa de Maria do Acais – 2009  
(Foto disponibilizadas por Josilene Balbino)



**F18** Juremeiros na Jurema do Acais – junho de 2009  
(Foto cedida por Josilene Balbino)

<sup>19</sup> Flósculo era um dos mais conhecidos e respeitados mestres da jurema sagrada de Alhandra. Seu túmulo é marcado por um tronco de jurema e é muito visitado pelos juremeiros.

Atrás da casa existia um sítio bonito e muito bem arborizado. Jaqueiras enormes, mangueiras centenárias e entre tantas outras espécies. Lá, se destacava a *mimosa tenuiflora* ou simplesmente, jurema sagrada. Foi naquele local, embaixo da jurema de Maria do Acais, talvez o lugar considerado mais sagrado para os juremeiros, que fizeram todas as suas majestosas homenagens aos mestres e pediam forças para a luta na defesa da jurema.

Saindo do Acais, já no fim da manhã, o sol a todo tino, foram para Alhandra, alguns em um ônibus locado só para ocasião, outros em carros particulares. Chegando à entrada da cidade, todos desceram e a pé invadiram as ruas do município, atraindo os olhares dos moradores que desavisados pareciam não entender o que acontecia. Todas aquelas mulheres com seus trajes típicos dos cultos afro-indígenas, os homens todos de branco e crianças que também estavam vestidas para ocasião. Eles não eram muitos, no máximo um grupo de cem pessoas, mas roubavam a cena. Os olhares agora eram para eles que foram aos poucos avançando pelas principais ruas da cidade. No meio dos juremeiros, um carro de som anunciava a passagem da passeata, com músicas de jurema, intercaladas com momentos de falas em que o Pai Beto<sup>20</sup> animava a caminhada, explicando o motivo do manifesto: defender a jurema que estava ameaçada de tombar, de cair, de ser exterminada pela força de um machado ou serra elétrica.



F19 Juremeiros, passeata da paz – junho 2009  
(foto de Luiz Francisco)



F20 Juremeiros, passeata da paz – junho 2009  
(foto de Luiz Francisco)

<sup>20</sup> Pai Beto presidente da FCP UMCANJU (Federação Cultural Paraibana de Umbanda, Candomblé e Jurema), este se autointitula como o guardião da jurema sagrada.

Ao observar os juremeiros, os moradores curiosos podiam ainda ler as faixas que eram por eles carregadas, as quais diziam: “Salve os pés de jurema da mestra Jardecilha”; “O Acais vive! Juremeiros na luta”; “Alhandra, o berço mundial da jurema sagrada!”; “Salve os mestres e as mestras da jurema sagrada!”. “Pai Beto de Xangô, o guardião da jurema sagrada!!!”. Todas as faixas eram assinadas pela sigla FCP UMCANJU (Federação Cultural Paraibana de Umbanda, Candomblé e Jurema).



**F21** Juremeiros, passeata da paz – junho 2009  
(foto de Luiz Francisco)



**F22** Juremeiros na jurema da Mestra Jardecilha – junho 2009 (foto de Luiz Francisco)

O destino dos juremeiros caminhantes era chegar a um endereço que até a década de 1980 era muito conhecido e frequentado: o terreiro da Mestra Jardecilha, que fica próximo ao centro da cidade. Debaixo do sol escaldante já se aproximando o meio dia, os juremeiros chegaram a Rua Manuel Guedes, o endereço da falecida Mestra. Chegando em frente a casa que era por ela habitada, os juremeiros fizeram alguns discursos, defendendo a jurema com falas inflamadas e emocionantes. Denunciavam uma possível derrubada da jurema da mestra Jardecilha, pelos parentes que agora eram evangélicos, sendo a única defensora a filha que mora na casa onde por trás ainda é possível ser visto alguns pés de jurema, uns da época da mestra, outros mais novos.

Terminado os discursos, os juremeiros partiram para a última atividade daquela manhã agitada. Dirigiram-se para baixo dos pés de jurema da Mestra Jardecilha.

Entrando pela lateral da casa, foram aos poucos enchendo o pequeno quintal onde encontraram uma pequena sala, na parede da frente se podia ler: “Templo espírita de jurema Mestra Jardecilha”. E foi em frente a esta sala (templo) que os juremeiros começaram a se espremer no pouco espaço, em torno de um cruzeiro que fica no meio do quintal, que possui a seguinte inscrição: “Deus salve o cruzeiro dos senhores mestres da jurema sagrada deste templo”.



F23 Juremeiros na Jurema da Mestra Jardecilha – junho 2009 (foto de Luiz Francisco)



F24 Juremeiros com oferendas para os “Senhores Mestres” – junho 2009 (foto de Luiz Francisco)

Finalmente, o calor forte que os acompanhou durante todo o trajeto da caminhada foi aliviado pela sombra das inúmeras juremas espalhadas pelo quintal. E foi aí que os juremeiros repetiram todo o ritual de oferendas de frutas e flores, de músicas, orações, danças ao som de tambores e maracás. E depois de terminado, voltaram de onde vieram, devolvendo para Alhandra a antiga rotina de uma cidade de interior.

### 3.2 A jurema ameaçada de tombar: uma família em disputa pelo sagrado

A crescente desvalorização e silenciamento do culto da jurema em Alhandra motivaram os juremeiros a se mobilizarem na defesa de suas crenças. Esta mobilização tornou-se pública com a passeata da paz. Esta ação ocorreu porque a jurema da Mestra

Jardecilha estaria, segundo a filha da citada Mestra, sendo ameaçada de ser cortada. Esta suposta ameaça deu início ao processo de defesa da jurema por parte dos seus seguidores.

A Mestra Jardecilha foi uma das mais citadas por todos os entrevistados e era dela que eles falavam com lembranças mais fortes, a maioria dos outros Mestres que eram citados, eram sempre lembranças indiretas, ou seja, aquilo que estava na memória coletiva, mas que não necessariamente o entrevistado tinha presenciado. Mas a tia Zefa, como a Mestra Jardecilha, era conhecida na cidade de Alhandra, era contemporânea de todos os entrevistados, já que tinha vivido e feito os seus trabalhos espirituais até a década de 1980. Contudo, muitos relatos nos foram dados sobre os serviços espirituais prestados pela Tia Zefa.

Algumas vezes eu fui na casa dela [da Mestra Jardecilha] que ela era minha comadre, a árvore em si era muito zelada por ela, tinha muito cuidado, não deixava todo mundo passar por perto, pessoas que tivessem menstruadas não podiam passar por perto da jurema, tinham que passar por longe porque não estava certo, tinham também esses cuidados, e as pessoas não podiam cortar, tinha que deixar lá. (G. P. 2009)

Uma das entrevistadas, juremeira convicta, nos narrou emocionada os trabalhos da Mestra Jardecilha, afirmando ter sido ela mesma curada pelo poder da jurema e da Mestra que a socorreu em um momento difícil de sua vida:

Eu vou contar uma agora que aconteceu comigo viu, eu tava em casa, eu senti uma dor na minha perna, e a minha perna inchou que corria água, só vivia com as pernas pra cima assim [fez o gesto mostrando como ficava sua perna] e o meu esposo me pegou e levou pra casa dela, falou com ela e ela disse, traga ela que eu vou curar que isso foi uma macumba que botaram nela, e ela me curou, quando eu saí da casa dela eu já tava andando. Ela botou eu numa cadeira que eu num andava, ela se manifestou, o mestre fez a limpeza, retirou o que tinha e eu fiquei boa, quando eu cheguei em casa ela mandou eu passar manteiga de lata morna nas pernas e desinchou ate hoje, e isso já faz mais de 15 anos e ficou a marca [levantou um pouco a saia que usava e mostrou a marca], foi um ponto de passagem que botaram pra mim. E o povo que chegava lá doente, tudinho saía bom. (M. J. 2010).

E assim muitos casos nos foram relatados a respeito desta Mestra da Jurema. Após sua morte, em 1988, os familiares não deram continuidade aos trabalhos, sendo que uma de suas filhas procura conservar as juremas e o templo do jeito que sua mãe

deixou. O terreno onde ficam as juremas e o templo era um terreno amplo que ficava por trás da casa da Mestra Jardecilha. Este terreno é de herdeiros. Até final de 2008 ainda era viva a matriarca da família, a Dona Tiina, mãe da mestra, a qual muito antes de falecer dividiu o terreno entre os familiares. Porém, a demarcação não foi feita de imediato. Algumas casas começaram a ser erguidas, mas todas sem muro, fazendo com que o quintal das casas fosse praticamente um único quintal, onde fica as juremas da Mestra Jardecilha.



**F25** Jurema da Mestra Jardecilha – 2009  
(foto de Luiz Francisco)

Neste contexto, a família da Mestra já era em sua maioria evangélicos e alguns católicos. Estes não tinham interesse em manter o culto da jurema em suas terras. Em 2009, com o falecimento de Dona Tiina, os familiares começaram a se organizar para fazer as medições dos terrenos, e esta atitude terminou por gerar um conflito familiar, envolvendo as juremas sagradas da Mestra Jardecilha. Pela medição os arbustos ficaram fora dos limites da filha da Mestra, que era a única interessada em conservar as juremas e o templo que ali se encontra. Diante de tal situação, a filha da mestra inicia um movimento para defender as juremas, a qual argumentou que seus familiares estavam planejando derrubar os arbustos sagrados.

Eles queriam cortar porque eles disseram que era um pau que não tinha nada, um pau qualquer, eles disseram que se cortassem aquele pau iam colocar dentro do forno pra assar pão e a gente não deixou, e a gente ta lutando pela jurema de Zefa de Tiina, e a gente luta até o fim e eu quero lutar até o fim pra gente vencer a batalha... (M. J. 2010)

Os juremeiros iniciaram toda uma mobilização para defenderem suas crenças, seus rituais, seus símbolos sagrados e de fé, pois a jurema como o símbolo maior de suas crenças não poderia vir a baixo como tantas outras já tinha sido exterminadas pela insensibilidade daqueles que não crêem no poder sagrado desta planta. Entra as muitas juremas antigas de Alhandra, quase todas já tinham tombado, pelo poder de um machado, destruindo o poder da crença de muitos que cultuam o arbusto. Este foi o fim de um dos lugares mais falados pelos nossos entrevistados, o Rei Heron, um dos espaços sagrados para os juremeiros de Alhandra, mas que hoje não existe mais nenhum vestígio da presença do ritual no lugar. Seria este também o destino da jurema sagrada da Mestra Jardecilha?

No que dependesse de sua filha, não. A jurema jamais iria ter a mesma fatalidade das tantas outras que foram destruídas. Tendo a iniciativa de organizar um abaixo-assinado entre os moradores de Alhandra e também juremeiros de João Pessoa e Recife, esta iniciativa acabou por causar um barulho muito grande no município, e um mal estar grande entre os familiares da falecida Mestra:

Eu fiz um abaixo-assinado, não foi nem iniciativa minha, foi de outras pessoas [não identificou estas pessoas] porque naquele momento que aconteceu eu fiquei muito perturbada e eu ia ficar quieta, só que quando eu vi que a situação estava se complicando, eu decidi fazer [...] foi feito tudo sem comunicar pra gente, foi feito em 1999 (a divisão dos terrenos entre os herdeiros), em abril de 1999 e a gente só tomou conhecimento agora, quando meu tio veio e disse, vai ter que derrubar o muro, a fossa não é mais de vocês a casa tem mais de 20 anos de construída, eu fui e conversei com ele, mais meu tio o senhor nasceu e viveu com a minha mãe, o senhor viu tudo, o senhor sabe a importância, o senhor sabe que essa jurema é registrada, esse templo aqui é registrado, já veio varias pessoas, fotos e mais fotos, a BBC de Londres já veio aqui, trabalhos e mais trabalhos de universidades que chega aqui 10, 20, 30, 50 alunos como é que o senhor vai fazer uma coisa dessas, o senhor quer comprar briga com quem, olhe o problema do Acais, olhe os problemas que já existiriam aqui, teve pessoas aqui que foram cortar a jurema, compraram terreno e foram cortar o pé de jurema a primeira força que fez, quebrou a foice, foi pegar a inchada a primeira que deu, bateu um dor no braço, morreu doido, era um homem conceituado aqui em Alhandra, morreu doido, descascava aquelas arvores, ficou preso num quartinho da casa, desconheceu a família toda, morreu doido, doido porque os mestres, os cablocos são assim se você não mexer com eles, eles tão quietinhos mais se você mexer eles se juntam todinhos, aí você pode esperar. (S. P. 2009)

Mesmo tendo sido avisado, a filha da mestra afirmou que o seu tio não deu importância para as suas palavras de advertência sobre os poderes da jurema e as possíveis consequências se ele prosseguisse com a ideia de cortar a jurema. Quanto ao abaixo-assinado, assegura com muita firmeza que inúmeras pessoas assinaram, mas, não nos permitiu ter acesso e nem informou o número de assinaturas. O que percebemos entre alguns dos entrevistados que tiveram conhecimento do abaixo-assinado é que a filha da mestra parecia distorcer os fatos, para levar as pessoas a assinarem, mas as pessoas ao terem contato com a versão dos outros familiares acabavam por se decidindo em não assinar, e aqueles que até já tinha posto sua assinatura no documento, procuravam um meio de retirar.

Deparamo-nos, então, com um impasse: o que estaria, de fato, acontecendo? Pois a filha da Mestra nos relatou com muita convicção que desde o tempo de sua mãe viva, que seus parentes já não se davam bem com sua mãe, sendo, inclusive, uma das irmãs de sua mãe intrigada, segundo ela por ser evangélica e não aceitar os rituais da jurema realizado pela tia Zefa:

A relação da minha família com minha mãe sempre foi uma relação não boa, eu nunca lembro da minha tia, que já morreu, minha tia ela falar com minha mãe [...] porque ela foi ser crente. Eu lembro de uma música que ela cantava “xeleleu, xeleleu o teu lugar ta num sei o que” é umas coisas assim e ficava dizendo que quem era assim iria pro inferno e essas coisas. (S. P. 2009)

Diante dos fatos narrados pela filha da Mestra não poderíamos nos furtar de ouvir a versão dos outros familiares. Fomos então procurar o tio dela, um senhor de 72 anos, o qual é evangélico da Assembleia de Deus há 45 anos, este nos recebeu muito bem. No entanto, não se sentiu à vontade em nos permitir gravar a entrevista, só nos permitiu, uma conversa informal, a qual nos ajudou a entender melhor os acontecimentos. Fomos também entrevistar uma irmã da mestra, a senhora M. L., de 56 anos, católica. Ela nos narrou sua versão dos acontecimentos e de sua relação com a sua irmã Jardecilha. Fomos ainda entrevistar um sobrinho da Mestra, V. J., que é evangélico e também nos contou dos acontecimentos e sua narrativa não se diferenciou muito da do seu tio e de sua tia, porém, a narrativa deste divergiu completamente da versão da filha da Mestra. Observemos o que nos contou a irmã da Mestra sobre a relação da família com a Mestra Jardecilha:

Nossa família toda aceitava, todo mundo aceitava, minha mãe aceitava, meus irmãos, até meu irmão que é evangélico, fazem muitos anos que ele é evangélico, faz mais de quarenta anos que ele é evangélico e como ele sabia, como ele era o que sabia mais ler na época, ele tinha feito o primário, ele sabia ler, ele já evangélico mais ela [a Mestra Jardecilha] chamava ele pra ler lá umas orações que tinha no livro que ela não sabia, ele ia e lia pra ela, muitas orações ela aprendeu, ele lendo pra ela, ele já evangélico fazendo parte da assembléia de Deus, mas ele ia e lia, parece que eu to vendo um livrinho assim pretinho já velhinho [fazendo os gestos com a mão], ela dizia leia tal oração pra mim aprender, e ele lia. (M. L. 2009)

Embora enfatizou que a família aceitava, ela faz questão de dizer que aceitavam, respeitavam, mas que não acreditavam na jurema sagrada, sua crença era outra, enfocando que sua fé era na igreja católica, sendo inclusive ministra da eucaristia. Nos vimos então diante de uma versão não apenas nova dos acontecimentos da família da Mestra, mas contraditória da versão que nos forneceu a sua filha. Vale salientar que a Senhora M. L. não sabia da versão que sua sobrinha já nos tinha narrado.

A respeito do abaixo-assinado nos afirmou que cerca de 80% das assinaturas eram de pessoas de Pernambuco, pois os alhandrenses os conheciam e os procuraram para ter explicações, e que a maioria ao ouvi-los rejeitava participar da assinatura do documento em defesa da jurema. Repetiu várias vezes que a relação de toda família com a Mestra sempre foi das melhores, que ela mesma foi praticamente criada pela irmã, já que sua mãe trabalhava e ela pequena ficava o dia todo na casa da irmã, convivendo de perto com todos os trabalhos que a Mestra Jardecilha fazia. Afirmou, no entanto, que tudo mudou depois do falecimento da tia Zefa, pois a filha da Mestra passou a criar muitos problemas, fazendo com que toda a família se afastasse dela e não mais frequentasse a casa:

O abaixo-assinado eu tenho conhecimento porque teve pessoas que nos procurou certo, e levou conhecimento que tinha assinado um abaixo-assinado, tinha assinado assim, essa folha que por sinal, com informação diferente, teve pessoas até que foi lá e pediu pra tirar o nome porque foi passado de maneira diferente. Foi passado que era pra preservar, é pra preservar. Só que ela queria de fato proibir que a gente fosse ao quintal dela, até a polícia ela chamou pra proibir meu irmão de entrar no quintal dela, onde ficam as juremas [...] porque quando ela morreu ela era assim [a Mestra Jardecilha] todo mundo era bem lá na casa dela, tudo lá, mas depois que ela morreu houve a rivalidade, justamente a filha dela que ficou na casa primeiro formou uma confusão com o irmão, por conta de um restaurante que a mãe deles deixou, e daí houve uma rivalidade entre eles dois, e La também ficou com raiva de toda a família. E agora usa a jurema como pretexto. (M. L. 2009)

O conflito familiar ultrapassou o aspecto religioso. Entra em pauta o próprio terreno e questões antigas mal resolvidas, de mágoas e rancores entre os familiares. Tudo veio à tona agora por ocasião das demarcações dos terrenos de cada herdeiro, pois as juremas ficariam fora dos limites do terreno pertencente a filha da Mestra, a senhora M. L. afirmou que:

Não, nunca houve essa intenção de derrubar a jurema, porque primeiro a gente toda vida respeitou, não tinha nada haver com religião porque meu irmão já era crente, já fazia parte da Assembléia de Deus quando construíram esse templo, por trás da casa dela tem um templo, uma casa que é cheia de imagem, era né porque agora não sei se é, era justamente onde a minha irmã, porque no início, a minha irmã eu me lembro muito bem era assim numa salinha que dava acesso a cozinha tinha essa salinha que era cheia de imagens, de santos e tal, ali era onde ela fazia os trabalhos dela, depois ela construiu essa casa, e quem construiu foi meu irmão que era pedreiro, ele era pedreiro, ele foi quem construiu essa casa que ela colocou os santos dela e fazia a mesa dela e fazia os trabalhos dela lá, baixava os espíritos dela nessa casa quando ela era viva e quem construiu foi meu irmão já evangélico entendeu. Não tinha essa intenção de derrubar nem as juremas nem o templo. (M. L. 2009)

Todos estes relatos que contradizem a filha da Mestra também podem ser conferidos na narrativa de V. J., sobrinho da tia Zefa. Em sua entrevista pedimos que nos falasse de sua tia e de sua relação com ela, o qual nos relatou o seguinte:

Minha tia era uma líder, minha tia por incrível que pareça não tinha conhecimento, eu nunca vi ela receber ninguém mal, ela também tinha a reserva dela, ela não atendia um cliente na frente de ninguém, isso não via não, era quarto fechado, ela escutava, ela escutava, fazia também um tore aqui no final de semana, ela tinha a celebração dela lá, todo final de semana. Embaixo da jurema muitas vezes, mas, não era só em baixo da jurema não, ela tinha um, como se fosse uma área pronta para o tore, que o meu primo que era o tocador. Ela fazia uma roda, e chegava gente do estado todo, espiritado, já vi muita gente chegar amarada e sair andando, numa boa, esse tipo de coisa, ela invocava aquelas entidades, Zé pilintra, Maria Acais e ali aquelas pessoas recebiam outras pessoas. Já vi muita gente tomar duas garrafas de cachaça sair bem, são essas coisas que eu como historiador hoje eu respeito, mais como evangélico eu condeno, eu quero deixar bem assim, falando desse aspecto. Mas, a minha relação com minha tia era muito boa, a minha tia tinha um convívio excelente, eu vivia lá na minha tia, ela também tinha um carinho por mim, fazia compras pra ela, eu acompanhava na época, também não tinha ainda nem tipo de noção, mais eu acompanhava todos os rituais, todos os rituais.

A primeira coisa que gostaríamos de destacar é que o entrevistado nos forneceu algumas informações importantes para entendermos o que parece, de fato, que a família possuía uma boa relação com a falecida Mestra. Mesmo não partilhando as mesmas

crenças mantinham uma convivência pacífica, onde a Mestra Jardecilha era um tipo de referência da família, tudo parecia gerar em torno dela e todos os familiares estavam sempre por perto. Uma segunda coisa a ser enfatizada, é que o próprio V. J. Mesmo afirmando que, como evangélico condena completamente esta prática, mas afirmou que participava ativamente dos rituais realizados pela tia, embora ele faça questão de ressaltar que na época ele não tinha noção de nada. Um terceiro ponto que nos chamou atenção é que ele chama os juremeiros e as pessoas em geral que procuravam os serviços espirituais de sua tia, de clientes, certamente isso já uma interferência de seus conceitos atuais tanto de sua formação acadêmica, e claro religiosa, pois na atualidade é membro da Assembleia de Deus.

O nosso narrador também nos forneceu informações sobre a possível derrubada da jurema por sua família, narrando o conflito familiar da seguinte forma:

O que aconteceu ali foi o seguinte: a terra é de herdeiro, da minha vó, a terra é de minha avó, como eu disse, a terra foi dividida, a minha mãe ficou com seu pedaço, cada um dos meus tios ficou com sua parte. Dividiram a terra de boca, minha vó com vida. Depois que minha vó morreu, meu tio foi fazer as medições pra dividir e colocar os marcos, os pauzinhos rapaz, com a melhor da intenção possível, e quando ele foi medir o terreno de uma das minhas tias, ficou dentro da área o tronco da jurema mãe [a jurema principal, a mais velha], que ninguém nunca nem cogitou em derrubar, o quintal é uma área de confluência. Quando meu tio coloca os marcos, muitas juremas ficaram no terreno dos outros, mas só demarcou, não tocou numa única folha. A minha prima [a filha da Mestra] ela criou a fantasia que íamos derrubar, ela fez uma ceninha, ela saiu na rua, ela foi para câmara dos vereadores, ela tentou articular a cidade toda, arrumou advogado, ficou desafiando a família, foi um escândalo.

Estamos, assim, diante de duas versões para o conflito em torno da jurema da Mestra Jardecilha, de um lado a filha que afirma que os parentes, impulsionados por uma fé cristã, católica e evangélica, estão decididos a derrubar o símbolo maior da fé dos juremeiros. Por outro, os demais familiares da Mestra se defendem, afirmando que nunca intencionaram derrubar o arbusto, que sempre respeitaram e que apenas fizeram as demarcações dos terrenos como lhes eram de direito.

O que nos interessa não é afirmar com quem está ou não a razão, quem está certo ou errado. Mas, o que queremos analisar é como este conflito inicialmente familiar, foi ganhando outras proporções, ultrapassando os limites da família, tomando as ruas da cidade de Alhandra, tornando-se um conflito público, envolvendo uma disputa por símbolos religiosos na cidade, levantando um acalorado debate no município, se

Alhandra ainda seria ou não a terra da jurema, se esta cultura deveria ser mantida ou não. De um lado católicos e evangélicos defendendo a extinção desta fama não desejada para eles. No outro extremo surgem, então, personagens que pareciam sumidos, os juremeiros. Estes começam a reivindicar um espaço legítimo e a defender uma identidade ameaçada de desaparecer.

É interessante percebermos como uma possível ameaça a um símbolo sagrado despertou nos juremeiros a vontade de ir às ruas, de tomar os palanques públicos, de procurar as instituições governamentais para defender e impedir que a jurema fosse destruída, como já tinham ocorrido com várias outras. O conflito em torno da jurema da Mestra Jardecilha vai assim fazer nascer o movimento em defesa da jurema e muito mais que isto, um movimento que visa garantir para Alhandra a identidade de “Cidade Jurema”.

A luta em defesa da jurema ganhou também os rumos de João Pessoa e Recife. Os juremeiros destas cidades se sensibilizaram com a situação e passaram a atuar também na defesa da jurema da Mestra Jardecilha. A filha da Mestra começou a receber muitos apoios dos juremeiros destas localidades, muito mais até que dos próprios juremeiros de Alhandra. Um destes apoios vai ser o do Pai Beto, o qual se diz ser, “o guardião da jurema sagrada”. O apoio dele vai ser importante para que o movimento ganhasse força e cada vez mais pessoas se envolvessem e foi, justamente, ao comando do Pai Beto que se organizou a “passeata da paz” – descrita no início deste capítulo – a “passeata da paz” foi um marco na defesa da jurema em Alhandra. Pelas ruas da cidade os juremeiros afirmavam sua crença na jurema, e defendiam a importância da cidade de Alhandra como sendo o berço mundial da jurema sagrada.

Sobre a passeata nos afirmou a filha da Mestra:

O nosso intuito nessa passeata da paz era mostrar para as pessoas, tanto que foi falado em carro de som, a importância da jurema e que as pessoas vissem a jurema como uma cultura, como uma coisa bonita, que ela na parte espiritual e da medicina ela tem grande importância, então tentamos mostrar a importância, que as pessoas se conscientizasse que não podem mudar uma coisa quando é de raiz, que é a nossa cultura e que tem várias curas, vários benefícios, várias graças alcançadas e também que respeitassem a nossa crença. (S. P. 2009)

A passeata ocorreu como planejada e, certamente, foi um impacto na cidade até então acostumada apenas com manifestações públicas da igreja católica e dos

evangélicos. Porém, a passeata trouxe outro problema para os juremeiros. Como foi narrado anteriormente, no dia da passeata os juremeiros visitaram vários lugares considerados sagrados para eles em Alhandra. Dentre estes lugares estava o Acais, onde existia a mais sagrada de todas as juremas, a jurema da Mestra Maria do Acais: uma referência para todos os juremeiros!

Acontece que as terras do Acais já não pertencem à família de Maria do Acais e o atual dono ao ser informado que os juremeiros tinham estado lá e feito todos os seus rituais, mandou passar uma cerca em todo o terreno. Ele destruiu o que restava da casa de Maria do Acais e mandou passar o motosserra nas juremas sagradas que existiam no local, além de outras árvores centenárias que haviam por trás da casa em que vivera Maria do Acais. No movimento que fizeram para defender as juremas da Mestra Jardecilha acabaram por precipitar a destruição do Acais, o espaço mais sagrado para os juremeiros.

### **3.3 A jurema tomba e é tombada**

Em junho de 2009 houve uma passeata, chegamos lá no Acais tava tudo limpo, a casa de Maria do Acais tava erguida, só às paredes externas, não tinha teto, mais foi obra da natureza. Mas o restante das coisas estavam lá, no dia 10 de agosto do mesmo ano, quando eu cheguei lá com os irmãos de Natal, os irmãos de jurema, fomos fazer as oferendas. Chegamos lá e fomos atrás da igreja no túmulo do Mestre Flósculos, quando eu me virei que olhei, eu disse eu to no lugar errado cadê a casa? Cadê as árvores? Aí parei, olhei, eu digo não é aqui, então vi os restos dos tijolos da casa, eu atravessei aquela rua, aquela BR que se viesse um carro tinha me pegado, porque não vi nada, não vi ninguém, eu fui lá para ver se era realmente o que eu estava vendo, constatar, e tinham acabado de derrubar as árvores, árvores com mais de cem anos, quando eu digo que é um crime ambiental porque árvore com mais de dez anos não é pra ser derrubada, imagina uma árvore centenária. Foram derrubadas, tava uns toco de 30 a 50 centímetros de altura, ainda molhado, sinais visíveis de que foi cortado com serra, restos ainda de madeira dos troncos, tudo revirado, deu um desanimo que eu fui com as oferendas pra fazer e fiz, encima do toco, do que era uma árvore centenária, eu fiz minhas oferendas, eu chorei, eu pedi e me comprometi com toda ciência do Acais que eu ia fazer de tudo pra reerguer aquilo tudo ali. O que aconteceu eu digo em todo canto foi um crime ambiental, foi um assassinato na ciência, assassinaram nossa ciência, destruíram tudo, só que destruíram as árvores, os pontos, a ciência continua lá é tanto que antes de botarem o portão que hoje está com um muro e um portão, tava só na cerca, eu afastei e entrei, eu senti que a ciência ta viva ali dentro, então vale ainda se lutar por aquilo ali. (M. J., 2010)



**F26** Casa de Maria do Acais destruída – agosto de 2010. (foto cedida por Mãe Joana)

**F27** Juremeira fazendo oferendas no que restou da jurema sagrada do Acais – agosto de 2010. (foto do arquivo de Mãe Joana)

A fala e as imagens que expomos acima sintetizam o que aconteceu no Acais e como isto foi devastador para os seguidores do catimbó ou da jurema sagrada. A jurema tombou pela ação humana. Com uso de um motosserra a natureza sagrada foi destruída, deixando os juremeiros desprotegidos, desorientados. Um dos últimos lugares sagrados para os juremeiros é devastado, um crime ambiental e um crime contra a fé de um povo, como podemos perceber na revolta da juremeira.

A destruição das cidades sagradas da jurema em Alhandra é resultado do crescente descaso sofrido pelo culto na cidade. Se no passado, a árvore era sagrada a ponto de ser proibida a sua derrubada, onde até mesmo para se retirar uma folha era preciso da licença dos encantados, hoje em dia, não. Ela virou uma árvore qualquer, ou melhor, uma árvore que significa um passado a ser esquecido, pois agora representa o mal. E o mal tem que ser arrancado pela raiz.

Segundo Geertz (1978, p. 114), os símbolos religiosos criam uma ordem no enfrentamento do caos, tendo os seres humanos uma dependência grande em relação aos símbolos e aos sistemas simbólicos. Esta dependência está em tal grau que determina a viabilidade, ou não, de sua própria existência como criatura. A destruição súbita deste sistema de símbolos cria uma dificuldade no ser humano para enfrentar o caos. É isto

que podemos concluir com a destruição do maior símbolo dos juremeiros, a jurema do Acais: o desespero da juremeira diante da destruição, ela se pega sem saber o que fazer, se sente impotente, tendo que fazer suas oferendas não mais diante da árvore sagrada, mas de um toco do que foi antes o maior símbolo de sua fé.

Diante da jurema tombada, destruída, os juremeiros continuaram sua mobilização. Agora não apenas pela não derrubada das juremas da Mestra Jardecilha, mas pelo tombamento do Acais. O Pai de Santo de João Pessoa, Pai Beto, nos disse o seguinte sobre o processo de tombamento do Acais:

Eu passei em Alhandra e vi que estava tendo o desmatamento do sítio, então quando surgiu à idéia do tombamento, fomos ao IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) e lá já tinha o pedido de tombamento, expedida pela Sociedade Yorubana (do Rio de Janeiro), onde nenhum paraibano sabia, nem o próprio povo de Alhandra, ninguém sabia desse pedido, e isso me revoltou, isso me revoltou, depois eu vou chegar que foi é pela sociedade de Yorubana, que eu gosto muito de Eduardo Fonseca, que no tempo creio eu que era o coordenador, o presidente (da sociedade Yorubana), e hoje quem é a presidente é a esposa dele a Josi. Então o que acontece, quando descobri esse tombamento, esse pedido de tombamento me revoltei, por ser paraibano e não sabia, até então a federação já estava constituída. Então nós fomos, analisei todo o processo disse, não, esse tombamento só vai ser possível se os juremeiros forem para as ruas, então daí foi quando comecei a articular em todos os terreiros, fazendo reunião, andando, do gasto próprio, batalhando, buscando, conscientizando as pessoas e consegui fazer a passeata da Paz, que na passeata da Paz nos acompanhou Kleber Moreira que é um dos conselheiros do IPHAEP e foi quem nos deu a maior força para que isso chegasse até então ao conselho, se esse pedido de tombamento estava lá desde 2007, tava um documento lá no IPHAEP, porque até então ninguém sabia o que era jurema, e ninguém nem sabia o valor que aquilo tinha, aquele sítio, então só foi possível através da manifestação dos juremeiros da Paraíba presidida pela a FCP UMCANJU, na minha responsabilidade porque eu sou o diretor presidente, nós estamos como co-autores nesse pedido, a FCP UMCANJU, só tem a sociedade Yorubana e nós, mais ninguém. Hoje estamos na luta o que, que aconteceu? Foi quando a gente foi para rua, fizemos passeata, houve o problema na casa de Nina, a respeito daquelas árvores de jurema que os parentes queriam arrancar, nós estamos com ela hoje nessa luta, o terreiro hoje é filiado a federação, e daí então houve a passeata e houve articulação, houve reuniões na minha casa, aqui no meu terreiro, com Kleber Moreira, com, Sandro Guimarães, com a Nina, com a Josi, e com outras pessoas mais de Alhandra, porque eu não faço nada jamais em Alhandra sem o consentimento do povo de Alhandra, né? Já estive em reunião com Renato Mendes, também o prefeito de Alhandra, né? A qual dessa passeata da vitória ele deu uma ajudar também, até porque eu acho que nem os políticos de Alhandra sabem o que significa o Acais, que o Acais hoje é tido como uma referencia mundial sobre jurema sagrada, e daí houve o tombamento, foi aprovado, foi unânime o tombamento num é, e surgiu a idéia da passeata da vitória e depois dessa passeata da vitória, chegamos ao Palácio da Redenção onde o governador assina o tombamento do sitio do Acais, já foi assinado então o documento ta comigo, já foi assinado. (P. B. 2010)

Embora o pedido de tombamento do Acais já existisse junto ao IPHAEP desde 2007, como afirmou o presidente da FCP UMCANJU, tendo sido autor do processo a Sociedade Yorubana Teológica de Cultura Afro-brasileira, uma sociedade de defesa da cultura afro-indígena do Rio de Janeiro, o impulso maior só teria acontecido quando os juremeiros da Paraíba se mobilizaram em passeata pelas ruas de Alhandra, onde a FCP UMCANJU teria tido uma participação central, tornando-se co-autor do processo de tombamento do Acais. É visível na fala do “guardião da jurema” como ele gosta de enfatizar que é o principal responsável pelo tombamento do Acais, o que provocou certas discórdias e divisões entre os juremeiros, chegando alguns até a desacreditarem que tenha, de fato, ocorrido o tombamento.



**F28** Conselheiros do IPHAEP votando o projeto de tombamento do Acais – setembro de 2010.  
(foto do arquivo de Pai Beto)



**F29** Juremeiro junto ao governador para assinatura do tombamento do Acais – setembro de 2010.  
(foto do arquivo de Pai Beto)

No dia 30 de setembro de 2009 é aprovado o tombamento do Sítio Acais, como foi notícia no Jornal da Paraíba de 03 de outubro de 2009, cuja manchete da reportagem dizia: “Solo Sagrado da Jurema: IPHAEP aprova tombamento do Sítio Acais”. Vejamos um trecho da reportagem:

O conselho deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico aprovou esta semana, por unanimidade, o tombamento do Sítio Acais “solo sagrado da jurema”, localizado no município de Alhandra. Na área, há décadas, a cultura indígena e afro-brasileira – especialmente o ritual da jurema – vem resistindo à ação dos homens. “É a primeira vez que a Paraíba

realiza um tombamento assim. É um momento histórico, com importância para todo o Brasil”, afirmou Damião Cavalcanti, diretor do IPHAEP (caderno cidades, p. 4)

Depois da jurema do Acais ter sido destruída, ela é tombada como Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba. Sem dúvidas, um marco para a história do Estado que até então só tinha tombado prédios ligados a igreja católica. Os juremeiros comemoraram muito, porém, algumas perguntas podem ser feitas agora. O que significa tomar uma coisa que já não existe? Afinal, a jurema que foi tombada em 30 de setembro de 2009 já não existe desde junho de 2009. O que será feito agora? Mesmo que se replante a jurema, ela terá o mesmo significado?

Para os juremeiros – principalmente os ligados a FCP UMCANJU e ao “Guardião da Jurema” – ao que parece a vitória já veio, e que a identidade de cidade jurema de Alhandra já está garantida para o futuro. Este posicionamento ficou evidenciado em 15 de novembro de 2009, quando novamente as ruas de Alhandra foram invadidas pelos juremeiros, que desta vez intitularam sua caminhada de “passeata da vitória”. Era a comemoração, em público, do tombamento do Acais.

A festa foi grande, muitas oferendas, cantos para os mestres da jurema. Foi o momento dos juremeiros agradecerem. A programação foi intensa, como podemos perceber no cartaz espalhado em alguns pontos de Alhandra. Mas, ao analisarmos o cartaz, logo nos veio o estranhamento pela foto estampada: ao olhar o cartaz, qualquer desavisado acredita que o Acais que foi tombado é o da foto. No entanto, esta realidade não confere: a foto é, provavelmente, da década de 1920 e o sítio do Acais já não era como o da foto quando foi tombado.

**PASSEATA DA VITÓRIA**  
PELO TOMBAMENTO DO SÍTIO DO ACAIS - Alhandra/PB

Data: 15 de novembro de 2009 (domingo)

Programação:

Hora	Atividade	Local
8 horas	Saída dos ônibus	Pça do Coqueiral
9-30 horas	Parada no Memorial de Zezinho do Acais	Acais
10 horas	Parada na Capela e Túmulo do Mestre Flôscuto	Acais
10-15 horas	Parada na frente do Sítio do Acais	Acais
10-30 horas	Concentração na entrada de Alhandra	Alhandra
10-45 horas	Passeata da Vitória do Tombamento do Acais	Alhandra
11-15 horas	Culto de Jurema no Terreiro da Mestre Jandecilha	Alhandra
14 horas	Retorno das delegações	Alhandra/João Pessoa

A passagem do ônibus será 1 kg de alimento não perecível

PERMANÊNCIA CULTURAL, PRESERVAÇÃO DE SABEDORES, TRADIÇÕES E JEITOS

Contatos: 83 8630-6292 (Pai Beto) / 83 8872-8513 (Mãe Mércia)

F30 Cartaz da passeata da vitória – novembro de 2010  
(foto do arquivo de Luiz Francisco)

O Acais tombado foi este:



**F31** Vista atual do Sítio Acais – dezembro de 2010  
(foto do arquivo de Luiz Francisco)

Como podemos perceber o Acais exibido no cartaz da passeata da vitória não existe mais. O Acais tombado, já não possui a casa onde morou a famosa Mestra e nem mesmo as juremas sagradas. Além disso, a passeata da vitória teve uma diferença da passeata da paz, é que desta vez eles não puderam entrar no Acais. No mínimo, isto ecoa estranho: como é que comemoraram o tombamento do Acais e nem, ao menos, colocaram os pés dentro das terras tombadas? Os juremeiros tiveram que se contentar em ver apenas a terra cercada e, desta vez, com portão e cadeado. A vitória teria ocorrido?

Passado alguns meses do tombamento do Acais, relatou uma juremeira que o Acais estava pior do que antes do tombamento. Ela afirmou que agora tem muro e cadeado. Com muita tristeza ela desabafa:

Eu não entendi, realmente eu não entendi, não entendi o motivo daquela passeata da vitória, porque antes da passeata tava só a cerca, depois da passeata tem um muro, um portão e um cadeado, eles fizeram uma passeata com a vitória, pode ter sido a vitória da aprovação do projeto, mais num foi a vitória do tombamento como colocaram a vitória do tombamento, como eu disse enquanto não tiver no diário oficial e uma placa fixada pra mim ainda

não foi tombado, o pessoal tem muito o que fazer. Primeiro porque o dono das terras, o atual dono das terras ele ainda pode entrar na justiça com um recurso pra reaver as terras dele, ele tem três chances, e se ninguém fizer nada ele pode muito bem recorrer, a passeata foi pra que? Bom, quiseram fazer uma passeata fizeram uma passeata, eu soube que foi muito bonito, eu não fui [...] (M. J. 2010)

A juremeira que nos narrou a sua indignação em relação à “passeata da vitória”, afirmando que o Acais não foi tombado, se tornou uma ferrenha crítica às ações do “Guardião da Jurema”. Na Internet, em uma comunidade virtual, ela protagonizou – em um fórum aberto para discutir o tombamento do Acais – duras críticas ao processo do tombamento e exigindo que fosse exposto, para todos, o documento que confirmasse o tombamento, havendo verdadeiros embates entre a juremeira e o “Guardião da Jurema”. Vejamos um pouco deste embate entre os dois:

- Juremeira: Como juremeira, nascida e criada no culto da Jurema, tendo minha raiz, ciência a do Acais, muito lutei para q se unisse os juremeiros para o tombamento dessas terras sagradas. Hoje devido a fatos que nao vem o caso comentar deixei de lado a luta, mas estou sempre cobrando resultados. O que foi aprovado foi o projeto de tomabamento das terras denominadas de Acais, nao foi aprovado ainda o tombamento, pois esse processo é cunho federal, pois estao pedindo para tomar 6 hectares de terras produtivas hoje, onde se ve a plantação de bananeiras ja em crescimento de mais de 50 cms. Ai eu pergunto qual governo vai aprovar um projeto desse tamanho? agora se pede 1 hectare de terra ai sim tem muitas possibilidades de ganhar essa causa. Nao vi em lugar algum nenhuma das duas entidades que estao a frente do projeto colocar uma planilha ou copia do projeto principalmente na internet, que é um veiculo podereso e reúne pessoas de do mundo todo, nao tem nada que possamos acompanha o andamento dos trabalhos, se estao lutando por algo de interesse da familia juremeira, deveria ser publico todos os atos. A prefeitura de Alhandra cidade q se encontra o Acais nao esta ciente de nada disso, o terreno continua cercado, q vitoria é essa? A ciência do Acais que abençoe a todos.

- Guardiã da jurema: É importante este fórum abrir espaço para divulgar ações sobre o Tombamento do Acais para que as pessoas que acessam a internet se informem, inclusive vejam quem TRABALHA e quem atrapalha. Na luta do Acais e pela preservação da cultura da umbanda e da jurema, os que não zelam pela transparência, se perdem no meio do caminho e ficam desacreditados, pq luta não se faz com fofoca maldosa e nem encontros na calada da noite e SIM COM AÇÕES. Estes indivíduos se limitam hoje a tentar confundir os desavisados, mas NEM isto conseguem mais. O ACAIS FOI TOMBADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS DOS CONSELHEIROS DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA - IPHAEP.

- Juremeira: Em momento algum eu quis desacreditar o trabalho da equipe, apenas como juremeira e como cidadã tenho o direito de cobrar os atos que se faz em nome de uma cultura, de uma tradição. Além do que é sabido que o proprietário das terras pode entrar na justiça e recorrer desse processo, e acho que não se deve comemorar antes de todos os recursos estarem esgotados e o

documento de tombamento assinado pelo governador Antonio Targino Maranhão, publicado em diário oficial o tombamento do sítio Acais. Quanto às fofocas e encontros na calada da noite, não sei de quem o senhor está falando, só estou cobrando resultados. E como até então não havia nada publicado sobre o tombamento, fiz meu dever de cobrar a quem de direito, agora se o senhor se sente ofendido com minha atitude que é a de muitos juremeiros os quais eu represento, a minha família de juremeiros, então sugiro que o senhor coloque no blog da sua federação os resultados, cuja luta é da FCP UMCANJU. Mas a cobrança foi feita à federação, porque até sair o edital no diário oficial eu estarei fazendo cobranças. Respeito é bom, hierarquia deve ser respeitada, educação se mostra em publico.<sup>21</sup>

No trajeto percorrido para o tombamento do Acais ficou evidente que existia uma disputa entre os juremeiros para estabelecer quem seria considerado o responsável pelo tombamento, aquele que seria visto como o “pai” ou a “mãe” do processo que culminou no tombamento. Para isto o Pai Beto saiu na frente, de modo que até se autointitulou como o “Guardião da Jurema Sagrada”, atraindo para si severas críticas – daqueles juremeiros que não fazem parte da federação da qual ele próprio é o presidente – representados aqui pela juremeira que expõe, publicamente, na Internet suas insatisfações.



**F32** Juremeiros diante do Acais trancado com portão e cadeado  
Agosto de 2010 (foto disponibilizada por Mãe Joana)

---

<sup>21</sup> Estes relatos foram colocados exatamente como se encontra no sítio da Internet, sem fazer as correções ortográficas e nem mudar a linguagem da Internet. No entanto, os nomes foram alterados. Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=56020628>> Acessado em 17 de dezembro de 2010.

Diante deste contexto, fomos até o IPHAEP no intuito de ter acesso ao processo de tombamento do Acais. Tivemos uma surpresa quando fomos informados que não poderíamos ter acesso ao mesmo, pois o processo ainda estava em andamento e a instituição só libera os processos depois de concluídos. Sendo assim, o que foi aprovado pelos conselheiros do Instituto Histórico foi o projeto de tombamento. Neste sentido, o mesmo ainda não ocorreu. No sítio da Internet da Sociedade Yorubana<sup>22</sup> está disponibilizado o documento da aprovação do projeto de tombamento do Acais, o qual contém os detalhes técnicos do processo.

Mesmo com todas as discordâncias e disputas internas e esta desvalorização do ritual da jurema em Alhandra e as consequentes devastação dos arbustos acabou por dar um novo fôlego aos juremeiros, que pareciam, ao menos em Alhandra estarem fadados ao desaparecimento. Todos estes problemas e a mobilização em defesa da jurema deram uma visibilidade aos juremeiros que vinham desaparecendo no município.

Quando os juremeiros se viram diante da última jurema sagrada em Alhandra foram forçados a um movimento inédito: buscar a identidade perdida – ou quase perdida – reafirmando suas crenças, e buscando na História – na tradição – uma legitimidade para a preservação do último arbusto existente, pois depois da destruição do Acais, só resta agora a jurema da Mestra Jardecilha, a última das juremas sagradas de Alhandra.

Os juremeiros se valem não apenas de suas próprias memórias individuais e de suas experiências, mas principalmente da memória histórica e coletiva para construir ou reafirmar a identidade de “cidade jurema” para Alhandra. Desta forma, diante de uma experiência do tempo presente – a defesa da última jurema – os juremeiros recorreram a outras temporalidades, fazendo um entrecruzamento de vários tempos, o presente e o passado se encontrando por meio das memórias para solidificar a identidade religiosa de seu grupo. Para Delgado (2010) é justamente a memória individual ou de grupo e os entrecruzamentos de diversas temporalidades que tornam possível o autorreconhecimento como pessoa e/ou grupo.

Toda a polêmica em torno do processo de tombamento do Acais envolve não apenas a defesa da última jurema, ou do espaço sagrado para os seguidores desta crença. A real possibilidade do tombamento não é apenas a possibilidade de manutenção ou reelaboração da identidade de “cidade jurema” para Alhandra, mas, está também em

---

<sup>22</sup> <<http://www.yorubana.com.br/textos/tombamento.asp>> Acessado em: 10 de dezembro de 2010. O documento também se encontra nos anexos, desta dissertação.

questão o interesse dos juremeiros pela administração do lugar, pois o que não faltam são projetos e ideias para serem desenvolvidas no lugar.

Parece ser comum a todos os juremeiros que a destruição dos símbolos sagrados no Acais, principalmente da jurema, não destruiu a ciência de lugar. A ciência da jurema continua lá, afirmam todos, sendo totalmente possível replantar as juremas e consagrar as mesmas a Mestra Maria do Acais sem nenhum prejuízo a magia que repousa sobre esta geografia sagrada. Nestes termos os juremeiros expõe o que querem fazer do lugar:

A idéia central, inicial, era fazer um museu do juremeiro, pra fazer um museu Maria do Acais e reconstruir as cidades encantadas, porque nós temos fotos onde mostra as árvores nos cantinhos sagrados, é só replantar. Juremeiro que vive e desencarna hoje, guarda suas coisas, seus assentamentos, tudo despachado nas maca, porque num guarda num museu? Porque seus objetos de trabalho não vão pra um museu? Porque que aqui não tem um museu? Nossa ciência é daqui, o ideal seria um museu ali naquelas terras, e eu disse no dia que construir esse museu quando eu desencarnar eu quero tudo meu aqui, eu num vou inaugurar ne? [rindo] eu quero tudo meu lá, seria o ideal porque veja bem, pra o pesquisador um museu ali com os objetos dos juremeiros, a memória da ciência, a tradição, para os netos dos juremeiros, olhe isso aqui era do meu avô, do meu bisavô, eu sou disso aqui também, seria um passo que nesses anos todo ninguém deu, ia ser um fato único. (M. J. 2010)

O “Guardião da Jurema”, além da ideia do museu, vai além e diz que:

Como as juremas foram plantadas e dadas nome de mestres, no mesmo lugar se planta e se coloca lá os mestres de volta, a espiritualidade não se arranca, a árvore iria morrer arrancada ou não, dói muito, arrancou o sagrado, arrancou o sagrado, mas a ciência não, a espiritualidade continua lá. Agora é reconstruir e preservar, que a nossa ideia é construir uma área para que haja culto religioso, o nosso ritual, é restaurar a casa de Maria do Acais, onde ela viveu, criar um museu, resgatar o máximo possível de objeto da família para que possa colocar lá, e sem sombra de duvida, o Acais vai se torna um pólo turístico, porque jurema hoje, de Alhandra, o culto da jurema hoje é conhecido em todo o mundo. Porque Alhandra foi onde começou justamente toda essa história de culto aos mestres é dali que morrem, é dali que ressurgem, como por exemplo: morreu Maria do Acais, morreu Zezinho do Acais, morreu mestre Flósculos, então lá no interior baixou um cara, Boa tarde, boa tarde, quem chegou aqui foi Zezinho do Acais, foi Maria do Acais, então foi se expandindo, além de terem morado os guias quando incorporam, eles incorporam em outros estados e que foi despertando e causando a ligação de todos os terreiros a Alhandra, inclusive hoje a federação, eu estou solicitando de todo juremeiro nas suas obrigações, nas suas formações de juremeiro, que visitem Alhandra, que passe pelo sitio do Acais, pra receber aquela energia, aquela força ali em Alhandra, que tem tudo haver, ne? (P. B. 2010)

É interessante percebermos que os juremeiros em suas narrativas constroem uma ideia de resgate, seja do espaço físico que foi destruído no Acais, a casa onde teria vivido a Mestra, mas falam, também, em um resgate das juremas sagradas que tombaram duas vezes: primeiro pela força do motosserra e depois pela força da lei considerando o Acais Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba – ainda que esteja no momento aprovado apenas o projeto de tombamento. A única coisa que eles afirmam não necessitar de um resgate é a espiritualidade. A geografia sagrada do Acais não teria sido destruída, não teria sido arrancada junto com os arbustos.

De acordo com Durval Muniz<sup>23</sup>, a ideia de resgate traz consigo o mito da pureza das origens, a concepção de um tempo que se repete e o acontecimento se torna idêntico aquele que já foi no passado, a identidade pura é trazida de volta e a tradição, desta forma, acabaria prevalecendo. Porém, para o autor esta noção de resgate é impossível de ser realizada. Em se tratando do campo cultural e das tradições humanas, nada é resgatado, mesmo que exista alguma repetição. Todo evento será sempre uma nova criação, uma invenção, onde ocorre um deslocamento de sentidos e significados.

Sendo assim, a ideia de resgate dos juremeiros é inviável, a ideia de museificar o Acais e tentar reconstruí-lo da forma que foi tempos atrás acaba sendo uma nova criação, um deslocamento do sentido original. Não estamos, portanto, sendo contrários a este projeto, mas apenas problematizando a concepção de um resgate do Acais original, pois este se perdeu no tempo. Tudo que for feito agora é nada mais que uma reinvenção do passado, com outros sentidos e significados.

É visível que para os juremeiros defender esta última jurema – a da Mestra Jardecilha – e a reconstrução do Acais são vitais para manter a identidade de juremeiros e de que Alhandra continue sendo “a cidade da jurema”. É tanto que o Pai de Santo deseja que seja colocado como uma etapa na formação de um juremeiro ir a Alhandra e lá sentir a energia do lugar, pisar nas terras do Acais e perceber a força mágica dos mestres encantados. Nisto já existe um deslocamento: o Acais seria transformado além de um museu, em uma etapa de formação para os juremeiros, e ainda existe a tentativa de que as terras onde viveu a Mestra Maria do Acais seja inserido como parte do roteiro turístico religioso da Paraíba, já existindo inclusive uma lei aprovando esta iniciativa –

---

<sup>23</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Fragments do discurso cultural: por uma análise crítica das categorias e conceitos que embasam o discurso sobre a cultura no Brasil**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>

Lei 9.188 de 09 de julho de 2010 (ver em anexo), como foi divulgado pela FCP UMCANJU:



F33 Folder disponibilizado pela FCP UMCANJU, 2010.

Portanto, O Acais se tornou um palco de disputa não apenas pela identidade e a defesa da crença dos juremeiros, mas também uma disputa interna entre alguns juremeiros para saber quem receberá o mérito pelo tombamento do Acais e assim garantir o direito pela administração do sítio. Enquanto isto, o Acais permanece fechado para aqueles que longe desta briga querem cultivar sua jurema e seus mestres do além, aguardando um dia em que o tombamento definitivo garanta aos seguidores da jurema sagrada o direito de circular livremente pelas terras que consideram como o mais santo de todos os outros. Sendo museu ou não, que os adeptos à jurema possam fazer suas oferendas, seus rituais e tudo o que compete a um juremeiro.

No momento, a realidade é que só existe uma jurema e os juremeiros se dizem dispostos a enfrentarem tudo, para que a última das juremas sagradas de Alhandra não seja destruída, enquanto aguardam que, ao menos, a do Acais possa ser por eles replantada e frequentada.

Aos 73 anos, uma das mais antigas juremeira de Alhandra nos relatou emocionada, com bastante ênfase em sua voz e gesticulando muito, que:

Ta vendo, agora só existe uma jurema, e essa uma, ainda querem acabar e essa uma não é pra acabar. É esse o motivo de enquanto eu for viva, eu estou

lutando, pra não deixar ninguém derrubar. Eles querem cortar, é pra botar até no fogo, mais oia, repare mermo, pode isso? Cortar um pé de árvore pra botar fogo? Logo o que? A jurema? Então não é pra fazer isso. Enquanto eu for viva aquela cidade encantada, de Zefinha de Tiina, ela não é derrubada. Agora depois que eu morrer, aí pode até acontecer, que os juremeiros tão poucos [risos], a força tá pouca, mas enquanto existir um tiquim [fazendo gesto com a mão] assim de força pra combater ela não vai abaixo. Eu quero que a cidade de Alhandra cresça e não caia, a cidade da jurema cresça e não seja derrubada, porque ela não pode ser derrubada, ela não vai ser derrubada, os crentes pode até ter vontade, mas não vai ser derrubada, agora se eu morrer aí eu não garanto né? Mas enquanto eu for viva eu tô lutando, pela cidade da jurema de Alhandra. (M. B. 2009)

O relato desta juremeira enfatiza bem como, diante da ameaça de ver o símbolo de sua fé ser destruído, a sua identidade religiosa se fortalece, para defender, até o último momento de sua vida, suas crenças. A velha identidade religiosa está em crise e outras identidades religiosas – não tão novas – passam a perseguir um espaço que até então era de outra, querendo construir para si uma legitimidade. Os herdeiros daquela identidade religiosa ameaçada ou se sentem encolhidos ou decidem ir às ruas e lutar, para garantir aquela litude que antes possuíam e agora estão por perder.

A juremeira depois de nos afirmar sua vontade de lutar em defesa da última jurema de Alhandra, até o último dia de sua vida, nos presenteia com uma surpresa. De repente, ela para um pouco, olha para cima e depois, com uma voz estridente, começa a cantar:

Ôh, Jurema encantada  
 Que nasceu em frio chão  
 Ôh, Jurema encantada  
 Que nasceu em frio chão  
 Daí-me força e ciência  
 Como destes a Salomão

Oh Alhandra, oh Alhandra, oh Alhandra, oh Alhandra  
 Oh Alhandra, oh Alhandra, oh Alhandra, oh Alhandra

Vamos salvando Alhandra, o Angico e o Jucá  
 Vamos salvando Alhandra, o Angico e o Jucá  
 E oh jurema te acorda, que a hora já chegou  
 E oh jurema te acorda, que a hora já chegou

Ôh, Jurema encantada  
 Que nasceu em frio chão  
 Ôh, Jurema encantada

Que nasceu em frio chão  
Daí-me força e ciência  
Como destes a Salomão

A entrar em contato com as experiências dos juremeiros, nos deparamos com a realidade de um grupo religioso que desde o período da colonização tem sofrido de muitas maneiras, perseguição, prisão, exclusão, percebidas como pessoas que praticam o mal. No entanto, são pessoas que como tantas outras possuem uma espiritualidade que difere do cristianismo. Portanto, colhem as consequências, mesmo em tempos em que a constituição brasileira permite plena liberdade de culto. Deparamos-nos com esta realidade, onde o símbolo maior da fé deste povo, de sua maioria simples, está ameaçado a não mais existir.

Se como bem afirmou Oliveira (2010) cada experiência religiosa é peculiar, cada crença tem suas especificidades e é, justamente, o vivenciar destas peculiaridades que vai configurar a construção da identidade religiosa de uma pessoa. Contudo, é, no mínimo, estranho que a fé dos juremeiros não seja aceita por que possuem particularidades que diferem das práticas evangélica e católica, ou seja, da prática cristã.

Por outro lado, os juremeiros ao se perceberem numa situação de caos, destruição da sua geografia sagrada, o Acaís, e tendo que defender ainda a última jurema de também uma possível destruição, fortalecem sua identidade religiosa e passam, também, a querer que a identidade religiosa de seu grupo seja imposta a todo um município. Sendo assim, observamos que a identidade religiosa em Alhandra vive este processo de conflito, onde cada grupo defende que a sua identidade tem que ser a legítima para todo o município.

E foi buscando nas vozes dos juremeiros, católicos e evangélicos que construímos nossa história, valorizando a experiência dos indivíduos que nos forneceram por intermédio de suas memórias, suas experiências, as quais depois de analisadas se transformaram neste texto. Aqui está o nosso olhar, nossa perspectiva de análise histórica para compreender como o município de Alhandra tem passado em sua história mais recente por essas transformações – que não estão acabadas – no seu contexto religioso, o qual não pode ser determinado apenas pelo seu aspecto da jurema e nem tão pouco cristão, mas sim pelos entrelaçamentos de todas estas experiências que cada um, a seu modo, é responsável pela identificação do sujeito religioso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## Últimas conversas

Conhecer o passado é uma façanha tão extraordinária quanto alcançar o infinito ou contar estrelas, já que em sua plenitude, mesmo quando bem documentado, ele tende a se tornar fugidio e amplo em sua extraordinária dimensão e variedade de situações. O passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes<sup>24</sup>.

Ao tentar concluir este texto, veio a sensação de como é impossível finalizá-lo. Como bem falou Delgado (2010), se propor conhecer o passado é uma experiência formidável, assim como alcançar o infinito e contar as estrelas. Ficamos imaginando esta imagem, de alguém se esforçando por chegar ao infinito, ou dar conta de quantas estrelas existem, por mais bem equipado que se esteja, a plenitude desta tarefa é algo que se distancia a cada tentativa. Assim, se apresenta o passado ao historiador, como uma tarefa instigante e ao mesmo tempo impossível de ser conseguida plenamente. Delgado (2010) cria ainda outra imagem do passado, de um vidro estilhaçado, que antes era um vitral repleto por inúmeras partes e cores. O vitral depois de quebrado vai poder ser recomposto de inúmeras formas possíveis. Talvez nunca se esgote as possibilidades de remontar o vitral com os vidros fragmentados. O passado é como este vitral espedaçado, vai ter sempre múltiplas possibilidades de ser contado, fabricado, inventado, ou como o historiador preferir chamar, este processo de reconfiguração do vitral, ou seja, do passado.

Assim, nos sentimos neste momento nesta impossibilidade de concluir esta narrativa histórica. Por suas inúmeras possibilidades, o nosso objeto de pesquisa acaba se tornando fugidio. Portanto, aqui é apenas uma finalização formal, mas todas as questões estão por demais abertas, ainda mais se tratando de uma história do tempo presente, onde boa parte dos personagens que foram aqui tramados neste texto acadêmico estão vivos e ainda compoendo suas próprias histórias, o que torna todas estas situações em pleno movimento, difícil de prevê que rumo estes eventos tomarão. O que tornou ainda mais difícil o nosso trabalho, pois muitos dos acontecimentos aqui apresentados estavam na efervescência do acontecimento. Contudo, estamos apenas por

---

<sup>24</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

encerrar um texto e não o fim das histórias aqui narradas, que certamente ainda serão recontadas das mais diversas possibilidades.

Ao tentar reconstituir o vitral estilhaçado do passado recente de Alhandra, a cada pedaço de vidro encontrado, as possibilidades e desdobramentos iam acontecendo e as escolhas tiveram que ser tomadas, onde colocar cada caco de vidro? Como remontar este vitral? Este estilhaço de vidro deve ou não ser usado? Se usá-lo, onde colocar? Em que posição? Desta forma, foi com a pesquisa, com os pedaços de vidros que eram como os vestígios do passado que pesquisávamos, as memórias das pessoas que foram escolhidas para comporem o passado religioso de Alhandra. Escolhidos os vidros – selecionadas as memórias, os documentos, fotos, vídeos – fomos aos poucos reconstruindo o vitral, o passado que neste trabalho apresentamos.

Torna-se impossível, em um estudo sobre a jurema, ainda mais em Alhandra, não pensar na relação deste culto com os indígenas. Como já foi explorado por vários pesquisadores, como Vandezande (1975), fica mais que evidente que esta prática ritualística tem seu início com os povos indígenas, ainda sendo praticada hoje por muitos povos indígenas do Nordeste brasileiro. Contudo, não podemos deixar de perceber que com o processo de colonização o cantibó-jurema vai sofrer várias interferências, tanto da cultura afro, como da religiosidade católica, tornando-se um culto bastante sincrético, ou seja, aconteceu uma verdadeira simbiose das experiências religiosas diversas que se encontraram no universo colonial brasileiro. Para Bastide: “o sincretismo não é uma coisa fixa, cristalizada, mas variável. Continua ainda hoje sua evolução criadora, pois penetrou de tal forma nos costumes que dá sempre lugar a novas identificações”. (1973, p. 164).

Mas vale ressaltar que em Alhandra, até os anos de 1970, o culto da jurema se manteve muito mais próximo a tradição indígena, onde ficaram famosos os mestres da jurema e suas cidades encantadas, que no estudo de Vandezande (1975) foram localizados, na década de 1970, 10 cidades encantadas na região de Alhandra – que Salles (2010) chamou de geografia do sagrado – estas cidades encantadas, possuíam cada uma, um mestre do além, para os quais recorriam os mestres vivos, para atender as necessidades das pessoas que os procuravam. A fama dos mestres da jurema de Alhandra fez com que a cidade ganhasse a fama de “cidade da jurema”. Assim, o município ganhou esta identidade coletiva que marcaria a vida dos moradores.

Ser alhandrense passou a ser sinônimo de catimbozeiro e/ou juremeiro, no capítulo I vimos inúmeros exemplos de alhandrenses que narraram suas memórias, mostrando como estando fora dos limites de Alhandra eram sempre percebidos pela identidade religiosa ligada a fama da cidade, dos poderes sobrenaturais dos mestres, a exemplo da Mestra Maria do Acais, do Mestre Zezinho do Acais e da Mestra Jardecilha. Embora que em sua maioria os nossos narradores, principalmente os de experiência católica e evangélica, buscaram construir uma narrativa tentando sempre esconder este passado, chegando afirmar que isto era um mito, que na verdade nunca houve em Alhandra. Mas, ao mesmo tempo eram traídos por suas memórias, pois nos contaram muitos deles que viam os trabalhos dos mestres, que a cidade recebia pessoas de inúmeros lugares, principalmente de Pernambuco e João Pessoa – mas, é interessante percebermos – que sempre que narravam estas memórias enfatizavam que viam, no entanto não participavam.

Para os juremeiros, Alhandra é sempre colocada como sendo a cidade da origem do ritual da jurema, o berço, a raiz de toda a ciência da jurema. Buscam sempre construir este mito de origem para o município. Isto é sempre uma estratégia usada por um grupo que quer fixar uma identidade e a identidade religiosa e coletiva de Alhandra prevaleceu até a década de 1970, como sendo una e fixa, como foi de forma tão contundente percebido nos relatos dos alhandrenses, eles não tinham como fugir desta identificação. Não concebemos a identidade como um processo fixo e acabado, mas sim sempre em construção, elaboração e reelaboração. As contribuições dos estudos de Hall (2001) e Silva (2000) nos ajudam a perceber justamente como as identidades elas não são prontas e acabadas. Porém, não podemos aceitar com passividade este pressuposto de que Alhandra teria esta origem mítica do ritual da jurema, por isto tendo que permanecer para sempre com esta identidade inalterada.

Se cada pessoa tem uma experiência com o sagrado diferenciada (OLIVEIRA, 2010), se cada indivíduo se relaciona com a espiritualidade de forma peculiar, é certo afirmar que cada sujeito vai fazer este contato com o universo do sagrado a partir da religião que o possibilitar esta experiência única. Isto implica dizer que, cada pessoa vai construir sua identidade religiosa geralmente seguindo os preceitos da religião que o possibilitou este experimento com o sagrado. Então, não se pode determinar para o coletivo de toda uma cidade uma única experiência religiosa, uma única identidade, a qual tem que ser vestida por todos os moradores, como se a identidade fosse

determinada pelo espaço geográfico, e isso não é. A identidade é construída nas relações pessoais, nas trocas culturais, nas escolhas que fazemos e nas coisas que também nos são impostas – ensinadas – pela sociedade, mas nunca determinada simplesmente pela espacialidade geográfica. Sempre existirá a possibilidade de alteração da identidade, já que ela é um processo contínuo e inacabado.

Por ser a identidade este processo de construção permanente, é que a partir da dos anos de 1980, a identidade de “cidade jurema” de Alhandra começa a ser desestabilizada, subvertida. Os alhandrenses passam não mais a aceitar esta identificação de catimbozeiros ou juremeiros. É neste ponto que nossa pesquisa se debruçou a entender como foi este processo histórico que passou a rejeitar a identidade religiosa de Alhandra e inicia um processo para se forjar outra identidade, esta considerada a certa, pois é uma identidade cristã: a jurema passa cada vez mais a ser reconhecida como a identidade errante, que deve ser esquecida.

Nesse contexto, percebemos que tanto o catolicismo como as igrejas evangélicas vão exercer uma interferência grande neste processo crescente na desvalorização da jurema. Se a presença católica em Alhandra remonta desde o início do século XVIII, durante séculos a catequização católica não conseguiu destruir o ritual da jurema no município, pois este vai ganhar fama projetando a cidade muito mais pela prática do catimbó-jurema do que pela presença católica. Os católicos que entrevistamos enfatizam que até a década de 1970 Alhandra não possuía a presença constante de um padre, este só aparecendo uma vez no mês para celebrar a missa. Não existia, portanto, uma evangelização, o que só passaria a ocorrer no decorrer dos anos de 1980, com a presença de um padre se dedicando exclusivamente a Alhandra. Todos os católicos narraram que foi a partir desta década que se iniciou, de fato, a evangelização católica efetiva no município.

Não só pelo fato das missas terem se tornado mais frequentes, mas estas passaram a ser realizadas em todo o município e não apenas na igreja matriz. Os católicos falam também que passaram a receber formação, catequese, passaram a surgir várias pastorais. Os seguidores da fé católica afirmaram que justamente depois que passou a existir a presença maior de padres na cidade e uma maior evangelização as pessoas se tornaram mais conscientes, afirmando que depois que o evangelho passou a ser mais divulgado só segue o mal quem quer, porque todo mundo já sabe o que é certo e o que é errado. Ao falar isto, fica evidente que o mal referido é a jurema. Agora que o

povo está consciente, evangelizado, só vai ser juremeiro aquele que quer seguir pelo caminho errado.

Uma das entrevistadas católicas disse que a jurema é uma árvore como outra qualquer, que Deus fez todas as árvores, por isso ela é sagrada por esta razão, mas não por possuir algum poder. Pelas memórias dos católicos entendemos que a identidade de “cidade jurema” é algo que os incomoda, a violência simbólica dos católicos acontece de forma incisiva porque se consideram pertencentes à norma e percebem qualquer outra experiência religiosa como os errantes. Consideram-se os legítimos herdeiros da igreja de Cristo, da fé verdadeira. Contudo, os católicos demonstram relativamente uma tolerância a outras manifestações religiosas, se consideram como a verdadeira religião, mas sempre afirmam que cada pessoa tem o direito de escolha, esta tolerância não encontramos nos relatos dos evangélicos.

Alhandra acompanha o ritmo nacional de crescimentos das igrejas evangélicas, principalmente das igrejas pentecostais. Em Alhandra, a maior presença é a da Assembleia de Deus. A presença dos evangélicos na cidade é datada do ano de 1945. No relato de suas memórias, os evangélicos são enfáticos e dizem que foram eles os responsáveis por levar a “luz” para Alhandra, tirando a cidade das trevas e da sombra do feitiço. Diferente dos católicos que são muito mais contidos ao falarem mal da jurema e de seus seguidores. Os evangélicos não mediram as palavras: todos afirmaram ser os crentes os responsáveis pela libertação de Alhandra da feitiçaria e que esta cidade paraibana era uma antes e outra depois da chegada dos evangélicos.

Se para os católicos a identidade coletiva de Alhandra ligada à jurema já incomoda, os evangélicos se mostram muito mais irritados, afirmando categoricamente que Alhandra não é mais a terra da jurema e sim a terra do Senhor Jesus Cristo. Um dos narradores evangélico afirmou: “Alhandra agora é nossa”. Os evangélicos constroem suas narrativas sempre buscando enaltecer a presença evangélica na cidade, mostrando uma transformação ocorrida: a cidade teria sido muito mais abençoada depois que os crentes libertaram Alhandra do mal, do diabólico, das sombras da jurema, que é sempre colocada como uma maldição que repousava no município, mas que agora Alhandra é outra, graças aos crentes!

Notamos que os evangélicos tentam construir uma nova identidade religiosa para Alhandra, baseada nos princípios do Evangelho, assim como também os católicos buscam fazer com a identidade referente ao grupo que pertencem. A violência simbólica

praticada contra a jurema é evidente e declarada, principalmente pelos evangélicos. Se antes os alhandrenses eram forçados a ter uma identidade relacionada ao ritual da jurema, mesmo que sua experiência religiosa fosse outra, agora os cristãos católicos e evangélicos desejam fazer o mesmo. Identificar Alhandra coletivamente como uma cidade cristã não havendo assim mais espaço para o ritual da jurema ou qualquer outro tipo de fé, que não seja no Deus Cristão e nos moldes dos católicos ou dos evangélicos. A ordem da vez é silenciar totalmente a prática do ritual da jurema, esta identidade que se tornou indesejada para os cristãos.

Esse processo de crescente desvalorização da jurema em Alhandra, tanto pela ação dos católicos, mais principalmente pelos evangélicos, os quais têm agora frequentando suas igrejas, muitos que antes eram juremeiros. Isto fez com que boa parte dos antigos espaços sagrados, as cidades dos encantos, fosse sendo destruída e abandonada, a exemplo da cidade do Rei Heron, de modo que em 2009 apenas duas das mais antigas juremas sagradas estavam de pé no município, a do Acais – a mais famosa de todas – e a da Mestra Jardecilha. No espaço de 30 anos, das 10 cidades sagradas mapeada por Vandezande (1975), na década de 1970, agora só existiam duas e, mesmo assim, nas duas não acontecia mais nenhum ritual, a não ser visitas esporádicas dos juremeiros de outras cidades, principalmente João Pessoa e Pernambuco. O símbolo maior dos juremeiros, que no passado não tão distante era algo sagrado e intocável, agora não se tinha mais nenhum respeito. Sendo destruído com muita naturalidade.

Diante desse contexto, os juremeiros passaram também a se incomodar. Alhandra já não era aquela dos mestres da jurema, com fama por toda a região. Os seguidores da jurema decidiram então se mobilizar e defender suas crenças, salvar a jurema, defender a identidade de “cidade jurema”. Esta mobilização dos juremeiros vai acontecer principalmente, a partir de 2009, quando a filha da Mestra Jardecilha alardeia que a jurema de sua mãe estaria ameaça a ser derrubada pelos seus parentes que agora eram, em sua maioria, evangélicos.

Juremeiros de Alhandra, João Pessoa e de Recife se uniram para impedir o tal acontecimento. A cidade ficou dividida entre os que querem manter a cultura, a tradição, e os que querem mesmo ver a jurema derrubada. Mesmo os parentes da Mestra Jardecilha negando que tinham esta intenção, a mobilização dos juremeiros prosseguiram, e no dia 20 de junho de 2009, fizeram um protesto público contra a derrubada da jurema. Invadiram as ruas de Alhandra, numa passeata, que chamaram de

passeata da paz. Percorreram as principais ruas da cidade, com faixas em defesa da jurema e afirmando ser Alhandra o berço da jurema sagrada. Terminando o protesto na casa da falecida Mestra Jardecilha.

Depois deste evento, ocorre algo inesperado para os juremeiros, enquanto defendia e tentavam impedir que a jurema da Mestra Jardecilha fosse ao chão, o Acais é devastado. A casa onde teria vivido a Mestra Maria do Acais e a jurema consagrada a esta Mestra foram totalmente destruídos. A jurema tomba pela força de uma motosserra. Este acontecimento vai levar os juremeiros a intensificarem a luta para a manutenção de suas referências religiosas em Alhandra, pois com a destruição do Acais, a jurema da Mestra Jardecilha se torna a última jurema sagrada de Alhandra. Os juremeiros liderados por um Pai de Santo de João Pessoa que se autointitula como sendo o “Guardião da Jurema Sagrada”. Em nome da FCP UMCANJU – Federação Cultural Paraibana de Umbanda Candomblé e Jurema – emplacou uma campanha para tombar o sítio Acais e impedir a derrubada da última das juremas de Alhandra.

O processo de tombamento do Acais demonstra como Alhandra está para os juremeiros realmente como um lugar especial. E a sua destruição provocou para este grupo religioso, um caos, pois o espaço mais sagrado para eles foi simplesmente destruído. É como se de repente o vaticano fosse demolido juntamente com a Basílica de São Pedro. Para os católicos, este seria o mais triste episódio, perdendo sua principal referência e sua identidade ficaria ameaçada. Foi exatamente o que ocorreu com os seguidores da jurema sagrada, se aperceberam diante do vazio, o símbolo maior de suas crenças não existia mais.

Em 30 de setembro de 2009 é aprovado o tombamento do Acais, pelo IPHAEP, o Acais se tornava – Patrimônio histórico e imaterial do Estado da Paraíba. Porém, este tombamento não é recebido da mesma forma por todos os juremeiros. Alguns questionam o processo conduzido pelo “Guardião da Jurema Sagrada”, chegando até a duvidar que, de fato, tenha ocorrido o tombamento, pois o Acais continuava inacessível aos juremeiros, cercado com arame farpado, portão e cadeado. Embora a FCP UMCANJU, continuasse afirmando que o Acais estava tombado. No dia 15 de novembro de 2009 os juremeiros liderados pela federação e pelo “Guardião da Jurema” festejaram o tombamento com uma nova passeata, esta intitulada como passeata da vitória. Mas de fato o Acais tinha sido tombado? Procurando o IPHAEP, descobrimos

que o tinha sido aprovado era o projeto de tombamento, mas o tombamento definitivo ainda não tinha acontecido.

A jurema tomba e é tombada. Depois de destruída a jurema do Acais recebe um projeto de lei que a protege, algo no mínimo contraditório, pois como tornar algo que não mais existe em patrimônio histórico, ou seja, o que é que foi tombado? Se nas terras já não existiam mais a jurema e nem a casa da Mestra Maria do Acais? Para os juremeiros nada impede de ser reconstruído, afirmam que a espiritualidade não se perdeu, continua lá, que a ciência da jurema não foi destruída junto com a derrubada dos arbustos sagrados. E projetam um resgate do Acais. Acreditam ser possível reconstruir aquele Acais original, onde viveu Maria do Acais e toda a geração de mestres catimbozeiros, algo que não concordamos, esse resgate é algo impossível de ser ocorrido, pois na medida que se tenta fazer isso, resgatar o passado ou a tradição, acaba se criando algo novo, reinventado aquela tradição com novas sensibilidades e uma nova função, pois o Acais que se quer resgatar é não verdade um processo de museificação do lugar. Neste ponto, já se desloca todo o sentido que o Acais possuía no passado. Sem falar que existe a ideia de que o Acais seja incluído no roteiro turístico religioso da Paraíba, outro arranjo que diferencia o Acais que os juremeiros querem resgatar do Acais vivido pelos antigos juremeiros.

Contudo, não somos contra esta reinvenção do Acais, apenas ao conceito de resgate. defendemos que esta ação pretendida pelos juremeiros em museificar o Acais, seja realmente uma opção interessante. Isto ajudaria a manter vivo este ritual ameaçado, seria algo bastante singular, pois já que temos inúmeros templos católicos tombados como patrimônio histórico e que se tornaram museus e lugares de visitação de turistas. É totalmente aceitável que um espaço religioso não católico também possa passar por este processo de deslocamento de sua função primeira. É então um passo importante na defesa da fé e da identidade deste grupo religioso.

Aqui nos esforçamos por entrelaçar os diversos discursos que nos foram narrados pelas vozes dos alhandrenses que selecionamos para enriquecer a produção desta dissertação. Juntamos os estilhaços de vidros que estavam espalhados e fizemos uma das muitas possibilidades de reconstituição do passado e do nosso objeto de pesquisa. As muitas memórias que nos foram narradas nos ajudou a entender como a jurema, o culto e a missa produziram e produzem conflitos identitários em Alhandra.

Contamos histórias que até então estavam silenciadas, demos voz a pessoas anônimas e que se tornaram centrais na produção deste texto historiográfico, pois aqui priorizamos como fonte principal para refazer este passado, para problematizar este objeto de pesquisa, as memórias de pessoas que estavam espalhadas, assim como os vidros do vitral quebrado, mas que reunimos, selecionamos, recortamos, fizemos nossas apropriações e deslocamentos, para enfim fabricar esta história.

Sabemos que não esgotamos todas as possibilidades, nem pretendíamos isto, pois como já mencionamos trata-se de algo difícil de ser atingido, somos conscientes das lacunas que acabam por fazer parte do texto, mas não temos dúvida que nossa pesquisa é uma relevante contribuição para o conhecimento histórico da Paraíba. E concluímos este texto, já na certeza que ele não se conclui, que possibilita outros questionamentos, as lacunas aqui existentes são as brechas para futuras pesquisas e outras composições do vitral estilhaçado.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. 3ª ed. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura. 1997.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDRADE, Péricles. **O campo religioso brasileiro contemporâneo**. In: História das religiões no Brasil: volume 4. Organizadores Sylvana Brandão, Luiz Carlos Luz Marques e Newton Darwin de Andrade Cabral (organização). Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

ARANHA, Gervácio Batista. “A nova história cultural e a antropologia: perspectivas e convergências”. In: DANTAS, Eugênia e BURITI, Iranilson (orgs). **Metodologia do ensino e da pesquisa: caminhos de investigação**. João Pessoa: Idéia; Campina Grande: EDUFPG, 2008.

ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. **Reino dos mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BORGES, José Elias Barbosa. **Indígenas da Paraíba (1): Classificação preliminar**. Revista Educação e Cultura: Ano III – nº 12; janeiro/fevereiro/março – 1984.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **La Escuela Metódica**. In: \_\_\_\_\_. Las Escuelas Históricas. Madrid : Akal, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Crença e identidade: campo religioso e mudança cultural.** In: Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural. Organizador Pierre Sanchis. São Paulo: Loyola, 1992.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução Francesa da historiografia.** São Paulo: UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Variedades da história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura (documentário da vida rural nº 9), 1956.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** parte 1: 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **A escrita da História.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos Culturais – para além das fronteiras disciplinares. In **Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...** Marisa Vorraber Costa e Alfredo Veiga Neto (organização). Porto Alegre: UFRGS, 2004. (p.13-36).

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **história oral: memória, tempo, identidades.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MEDEIROS, Maria do Céu. **Das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

MELO, Josemir Camilo de. **O resgate da História indígena na Paraíba**. Notas para uma pesquisa etnohistoriográfica. Ed. EDUFAL, 1999.

MONTES, Maria Lucia. **As figuras do sagrado: entre o público e o privado**. In: História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea, volume 4. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novaes; organizadora do volume Lilia Mortiz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOTA, Clarice Novaes da. **Os filhos de jurema na floresta dos espíritos: ritual e cura entre dois grupos indígenas do nordeste brasileiro**. Macéio: EDUFAL. 2007.

MURA, Fábio (Coord.). **Relatório de fundamentação antropológica para caracterizar a ocupação territorial dos Tabajara no Litoral Sul da Paraíba** (FUNAI, Instrução Técnica Executiva nº 34/DAF/2009). João Pessoa, agosto, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **História & música: história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NASCIMENTO, Marco Tromboni de S. **O tronco da jurema: ritual e etnicidade entre os povos indígenas do Nordeste – o caso Kiriri**. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1994.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **Bruxaria e história: as práticas mágicas no ocidente cristão**. Bauru: EDUSC, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Sensibilidades: escrita e leitura da alma” In: \_\_\_\_\_ e LANGUE, Frédérique (orgs). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. V. 1. João Pessoa: ed. Universitária UFPB, 1977.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SALLES, Sandro Guimarães de. **À sombra da jurema: a tradição dos mestres juremeiros na umbanda de Alhandra**. Revista *Anthropológicas*, ano 8, volume 15, 2004 ( p. 99-122).

\_\_\_\_\_. **À Sombra da Jurema: um estudo sobre a tradição dos mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia, PPGCS, UFRN, 2004.

\_\_\_\_\_. **À sombra da jurema encantada: mestres juremeiros na umbanda de Alhandra**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; NASCIMENTO, Dilene. **A doença revelando a história: uma historiografia das doenças**. In: NASCIMENTO, Dilene. Uma história brasileira das doenças. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 13-30.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VANDEZANDE, René. **Catimbó**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Recife: UFPE, 1975.

WEBER, Beatriz Teixeira. **Fragmentos de um mundo oculto: práticas de cura no sul do Brasil**. In. HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. Cuidar, controlar, curar. Rio: Fiocruz, 2007, p. 157 – 182.

#### **Revistas**

CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Vilas Pombalinas na Capitania da Paraíba: espaços urbanos de confluência**. Disponível em: [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais)

GRÜNEWALD, R.A. **Jurema e novas religiosidades metropolitanas**. *Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP)*, 2009. Disponível em: [www.neip.info](http://www.neip.info). Acesso em: 03 de junho de 2010.

GRÜNEWALD, R.A. **Toré e jurema: emblemas indígenas no Nordeste brasileiro**. Revista *Ciência e Cultura* v.60 n.4 São Paulo out. 2008. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo>. Acesso em: 03 de junho de 2010.

HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.6, jun. 2003. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, 2003.

HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.10, n.1, jan-dez. 2006. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2006.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. **A identidade na contemporaneidade: cultura guarani**. Revista *Alceu* – v. 7 – n. 14 – jan./jun. 2007, p. 160 a 168.

WITTER, Nikelen Acosta. **“Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura”**. Revista *Tempo*. Vol. 10, n. 19, Rio de Janeiro: 7letras, 2005. p. 13-25.

#### **Jornais**

**AD em foco**. “Como chegou o evangelho em Alhandra: das trevas para a luz”. Alhandra, junho – julho 2010, Ano 1, nº 1, p.3.

**Jornal da Paraíba**. “Solo Sagrado da Jurema: Iphaep aprova tombamento do Sítio Acais”. Caderno *Cidades*, p. 4. Paraíba, 3 de outubro de 2009.

## Sítios

<<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/comunica/ci125.htm>>

Acessado em: 29 de maio de 2010.

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/nove/burity9.htm>>

Acessado em: 25 de maio de 2010.

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Assembleias\\_de\\_Deus\\_%28Brasil%29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Assembleias_de_Deus_%28Brasil%29)> Acessado em: 20 de julho 2010.

<<http://www.assembleia.org.br/>> Acessado em: 20 de julho de 2010.

<<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acessado em: 20 de Janeiro de 2011.

<<HTTP://www.orkut.com.br/Main#commMsgs?cmm=3089894&tid=2456446617285811708>> Acessado em: 17 de dezembro de 2009.

OLIVEIRA, Marlon. **Religião, identidade e sincretismo: múltiplos olhares sobre um fenômeno.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/23146/1/RELIGIAO-IDENTIDADE-E-SINCRETISMO-MULTIPLOS-OLHARES-SOBRE-UM-FENOMENO/pagina1.html>> Acessado em: 25 de maio de 2010.

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba\\_Municip\\_Alhandra.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba_Municip_Alhandra.svg)> Acessado em: 20 de janeiro de 2011.

<<http://maps.google.com.br/>> Acessado em: 20 de janeiro de 2011.

## Documentário

**Jurema Sagrada.** Direção: Elisa Maria Cabral. Edição de Torquato Joel. Fotografia de Elisa Maria Cabral. Produção: NUDOC – DCS – UFPB. João Pessoa, 1995.

**ANEXOS**

**Documento da aprovação do projeto de tombamento do Acais:**

**O Governo do Estado da Paraíba - IPHAEP informa:**



*Estado da Paraíba*  
**Secretaria da Educação e Cultura**  
 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba  
 Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC

Avenida João Machado, 348.  
 Centro - João Pessoa/PB  
 Brasil - CEP: 58013-520  
 Tel.: (0XX83) 3218 5124  
 Telfax: (0XX83) 3218 5125  
 CGC 40.971.152/0001-56

**CONSELHO DE PROTEÇÃO DOS BENS HISTÓRICOS CULTURAIS -  
 CONPEC/IPHAEP  
 DELIBERAÇÃO - N.º 0036/2009**

**INTERESSADO:** SOCIEDADE YORUBANA DE CULTURA AFRO  
 BRASILEIRA

**LOCALIZAÇÃO:** ALHANDRA/PB

**ASSUNTO:** TOMBAMENTO DO SÍTIO Acais

**PROCESSO:** 0202/2008/IPHAEP

**SESSÃO:** N.º 1085ª, DE 30/09/2009

Analisando o presente processo, e a ATA n.º 1085ª, de 30/09/2009, o Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, órgão de deliberação superior do IPHAEP, reuniu-se em Sessão do dia 30/09/2009, com o comparecimento dos conselheiros: Manoel Brito de Farias Segundo - IAB/PB, Kleber Moreira do Souza - APAN/PB, Maria Betânia Matos de Carvalho - COMEG, Rossana Cristina Honorato de Oliveira - FAMUP, Fernando Andrade Teixeira - COMUNIDADE/PB, Cristina Evelise Vieira Alexandre- IPHAEP, Ovídio Lopes de Mendonça - IPHAEP, Raglan Rodrigues Gondim - IPHAEP, Urnelino José Peregrino Araújo de Albuquerque - IPHAN/PB, Carlos Fernando Pires de Souza - IBAMA/PB, João Bosco Cavalcante - PGJ, João Cristiano Rebouças Rolim - CREA/PB e Josecelia Rangel Pontes - SUDEMA, sob a presidência de Damião Ramos Cavalcanti, Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba -IPHAEP,

**DELIBEROU,**

O Conselho deliberou por unanimidade, aprovar o Tombamento do Sítio Acais, localizado no Município de Alhandra/PB de acordo com o Parecer do Conselheiro Kleber Moreira de Souza, representante da APAN/PB no CONPEC atendendo as seguintes indicações das novas definições das poligonais formadas pelos seguintes pontos: PT01 - 054 GPS que se encaminha ao leste, por trás da Capela de São João Batista, para o PT02 - 055 GPS; daí prosseguindo, em diagonal, no sentido norte, alcançando o PT03 - 056GPS; prosseguindo, sentido

oeste, em linha reta pela marcação da cerca ao PT04 - 057 GPS; daí infletindo, no sentido sul ao PT 05 -058 GPS; deste, m diagonal atinge o PT 06 - 059 GPS, limite da propriedade onde encontram-se resquícios das edificações do Acais; daí, em linha reta cortando a PB 034, e prosseguindo por terras de propriedade confrontante onde delimita o PT 07 - 060 GPS que atinge o ponto inicial e fecha o polígono de Tombamento, em cuja poligonal se inserem a Capela de São João Batista, Túmulo de Mestre Flósculo Guimarães, as fundações da Casa da Mestra Maria do Acais, para retomada do marco de referência histórica e memorial do Acais, bem como as áreas contíguas para a recomposição da vegetação antes existente, a jurema (*Mimosa hostilis*), o jucá (*Caesalpinia férrea*) e outras plantas frutíferas do pomar. A poligonal de amortecimento se constituirá pelas delimitações já contidas no processo que configura todo o território do levantamento Planimetrico da Fazenda Acais de Baixo. Foi solicitado também o acolhimento do tombamento do memorial do Mestre Zezinho do Acais, cuja área será formada pela linha de raio de 30 metros, marcada do epicentro do PT 01 CZA (Capela Zezinho do Acais) - 052 GPS, a referida capela de cultos permanentes localiza-se a curta distância da fazenda na margem da estrada PB 034. Rogou-se ao Conselho como forma de reconhecimento à absoluta legitimação de participação no processo, a integração e compartilhamento, na condição de co-solicitante do Tombamento, junto a Sociedade Yorubana Teológica de Cultura Afro Brasileira, do Rio de Janeiro, da Federação Cultural Paraibana de Umbanda, Candomblé e Jurema - FCP UMCANJU.

**Sala das Sessões do Conselho do INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA, em 30 de setembro de 2009.**



**DAMIAO RAMOS  
CAVALCANTI**

Presidente do CONPECI Diretor do  
IPHAEP



*Governo do Estado da Paraíba*  
*Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba*

---

Ofício nº 0040/CONPEC/IPHAEP

João Pessoa, 19 de outubro de 2009.

Ao Senhor

**EDUARDO FONSECA JÚNIOR**

Fundador da Sociedade Yorubana de Cultura Afro-Brasileira

Assunto: **Tombamento - Processo nº.0202/2008/IPHAEP.**

Prezado Senhor,

Encaminhamos para o conhecimento de Vossa Senhoria a Deliberação nº. 0036/2009 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, da sessão realizada em 30/09/2009, que trata do tombamento do Sítio do Acais, localizado no município de Alhandra/PB.

Atenciosamente,

**DAMIAO RAMOS CAVALCANTI**  
Presidente/Diretor do IPHAEP

**Lei que inclui Alhandra como parte do roteiro turístico religioso da Paraíba:**

**LEI Nº 9.188, DE 09 DE JULHO DE 2010**  
**AUTORIA: DEPUTADO RODRIGO SOARES**

**Inclui no Roteiro Turístico Religioso do Estado da Paraíba, o Sítio Acais, localizado no Município Alhandra, neste Estado.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:**

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica incluído no Roteiro Turístico Religioso do Estado da Paraíba, o Sítio Acais, localizado no Município Alhandra.

**Parágrafo único** - O Sítio Acais é o berço do Culto da Jurema Sagrada, sincretismo da tradição indígena e afro-brasileira.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**, em João Pessoa, 09 de julho, de 2010; 122º da Proclamação da República.